



RELATÓRIO DE CONTAS

ÍNDICE

Índice.....	1
Nota da Presidente.....	6
Sumário executivo.....	8
Caracterização da entidade	14
1. Identificação.....	14
2. Legislação.....	16
3. Participações da entidade.....	16
4. Descrição sumária das atividades.....	17
5. Composição do órgão executivo	17
5.1 Identificação dos membros do órgão executivo	17
5.2 Número de vereadores	17
5.3 Número de leitores	17
6. Organização contábilística.....	17
7. Outra informação.....	18
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (ÚLTIMOS 5 ANOS)	18
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....	18
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR.....	18
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	18
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	18
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	19
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL	19
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO.....	19
7.10 CONCESSÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS.....	19
7.11 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES.....	19
RELATO ORÇAMENTAL	20
1. DESEMPENHO ORÇAMENTAL	21
1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	21
1.2 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	23
1.3 POUPANÇA CORRENTE	23
1.4 SALDO DE GERÊNCIA.....	24

2. INDICADORES ORÇAMENTAIS	26
3. RECEITA	29
3.1 RECEITA CORRENTE	31
3.2 RECEITA DE CAPITAL	38
3.3 OUTRAS RECEITAS	40
4. DESPESA	42
4.1 DESPESA CORRENTE	45
4.2 DESPESA DE CAPITAL	50
DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO	53
1. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	54
2. ANÁLISE AO BALANÇO	56
3. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	59
4. DÍVIDA	60
5. CONTABILIDADE DE GESTÃO	67
6. NOTA SOBRE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	73
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	74
1. BALANÇO	75
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	77
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	78
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	79
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	81
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	81
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	82
3. ATIVOS INTANGÍVEIS (AI)	86
4. CONTRATOS DE CONCESSÃO (CONCEDENTE)	87
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (AFT)	90
6. LOCAÇÕES	94
7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	95
8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	96
9. IMPARIDADE DE ATIVOS	96
10. INVENTÁRIOS	96
11. AGRICULTURA	97
12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	97

13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	97
14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÕES	98
15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	98
16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO.....	99
17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	99
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	99
19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	101
20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	101
21. RELATO POR SEGMENTOS	102
22 INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES.....	102
23. OUTRAS INFORMAÇÕES	102
CONCLUSÃO	107

FIGURAS

FIGURA 1 COMPARATIVO DO GRAU DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS	22
FIGURA 2 COMPARATIVO DO GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS PAGAS.....	22
FIGURA 3 VARIAÇÃO DA RECEITA E DESPESA - 2025/2024	23
FIGURA 4 AFERIÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	23
FIGURA 5 POUPANÇA CORRENTE	24
FIGURA 6 EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS – 2021/2025.....	25
FIGURA 7 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA	28
FIGURA 8 DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS POR TIPO	30
FIGURA 9 PRINCIPAIS RECEITAS - 2025	30
FIGURA 10 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS 2021 - 2025	31
FIGURA 11 VARIAÇÃO DA RECEITA CORRENTE ENTRE 2024 E 2025	32
FIGURA 12 EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS	34
FIGURA 13 PRINCIPAIS TAXAS E VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES EM 2025.....	35
FIGURA 14 PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM 2025	36
FIGURA 15 RECEITA CORRENTE COMPARTICIPADA POR PROGRAMA EM 2025	37
FIGURA 16 DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	39
FIGURA 17 RECEITA DE CAPITAL COMPARTICIPADA POR PROGRAMA EM 2025	40
FIGURA 18 EVOLUÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA – 2021/2025	41
FIGURA 19 DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO	43
FIGURA 20 PRINCIPAIS DESPESAS POR TIPO EM 2025	44
FIGURA 21 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS - 2021/2025	44
FIGURA 22 DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL.....	46
FIGURA 23 PRINCIPAIS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	48
FIGURA 24 VARIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS ENTRE 2025 E 2024	49
FIGURA 25 DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	50
FIGURA 26 PRINCIPAIS DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL EM 2025	52
FIGURA 27 DÍVIDA POR TIPO	61
FIGURA 28 DISTRIBUIÇÃO DA DÍVIDA EM 2025	61
FIGURA 29 EVOLUÇÃO DA DÍVIDA - 2021/2025	62
FIGURA 30 EVOLUÇÃO DO PMP - 2021/2025.....	62
FIGURA 31 LIMITE DA DÍVIDA TOTAL	65
FIGURA 32 DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS POR FUNÇÕES	68
FIGURA 33 DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS POR FUNÇÕES	70

TABELAS

TABELA 1 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	21
TABELA 2 RESUMO DA CONTA DE GERÊNCIA	24
TABELA 3 INDICADORES DE RECEITA	26
TABELA 4 INDICADORES DE DESPESA	27
TABELA 5 INDICADORES DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	27
TABELA 6 EXECUÇÃO DA RECEITA.....	29
TABELA 7 RECEITA CORRENTE	32
TABELA 8 IMPOSTOS DIRETOS	33
TABELA 9 TAXAS E VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	34
TABELA 10 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36
TABELA 11 RECEITA CORRENTE COMPARTICIPADA	37
TABELA 12 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38
TABELA 13 RECEITA DE CAPITAL COMPARTICIPADA	39
TABELA 14 OUTRAS RECEITAS.....	40
TABELA 15 EXECUÇÃO DA DESPESA	42
TABELA 16 DESPESAS CORRENTES.....	45
TABELA 17 DESPESAS COM PESSOAL	46
TABELA 18 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	47
TABELA 19 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS.....	49
TABELA 20 DESPESA DE CAPITAL	50
TABELA 21 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL.....	51
TABELA 22 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	54
TABELA 23 BALANÇO SINTÉTICO - ATIVO.....	56
TABELA 24 BALANÇO SINTÉTICO - PATRIMÓNIO.....	57
TABELA 25 BALANÇO SINTÉTICO - PASSIVO.....	57
TABELA 26 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA.....	59
TABELA 27 DÍVIDA.....	60
TABELA 28 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	63
TABELA 29 SERVIÇO DA DÍVIDA	63
TABELA 30 LIMITE DA DÍVIDA TOTAL	64
TABELA 31 APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL	64
TABELA 32 RENDIMENTOS POR FUNÇÃO	68
TABELA 33 GASTOS POR FUNÇÃO	69
TABELA 34 GASTOS OPERACIONAIS COM INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	71
TABELA 35 GASTOS OPERACIONAIS COM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.....	71
TABELA 36 GASTOS OPERACIONAIS COM BAIROS SOCIAIS	72

NOTA DA PRESIDENTE

A apresentação da Conta de Gerência é, em todas as democracias locais modernas, um momento fundamental de prestação de contas aos cidadãos, à Assembleia Municipal e às entidades de controlo externo. É, sobretudo, um exercício de transparência: o compromisso do poder local com a boa gestão do dinheiro público e a clareza na comunicação dos resultados alcançados.

O exercício de 2025 decorreu num contexto exigente. A nível nacional, realizaram-se eleições autárquicas, marcadas pela expectativa e debate sobre as prioridades das populações locais. A nível europeu e global, a incerteza geopolítica, com impacto particular nos mercados de energia e nos preços que continuou a condicionar o equilíbrio das finanças municipais, designadamente na gestão das transferências do Estado e na contenção da despesa corrente.

Ainda assim, o ano de 2025 foi marcado por realizações significativas. A abertura do Teatro Municipal António Pinheiro representou o culminar de um projeto estruturante para a vida cultural de Tavira e do Algarve, com investimento superior a cinco milhões de euros. Esta infraestrutura consolida a oferta cultural do território e posiciona Tavira como polo de referência regional nas artes do espetáculo.

No plano da sustentabilidade ambiental, o Município conquistou, pelo décimo nono ano consecutivo, a Bandeira Verde ECO XXI, com uma classificação de 78,2%, reafirmando o compromisso permanente com o ambiente e a qualidade de vida dos tavirenses. A habitação social recebeu igualmente atenção prioritária, tendo o município procedido à compra de 17 habitações e lançado procedimento de empreitada para a construção de mais 48 novos fogos. Na área da saúde, o investimento na unidade de consultas externas de alta resolução e diagnóstico ambulatório e sede do ACES do Sotavento e na extensão de saúde de Cabanas/Conceição, de cerca de dez milhões de euros, reforça a capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários para a população residente e sazonal.

Do ponto de vista financeiro, a gestão de 2025 consolidou a trajetória que caracteriza a autarquia nos últimos anos. A receita total cobrada atingiu 47,2 milhões de euros, representando um aumento de 14,7% face a 2024, com a receita corrente a crescer 12,6%. A dívida municipal continuou a reduzir-se, fixando-se nos 2,3 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de 21,4% em relação ao exercício anterior. Este desempenho mantém Tavira em plena conformidade com os limites estabelecidos pela Lei das Finanças Locais. A taxa de execução da receita e o controlo da despesa corrente refletem uma gestão orientada para a eficiência e a priorização do investimento. O

investimento público realizado alcançou 10,7 milhões de euros, um aumento de 39,1% comparativamente ao ano anterior.

Estes resultados são, acima de tudo, fruto do trabalho dos colaboradores dos serviços municipais, cuja dedicação e profissionalismo garantem o funcionamento do Município a um nível que os residentes e visitantes de Tavira reconhecem no dia a dia. Deixo aqui uma palavra de reconhecimento aos trabalhadores do município, ao executivo camarário, à Assembleia Municipal e a todos os parceiros institucionais que, ao longo de 2025, contribuíram para estes resultados.

Apresentamos as Contas de 2025 na convicção de que esta documenta um ano de trabalho sério, orientado para o interesse público, e com a determinação de continuar a elevar a qualidade de vida, bem-estar e satisfação das necessidades dos munícipes.

Tavira, 2 de abril de 2026

A Presidente da Câmara Municipal

SUMÁRIO EXECUTIVO

De acordo com o Boletim Económico do Banco de Portugal de dezembro de 2025, “o crescimento da economia portuguesa situou-se em 2,2% em 2025, consolidando a trajetória de crescimento dos anos anteriores. O dinamismo da atividade económica refletiu um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração da procura externa e a entrada de fundos da União Europeia no âmbito do PRR e do Portugal 2030. O mercado de trabalho manteve-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, e a taxa de desemprego em mínimos históricos.”

Quanto à taxa de inflação, a mesma fonte refere que “a inflação se situou em 2,4% em média anual em 2025, mantendo-se em valores moderados e abaixo dos níveis registados em anos anteriores. A estabilização dos preços dos bens energéticos e a contenção dos preços dos bens alimentares contribuíram para esta evolução favorável, com reflexo positivo no rendimento real das famílias portuguesas.”

Em 2025, o país consolidou uma conjuntura de estabilidade económica, com crescimento positivo e mercado de trabalho robusto. Neste enquadramento favorável, o executivo municipal continuou a desenvolver a sua atividade, consolidando um conjunto de projetos e apoios destinados a promover o crescimento do concelho e o bem-estar da população. As prioridades incidiram na ação social, educação, cultura, desporto e acessibilidades, destacando-se as seguintes iniciativas:

- O município implementou um conjunto abrangente de apoios às famílias, destacando-se a oferta de material escolar e livros de fichas aos alunos do primeiro ciclo, bem como medidas de redução do Imposto Municipal sobre Imóveis e a adoção do regime de IMI familiar.
- Implementaram-se medidas de apoio à família através do prolongamento de horário de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AECS), e em parceria com as Associações de Pais dos dois Agrupamentos Escolares realizámos os primeiros Campos de Férias.
- Prosseguiu-se com a atribuição de bolsas de estudo a jovens universitários do concelho.
- Mantiveram-se as comparticipações à compra de medicamentos através do cartão ABEM, reforçando o acesso a medicamentos para as populações.
- Alargou-se significativamente a comparticipação financeira no pagamento de rendas, cobrindo aproximadamente 60 famílias, conforme estabelecido no regulamento municipal vigente.
- Estabeleceu-se protocolo de apoio financeiro para suporte de despesas básicas destinado a

famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

- Implementou-se a tarifa social para acesso a serviços essenciais.
- Reforçou-se o apoio alimentar a famílias em situação de carência económica.
- Procedeu-se à redução da comparticipação municipal no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.
- Continuou-se com a redução progressiva da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, situando-se no limite mínimo.
- Aumentaram-se os apoios financeiros às associações sociais, desportivas, culturais e recreativas, promovendo o desenvolvimento dos respetivos planos de atividades.
- Reforçou-se a abrangência do Plano de Promoção da Atividade Física, mediante a implantação de coadjuvação em educação física no primeiro ciclo em todas as escolas do concelho.
- Intensificou-se a promoção do concelho junto de entidades públicas e privadas, tanto a nível nacional como internacional, visando potenciar o seu desenvolvimento económico e a atração de investimento.
- Consolidou-se o novo portal digital vocacionado para turistas e visitantes (*visitartavira.pt*)
- Alargou-se o programa “Tavira + Segura” criado em particular para o combate ao roubo de produtos agrícolas e frutícolas a outras áreas.
- Estabeleceu-se protocolo com a Polícia de Segurança Pública para a instalação de sistemas de videovigilância nos edifícios municipais.
- Celebrou-se protocolo com os clubes de caçadores para colaboração na instalação e manutenção de pastagens anuais semeadas nas Faixas de Gestão de Combustível (FGC), reforçando as ações de prevenção de incêndios florestais.

A programação cultural consolidou-se em 2025, com a abertura do renovado Teatro Municipal António Pinheiro, permitindo assim uma programação cultural durante todo o ano.

O Museu Municipal de Tavira e seus Núcleos acolheram exposições temporárias de relevância, complementadas por um conjunto diversificado de eventos culturais que se desenvolveu ao longo de todo o ano:

- Programa Equinócios,
- Mostra da Primavera com comemorações associadas à data histórica de 25 de abril,
- Santos Populares e comemorações do Dia da Cidade,

- Verão em Tavira,
- Festas nas Freguesias,
- Feira da Dieta Mediterrânica,
- Festa da Juventude,
- Feira de São Francisco,
- Natal e Passagem do Ano.

O município apoiou diversos eventos desportivos de relevância local e regional, destacando-se a Volta ao Algarve em Bicicleta, o “Algarve Bike Challenge”, bem como torneios de futebol e andebol em vários escalões.

Na área do Ambiente e Bem-Estar Animal, o Município agora com condições técnicas e humanas para concretizar as suas competências, continuou a investir na melhoria progressiva das instalações recentemente adquiridas, onde se situa o Centro Municipal de Bem-Estar Animal, bem como periodicamente promove ações de formação especializada para os seus trabalhadores e trabalhadoras e ações de capacitação para a população em geral, devidamente alinhados com o Plano Municipal para o Bem-Estar e Proteção Animal, que no futuro próximo merecerá atualização, com vista à contínua melhoria desta área setorial.

Em linha com o Plano de Ação do Parque de Lazer da Mata da Conceição, após a recuperação da área e dos equipamentos, reflorestação e implementação de medidas que garantam a sobrevivência das espécies arbóreas, iniciou-se um programa de atividades aberto à população “Verão no Parque”, que se destacaram pela sua diferença relativamente à normal fruição do parque, oferecendo atividades no período da manhã e da noite, e procurando sensibilizar para a preservação da natureza e despertar a ligação da comunidade ao espaço natural.

Em 2025, completou-se o projeto de remoção de espécies invasoras da Ilha de Tavira e Cabanas. A intervenção incluiu a remoção de Acácia (*Acacia saligna*), Piteira (*Agave americana*) e Chorão-das-Praias (*Carpobrotus edulis*), visando a preservação da biodiversidade. O investimento ascendeu a €91.771, com participação do Fundo Ambiental.

Realizou-se a 2ª edição da “EcológiTa”, reunindo temáticas relacionadas Ambiente, Sustentabilidade e Cidadania Ativa, novamente dando visibilidade a projetos focados na justiça social e desenvolvimento sustentável, contando com especialistas reconhecidos em diversas áreas e dando também espaço aos munícipes de Tavira e também promovendo programas municipais que abordam estes pilares, tais

como o “Fora do Lixo!”, o Ideias à Maré – programa de empreendedorismo jovem, o programa municipal de literacia política e democrática “É pra descomplicar”, o programa municipal de “Upcycling” de têxteis, a “Ecoboutique” e o Orçamento Participativo de Tavira.

No final de 2025, foi aprovado o Plano Municipal de Ação Climática, um instrumento de política climática local assentou numa forte base de participação cívica, tendo sido elaborado com uma componente de participação cidadão sólida, porquanto na auscultação das pessoas, foi concretizado o projeto “Tavira+Neutra”, aplicando metodologias de participação alargada e reunindo contributos de grupos estratégicos, populações sub-representadas e da comunidade em geral, tendo ganho o concurso «Iniciativa de Participação Climática» da Fundação Calouste Gulbenkian, destinado a financiar projetos que promovam participação pública na ação climática. Também foi aprovado o Regulamento do novo Conselho Municipal de Cidadania e Ação Climática, agora em fase de instalação.

No âmbito da ação climática foi concluído o projeto de aproveitamento de águas das potáveis, foi feita aquisição de viaturas ecológicas, a implementação dos jardins alimentares (projeto OP Tavira), adoção de medidas de eficiência hídrica e energética, adaptação de espaços verdes e também foi subscrito o *Plant Based Treaty* e nessa linha, em consciência sobre o impacte dos sistemas alimentares no ambiente, têm sido realizadas diversas ações para promover a alimentação sustentável e de base vegetal, das quais se destaca a rubrica Saúde no P – do prato ao planeta, realizadas no Mercado Municipal, entre outras.

O Orçamento Participativo de Tavira ganhou uma nova plataforma informática, bem como foram revistas as suas regras, através do novo regulamento municipal, possibilitando a participação de jovens a partir dos 16 anos de idade e permitindo a votação por SMS. Em 2025, materializou-se a primeira edição do OP Tavira, à luz das novas regras, tendo obtido uma participação recorde de projetos e votantes, em comparação com as edições passadas.

Em matéria de investimento, em 2025 completou-se o Centro de Meios Aéreos de Cachopo, obra de cerca de 2,5 milhões de euros que reforça significativamente a capacidade de resposta em proteção e socorro de populações não apenas em Tavira, mas também no Algarve e Alentejo.

Em 2025, lançaram-se os procedimentos para a construção de 24 fogos no loteamento da Boavista (Tavira) e mais 24 em Cabanas de Tavira, que se encontram a decorrer.

Iniciou-se a construção da unidade de consultas externas de alta resolução, diagnóstico ambulatório e sede do ACES Sotavento, está também a decorrer a beneficiação, adaptação funcional e ampliação da

unidade de saúde de Cabanas, e foram concluídas as obras de beneficiação de várias estradas e caminhos municipais.

Para melhor compreensão do trabalho realizado, apresentam-se em seguida as empreitadas que se concluíram e as que se iniciaram em 2025:

Empreitadas concluídas:

- Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro (€4.977.334);
- Centro de Meios aéreos de Cachopo (€2.514.266)
- Aproveitamento de Água das Piscinas para Fins não Potáveis (€69.252);
- Empreitada de conceção-construção para a reabilitação de troços da muralha do Rio Gilão, em Tavira (€318.000);
- Instalação de contentorização subterrânea na Atalaia (€11.449);
- Intervenção nos espaços exteriores Intervenção nos espaços exteriores da EB n.º 2 de Santa Luzia-OP2020 (€258.641);
- Requalificação do Espaço Envolvente ao Polidesportivo da Conceição (€221.547);
- Valorização paisagista dos logradouros dos lotes 15 e 28 da Rua José Oliveira em Santa Luzia (€152.647);
- Intervenção no Mercado da Ribeira – Impermeabilização da Cobertura (€163.083).

Empreitadas em curso:

- Obras de Conservação no Centro Paroquial de Cabanas (€211.914);
- Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente (€1.184.394);
- Obras de Conservação e beneficiação da rede viária do concelho - Estradas e Caminhos Municipais na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão e na Freguesia de Tavira - €1.366.494);
- Obras de Conservação e beneficiação da rede viária do concelho – Estradas Municipais na Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira (€1.080.055);
- Beneficiação, adaptação funcional e ampliação da unidade de saúde de Cabanas - Conceição de Tavira (€532.677);
- Execução de edifícios de serviços de saúde em Tavira: unidade de consultas externas de alta resolução e diagnóstico ambulatorio e sede do ACES Sotavento (€10.448.383);
- Empreitada de Intervenção no polidesportivo da Bela Fria (€410.941);

- Obras de Manutenção, Conservação e Restauro na Cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira (€422.865);
- Fornecimento e Colocação de Placas Toponímicas (€28.782);
- Empreitada de conceção-construção de 24 fogos de habitação social, no sítio da Boavista, concelho de Tavira – Lote 1 (€2.536.187) e Lote 2 (€2.441.917);
- Construção de 24 fogos de habitação social em Cabanas de Tavira (€4.502.668);
- Intervenção na Rua de Santa Margarida e Beco Ruy Maria Palermo Ferreira - Santa Margarida (€334.275)
- Estabilização de taludes e reforço estrutural de túnel - Concelho de Tavira (4 Lotes) (€1.641.655);
- Execução para a instalação simplificada de atletismo de Santa Luzia (€1.312.790);
- Intervenção no Passadiço de Cabanas (€1.791.379), o concorrente não conseguiu prestar caução o que determinou a caducidade da adjudicação;
- Intervenção no Pavilhão Desportivo da Luz de Tavira (o procedimento ficou deserto).

No que concerne à gestão de recursos humanos, no ano 2025, procedemos ao reforço do nosso mapa de pessoal que por via da abertura (em 2024) de procedimentos concursais, bem como do recurso à reserva de recrutamento, tendo resultado na entrada de novos trabalhadores (4 técnicos superiores, 3 assistentes técnicos, 31 assistentes operacionais, 1 carreira especial de fiscalização e 9 bombeiros sapadores).

Salienta-se a continuidade da redução do endividamento municipal: a dívida de médio e longo prazo diminuiu cerca de €635.000 (21,4%), fixando-se a dívida total em aproximadamente €2,3 milhões. Este valor posiciona Tavira bem abaixo dos limites legais estabelecidos pela Lei das Finanças Locais. O prazo médio de pagamento a fornecedores manteve-se em cinco dias, evidenciando a solidez da tesouraria municipal.

O relatório que se segue é um documento técnico que apresenta, de forma clara e detalhada, a posição das receitas e despesas municipais, bem como uma análise da situação económico-financeira do Município.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Este capítulo contém a informação em relação à caracterização do Município de Tavira, conforme o Modelo 8.2 da Instrução n.º 1/2019 de 6 de março, do Tribunal de Contas.

1. IDENTIFICAÇÃO

Designação: Município de Tavira

NIPC: 501 067 191

Natureza: Autarquia Local

Endereço Postal: Praça da República, 8800 Tavira

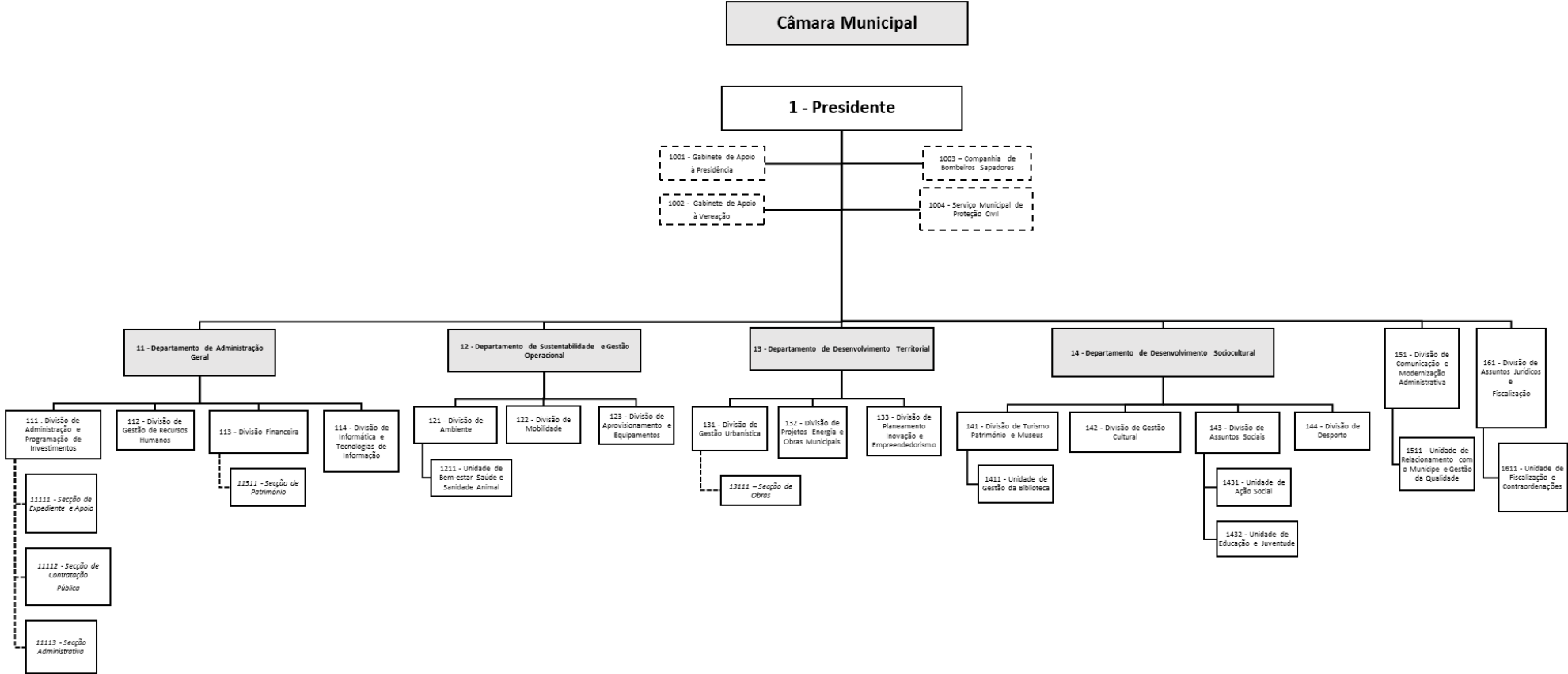
Telefone: 281 320 500

Endereço correio eletrónico: camara@cm-tavira.pt

Sítio na internet: www.cm-tavira.pt

Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização? Sim

Organograma:



2. LEGISLAÇÃO

Regime Financeiro: Lei n.º 73/2023 de 3 de setembro, que estabelece o Regime financeiro das autarquias locais, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, na sua versão atual.

Regime Jurídico: Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.

3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

Serviços municipalizados	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Serviços intermunicipalizados	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades intermunicipais	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades associativas municipais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses		
CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve		
APMCH - Associação Portuguesa Municípios com centro Histórico		
Empresas locais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.		
EMPET - Parques Empresariais de Tavira , E.M.		
Empresas participadas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
ALGAR - Valorização e tratamento de Resíduos Sólidos, SA		
Águas do Algarve, SA		
Cooperativas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio		
ALSUD - Cooperativa de Ensino e For. Profissional do Alg., CIPRL		
Fundações	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades de outra natureza	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
UAC - Associação para o Desenv. Integrado da Baixa de Tavira		

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Atividade principal do Município 84113 – administração local. Atividades secundárias: 84250 - atividade de proteção civil; 86902 - atividade de ambulância; 55300 - parques de campismo e caravanismo; 68200 - arrendamento de bens imobiliários; 85100 - educação pré-escolar; 85201 - ensino básico (1.º ciclo); 85202 - ensino básico (2.º ciclo); 85310 - ensino básico (3.º ciclo) e secundário.

5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

5.1 Identificação dos membros do órgão executivo

Período	01-01-2025 a 27-10-2025	27-10-2025 a 31-12-2025
Presidente	Ana Paula Fernandes Martins	Ana Paula Fernandes Martins
Vereador	Dinis Manuel da Palma Faísca	Dinis Manuel da Palma Faísca
Vereador	Eurico Manuel Domingos da Palma	Eurico Manuel Domingos da Palma
Vereador	Luís Filipe Rosado Vicente Beato	Jorge Humberto Martins Corvo
Vereadora	Sónia Jorge Costa Pires	Sónia Jorge Costa Pires
Vereadora	Maria Inês Mendonça Faleiro	Maria Inês Mendonça Faleiro
Vereador	Narciso dos Reis Martins Barradas	Narciso dos Reis Martins Barradas

5.2 Número de vereadores

Em regime de permanência	<input type="text" value="3"/>
A meio tempo	<input type="text" value="0"/>
Restantes Vereadores	<input type="text" value="3"/>

5.3 Número de leitores

Até 10.000	<input type="checkbox"/>
Mais de 10.000 e menos de 40.000	<input checked="" type="checkbox"/>
Igual ou superior a 40.000	<input type="checkbox"/>

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O Município de Tavira utiliza diariamente o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), integrado com o Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), o programa de emissão de guias de recebimento e

faturas (TAX), o Sistema de Normalização do Património (SNP), o Gestão de Stocks (GES), o Obras por Administração Direta (OAD) e o Sistema de Gestão de Faturação (SGF), todos fornecidos pela AIRC.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num sistema integrado capaz de fornecer informação de acordo com os princípios e normas do «Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas» (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

7. OUTRA INFORMAÇÃO

7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (ÚLTIMOS 5 ANOS)

Inspeção da IGAMOT em 2022, no âmbito da REN com referência n.º S/01816/AOT/22.

7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS

	Data de Aprovação	
	Órgão executivo	Órgão deliberativo
Norma de controlo interno	1-jan-2013	18-jun-2013
Regulamentos	---	---
Plano Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações conexas	30-nov-2022	19-12-2022
Relatório de avaliação da execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações conexas	---	---

7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR

	Data de Aprovação	
	Órgão executivo	Órgão deliberativo
Revisão orçamental	11-fev-2025	27-fev-2025
Alteração orçamental (n.º 6, do art.º 40.º RFALEI)	---	---

7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

O grupo público é composto pelas empresas locais: EMPET - Parques Empresariais de Tavira , E.M. e TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M; e pela Associação para o Desenvolvimento integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira.

7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Transf. comp. de órg. do Estado para órgãos das autarquias locais Sim Não

Transf. comp. de órgãos do Estado para órgãos das entidades

Sim Não

7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias

Sim Não

Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais

Sim Não

7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL

Existem limites legais em matéria de pessoal

Sim Não

N.º de trabalhadores a 31 de dezembro: 636

7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Início do exercício
6 dias

Fim do exercício
5 dias

7.10 CONCESSÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS

O Município de Tavira detém alguns contratos de concessão, identificados no ponto 4 do anexo às Demonstrações Financeiras, tais como: contrato de concessão de uso privativo do domínio público, datado de 2001, para a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis; contrato de concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento de duração limitada na cidade de Tavira, datado de 2017; Concessão de energia e contrato para a concessão de circuitos de transportes públicos urbanos na cidade de Tavira, datado de 2019.

7.11 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES

Sim Não

RELATO ORÇAMENTAL

Em 2020 entrou em vigor o "Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas" (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Este sistema resolveu a fragmentação contabilística anterior e permitiu dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente, convergente com as normas internacionais.

O presente capítulo analisa o desempenho orçamental da receita e despesa do Município em 2025, comparativamente ao exercício anterior, e apresenta indicadores orçamentais relevantes para a compreensão da situação financeira.

1. DESEMPENHO ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução orçamental de 2025 apresentou, em termos gerais uma melhoria relativamente ao ano 2024. A execução da despesa foi melhor em 2025, tendo atingido 69,86%, e a execução da receita, apesar de ter sido ligeiramente inferior ao ano anterior, ficou muito próxima dos 100%, com uma execução de 94,44%. Salienta-se que esta redução se verificou porque o orçamento aprovado para 2025, foi superior em €7,1 milhões de euros. Esta circunstância implica, naturalmente, uma taxa de execução mais reduzida mesmo quando se verificaram aumentos em termos absolutos quer da receita cobrada quer da despesa paga.

TABELA 1 | RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

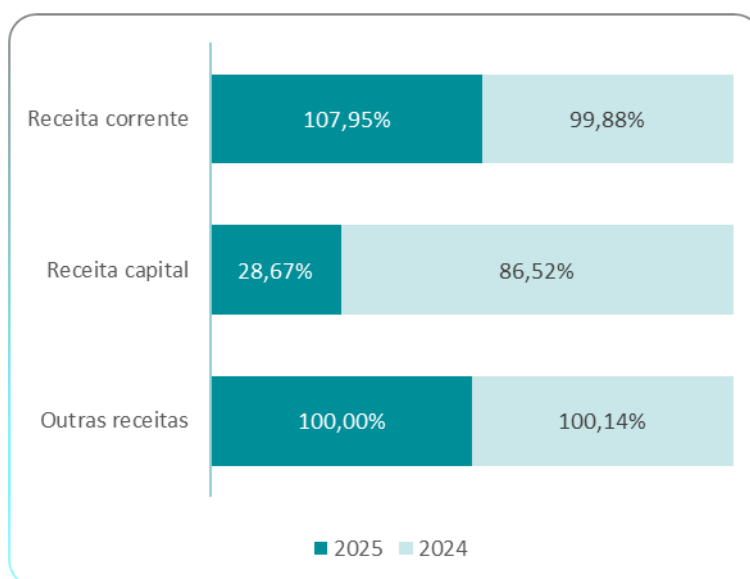
RÚBRICAS	2025			2024		
	PREV. CORRIGIDAS	EXECUÇÃO	%	PREV. CORRIGIDAS	EXECUÇÃO	%
Total da receita	71.600.000	67.621.329	94,44%	64.500.000	64.202.222	99,54%
Receita corrente	41.060.000	44.326.208	107,95%	39.400.000	39.352.928	99,88%
Receita capital	10.157.400	2.912.603	28,67%	2.099.000	1.816.090	86,52%
Outras receitas	20.382.600	20.382.518	100,00%	23.001.000	23.033.205	100,14%
Total da despesa	71.600.000	50.020.361	69,86%	64.500.000	44.018.389	68,25%
Despesa corrente	47.280.100	39.342.889	83,21%	46.370.000	36.342.667	78,38%
Despesa capital	24.319.900	10.677.472	43,90%	18.130.000	7.675.722	42,34%

A execução global da receita atingiu 94,44% do orçamento aprovado para 2025. A receita corrente (impostos, taxas e transferências do Orçamento de Estado) e as outras receitas superaram as previsões, com execuções de 107,95% e aproximadamente 100%, respetivamente. A receita de capital, embora aquém do esperado, ainda registou 28,67%.

A despesa ficou aquém do orçamento previsto, resultado esperado, em virtude de existirem muitos compromissos que não se executaram no prazo inicialmente previsto, nomeadamente atrasos em empreitadas e em alguns procedimentos. A taxa de execução foi de 69,86%, com a despesa corrente (funcionamento, pessoal, fornecimentos) em 83,21% e a despesa de capital (investimento) em 43,90%.

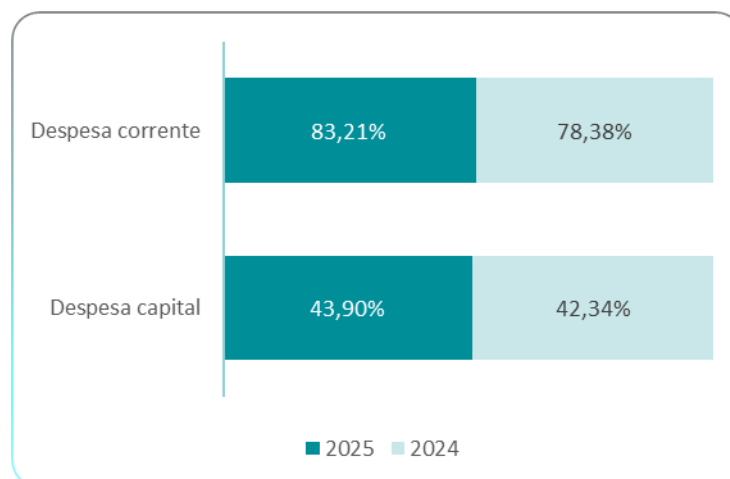
A figura 1 compara a execução da receita entre 2025 e 2024 por tipo de receita. Evidencia-se a redução significativa da receita de capital em 2025 relativamente ao ano anterior, dado que se encontravam previstos vários fundos comunitários cuja cobrança não veio a ocorrer no ano económico por atrasos na realização da despesa prevista para os mesmos.

FIGURA 1 | COMPARATIVO DO GRAU DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS



A figura 2 apresenta a execução da despesa de forma comparativa entre 2025 e 2024. A despesa corrente registou uma percentagem de execução superior em 2025, mantendo um peso significativo relativamente à despesa de capital.

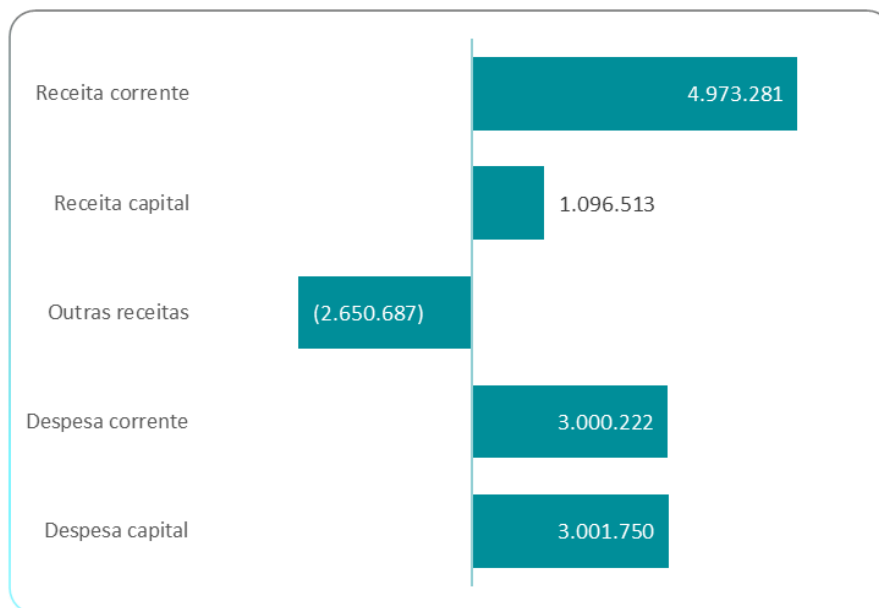
FIGURA 2 | COMPARATIVO DO GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS PAGAS



A figura 3 mostra as variações absolutas (em euros) entre 2025 e 2024. Destaca-se o aumento da receita corrente de aproximadamente €5 milhões, da despesa de capital e corrente de cerca de €3 milhões cada, e ainda o aumento registado na receita de capital em cerca de €1,1 milhões. As Outras receitas foram as únicas que apresentaram uma diminuição face ao ano anterior (2,6 milhões de euros).

Os capítulos subsequentes analisarão com detalhe as razões subjacentes a estas variações, abordando especificamente a receita e a despesa.

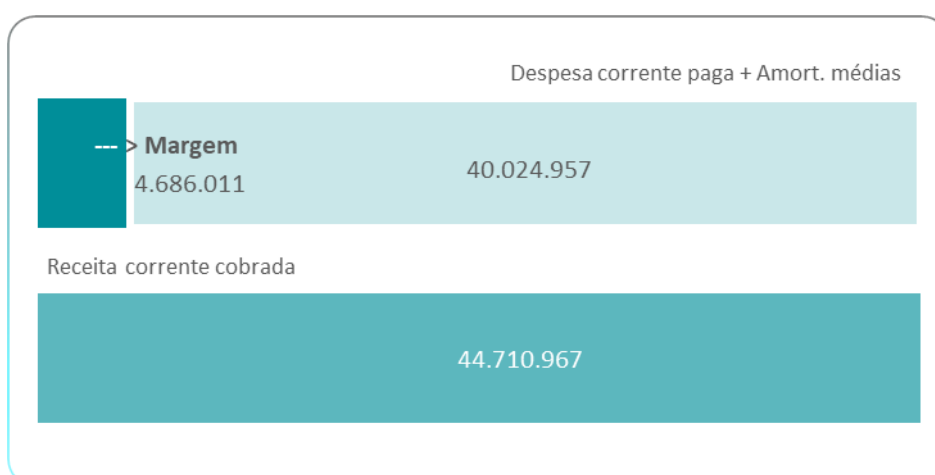
FIGURA 3 | VARIAÇÃO DA RECEITA E DESPESA - 2025/2024



1.2 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabeleceu um critério legal de equilíbrio orçamental: "a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo". A figura 4 demonstra que, em 2025, a receita corrente bruta cobrada ultrapassou este limite em €4.686.011, cumprindo o critério legal.

FIGURA 4 | AFERIÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

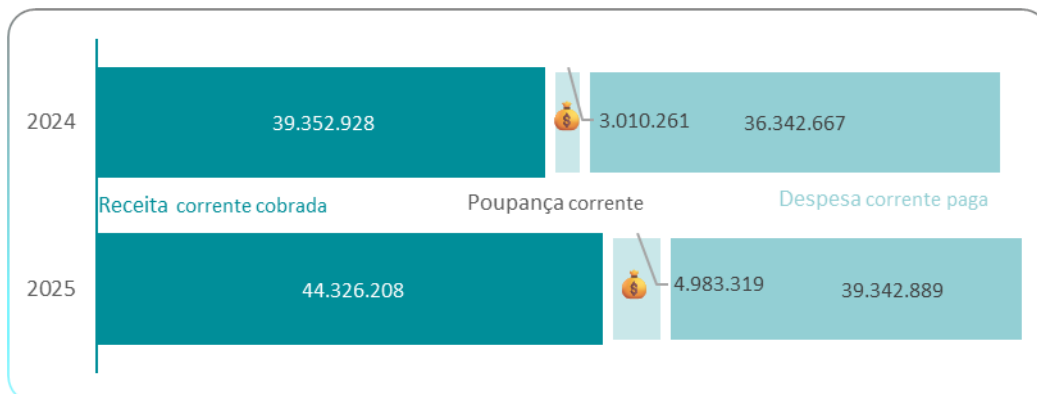


1.3 POUPANÇA CORRENTE

Em 2025, a poupança corrente aumentou para €4.983.319 (conforme figura 5). Esta resulta da diferença entre a receita corrente cobrada (€44.326.208) e os pagamentos correntes realizados

(€39.342.889). Trata-se de um indicador fundamental na medida em que evidencia o montante disponível para financiamento de investimentos a médio e longo prazo.

FIGURA 5 | POUPANÇA CORRENTE



A poupança corrente constitui indicador fundamental da solidez financeira municipal, refletindo o montante efetivamente disponível para financiamento de despesas de investimento (despesas de capital) num horizonte de médio a longo prazo.

1.4 SALDO DE GERÊNCIA

O saldo de gerência, que corresponde ao saldo de tesouraria ao final de cada exercício, resulta da diferença entre a receita cobrada líquida e a despesa paga. A tabela 2 resume estes valores para 2025 e 2024.

TABELA 2 | RESUMO DA CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: €

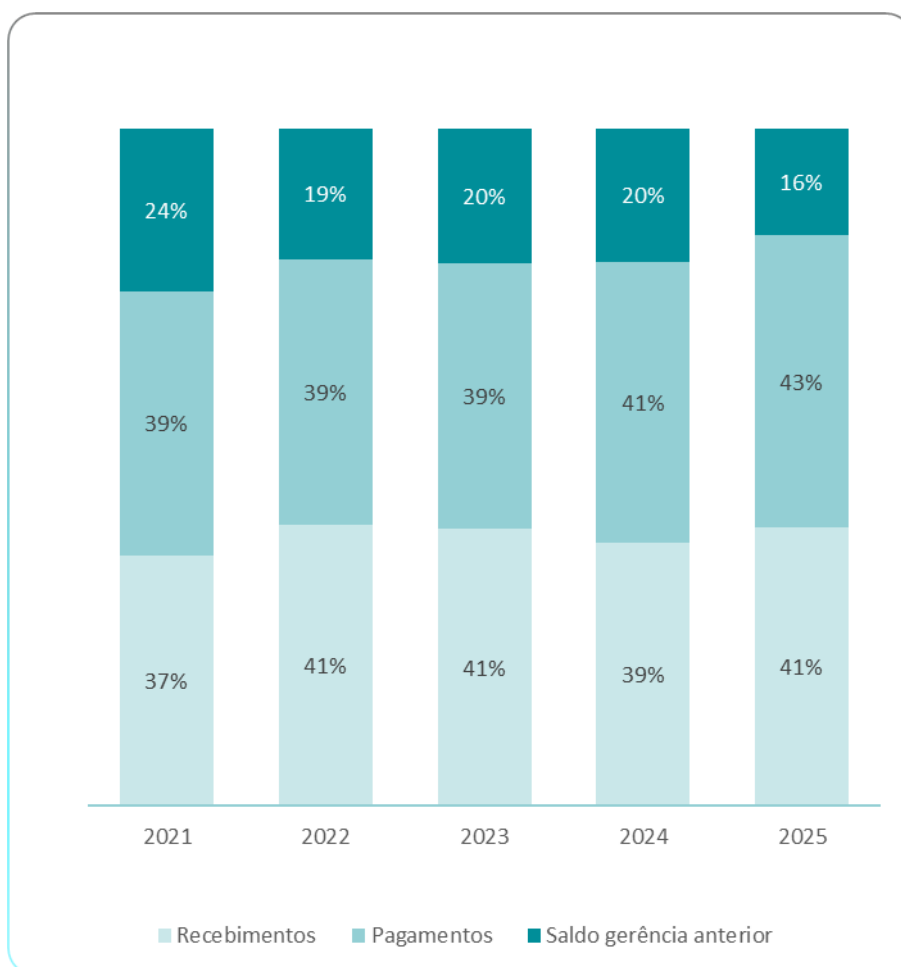
DESIGNAÇÃO	OPER. ORÇAMENTAIS	OPER. DE TESOURARIA	TOTAL 2025	OPER. ORÇAMENTAIS	OPER. DE TESOURARIA	TOTAL 2024
Saldo da gerência anterior	20.183.833	102.453	20.286.286	22.998.103	77.129	23.075.232
Receita cobrada líquida	47.437.556	43.234	47.480.790	41.204.119	46.767	41.250.886
Despesas pagas	50.020.361	49.575	50.069.937	44.018.389	21.443	44.039.832
Saldo para a gerência seguinte	17.601.028	96.111	17.697.139	20.183.833	102.453	20.286.286

Em 2025, apesar do saldo inicial positivo proveniente do exercício anterior, a variação na receita cobrada líquida conjugada com o aumento das despesas pagas resultou numa diminuição do saldo em aproximadamente €2,6 milhões (12,76%) face a 2024.

A figura 6 apresenta um comparativo dos recebimentos, pagamentos e saldos de gerência nos anos 2025 e 2024, que evidencia a redução no peso do saldo transitado para o ano 2025.

É relevante assinalar que o saldo de gerência apresentado em cada exercício é aquele que efetivamente integra a gerência do exercício subsequente. Assim, o saldo de 2024 (€20.183.833) foi integrado no saldo inicial da gerência de 2025.








FIGURA 6 | EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS – 2021/2025



2. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Os indicadores orçamentais constituem ferramentas de análise que, numa linguagem padronizada internacionalmente, conferem clareza ao desempenho orçamental, facilitando a compreensão da situação financeira municipal e a comparabilidade inter-temporal.






TABELA 3 | INDICADORES DE RECEITA

INDICADOR	2021	2022	2023	2024	2025	EVOLUÇÃO
Crescimento da receita total	7,75%	26,85%	7,73%	(4,88%)	14,74%	
Receitas correntes / Receitas totais	94,13%	93,65%	91,28%	95,59%	93,83%	
Crescimento das receitas correntes	9,50%	26,20%	5,01%	(0,39%)	12,64%	
Receitas fiscais / Receitas correntes	62,53%	64,08%	61,07%	61,48%	61,68%	
Rec. Cor. cobradas / Rec. Cor. previstas	102,25%	107,60%	111,95%	99,88%	107,95%	
Impostos diretos por habitante	700,45	918,05	910,46	864,94	1.048,87	
Grau de independência financeira	69,22%	68,90%	67,66%	67,64%	68,91%	

A tabela 3 apresenta indicadores fundamentais de receita, dos quais se destacam os seguintes aspetos.




- A receita total líquida voltou a ter um crescimento significativo em 2025;
- As receitas municipais são quase na sua totalidade de natureza corrente, e representam, nos últimos 5 anos, consistentemente mais de 90% das receitas totais;
- As receitas fiscais (que integram os impostos diretos, indiretos, taxas e multas) constituem as receitas correntes mais significativas da autarquia. Nos últimos quatro anos, estas têm mantido uma representação acima dos 60% do total de receitas correntes do município, atingindo 61,68% em 2025;
- No que diz respeito à autonomia financeira dos municípios, considera-se que ela existe quando as receitas próprias correspondem a pelo menos metade do total de receitas. O indicador de independência financeira tem permanecido próximo dos 70%, apoiado principalmente pelo elevado valor das receitas próprias, ou seja, aquelas obtidas sem considerar transferências ou empréstimos. Em 2025, essas receitas representaram 68,91% do total, o que comprova que o Município não depende fundamentalmente nem das transferências do Estado nem de fontes externas de financiamento.

TABELA 4 | INDICADORES DE DESPESA

INDICADOR	2021	2022	2023	2024	2025	EVOLUÇÃO
Crescimento da despesa total	11,64%	13,35%	8,69%	6,53%	13,64%	
Despesas correntes / Despesas totais	71,65%	74,92%	76,74%	82,56%	78,65%	
Crescimento da despesa correntes	12,59%	18,53%	11,33%	14,61%	8,26%	
Despesas com pessoal / Despesas correntes	40,82%	43,32%	43,25%	40,90%	42,02%	
Despesas correntes realizadas / Despesas correntes orçadas	76,77%	100,00%	100,00%	100,00%	83,21%	

Em relação aos indicadores de despesa, verifica-se um crescimento da despesa quando comparado aos exercícios anteriores, como demonstrado na tabela 4. As despesas correntes permanecem como a principal categoria de gastos do Município, geralmente representando cerca de dois terços do total. Dentro dessas despesas, os custos com pessoal continuam a ser os mais relevantes, correspondendo a 42,02% das despesas correntes da autarquia.

TABELA 5 | INDICADORES DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

INDICADOR	2021	2022	2023	2024	2025	EVOLUÇÃO
Saldo corrente / Receitas correntes	19,40%	24,30%	19,74%	7,65%	11,24%	
Despesa pessoal / Receitas correntes	32,90%	32,80%	34,72%	37,77%	37,30%	
Serviço da dívida / Receitas correntes	3,41%	2,40%	2,11%	2,07%	1,70%	

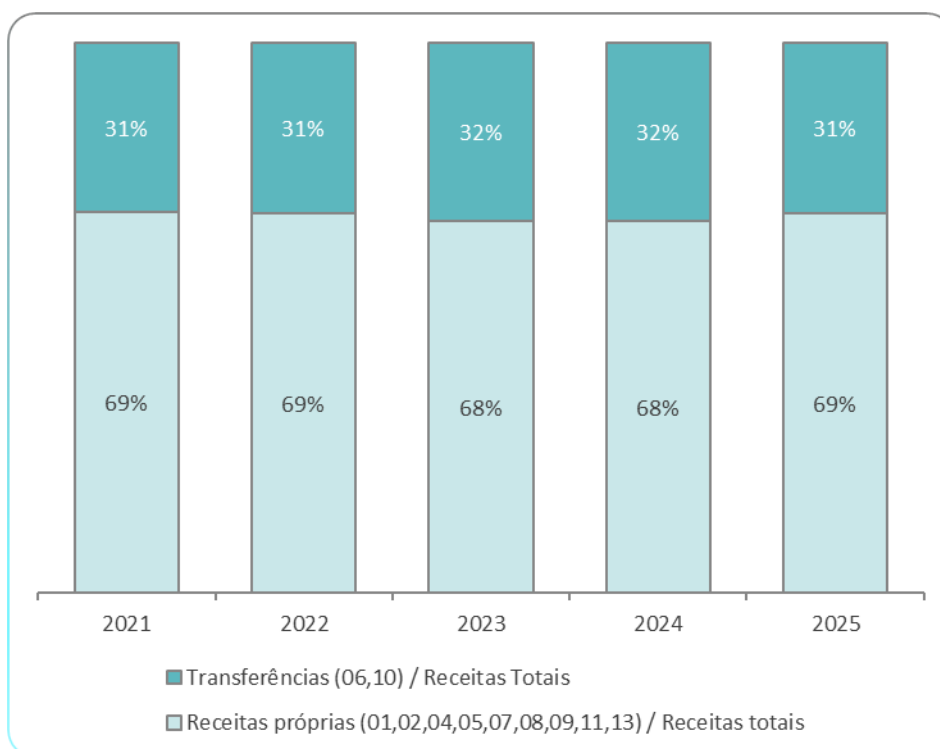
A tabela 5 apresenta os indicadores de equilíbrio orçamental, que ilustram o desempenho financeiro global do Município em termos de sustentabilidade fiscal.

- O saldo corrente (receitas correntes cobradas menos despesas correntes pagas) face às receitas correntes cobradas apresentou diminuição significativa no exercício em análise. Obstante, este resultado permite a afetação de receitas correntes à realização de investimento, evidenciando a manutenção do equilíbrio orçamental;
- As despesas com pessoal têm representado aproximadamente um terço das receitas correntes, atingindo a sua maior proporção no exercício em análise com 37,30%, tendo diminuído o seu peso quando comparado com o ano 2024;
- O serviço da dívida (somatório de juros e amortizações de empréstimos) tem demonstrado uma redução sustentada, representando apenas 1,70% das receitas correntes em 2025, como resultado da diminuição dos financiamentos de médio e longo prazo e da

correspondente redução das despesas com amortização e juros. Este desempenho reflete o esforço consistente do Município na redução da sua carga de endividamento.

A figura 7 ilustra a evolução da estrutura financeira do Município de Tavira nos últimos 5 anos, permitindo avaliar tendências de médio prazo na composição das receitas e despesas.

FIGURA 7 | EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA



3. RECEITA

Em 2025, a receita cobrada total atingiu €67.621.329, correspondendo a uma execução global de 94,44% do orçamento aprovado, representando um crescimento face ao exercício anterior atribuível principalmente à receita corrente.

A tabela 6 apresenta a execução da receita por classificação económica para os exercícios de 2025 e 2024, permitindo identificar com clareza as rubricas com maior variação e as tendências subjacentes.

TABELA 6 | EXECUÇÃO DA RECEITA

Unidade: Euros

RÚBRICA	2025			2024		
	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO
Receitas correntes	41.060.000	44.326.208	107,95%	39.400.000	39.352.928	99,88%
Impostos diretos	21.646.500	25.728.892	118,86%	22.430.000	21.217.071	94,59%
Impostos indiretos	100	-	-	100	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	2.213.600	1.610.126	72,74%	1.626.600	2.978.665	183,12%
Rendimentos de propriedade	3.702.800	3.819.329	103,15%	2.530.100	2.135.602	84,41%
Transferências correntes	11.975.300	11.780.442	98,37%	11.352.700	11.532.340	101,58%
Venda de bens e serviços correntes	1.000.200	1.053.501	105,33%	933.600	981.145	105,09%
Outras receitas correntes	521.500	333.919	64,03%	526.900	508.104	96,43%
Receitas capital	10.157.400	2.912.603	28,67%	2.099.000	1.816.090	86,52%
Venda de bens de investimento	5.300	4.160	78,49%	2.700	1.530	56,67%
Transferências de capital	10.151.600	2.908.443	28,65%	2.071.100	1.789.811	86,42%
Ativos financeiros	200	-	-	200	-	-
Passivos financeiros	200	-	-	200	-	-
Outras receitas de capital	100	-	-	24.800	24.749	99,79%
Outras receitas	20.382.600	20.382.518	100,00%	23.001.000	23.033.205	100,14%
Reposições não abatidas nos pagamentos	198.767	198.685	99,96%	2.897	35.102	1211,66%
Saldo da gerência anterior	20.183.833	20.183.833	100,00%	22.998.103	22.998.103	100,00%
TOTAL	71.600.000	67.621.329	94,44%	64.500.000	64.202.222	99,54%

Durante o exercício em análise, diversas rubricas de receita apresentaram execuções que ultrapassaram as estimativas, com exceção de algumas categorias que registaram desempenho significativamente inferior ao previsto.

Destaca-se positivamente a execução dos "Impostos diretos", que em 2025 apresentou um resultado significativo, superando as previsões, e ainda das "Vendas de bens e serviços" e dos "Rendimentos de propriedade", enquanto as "Transferências de capital" ficaram muito aquém do estimado, dada a baixa

execução dos fundos comunitários.

A Figura 8 apresenta uma comparação da distribuição da receita por tipo entre os anos de 2024 e 2025. Embora tenham ocorrido variações percentuais, não foram observadas mudanças relevantes na estrutura percentual, mantendo-se as proporções relativas entre os diferentes tipos de receita. As Receitas fiscais mantiveram-se como o principal componente, representando 40,43% do total, seguidas pelo Saldo de gerência com 29,85% e pelas Transferências com 21,72%.

FIGURA 8 | DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS POR TIPO

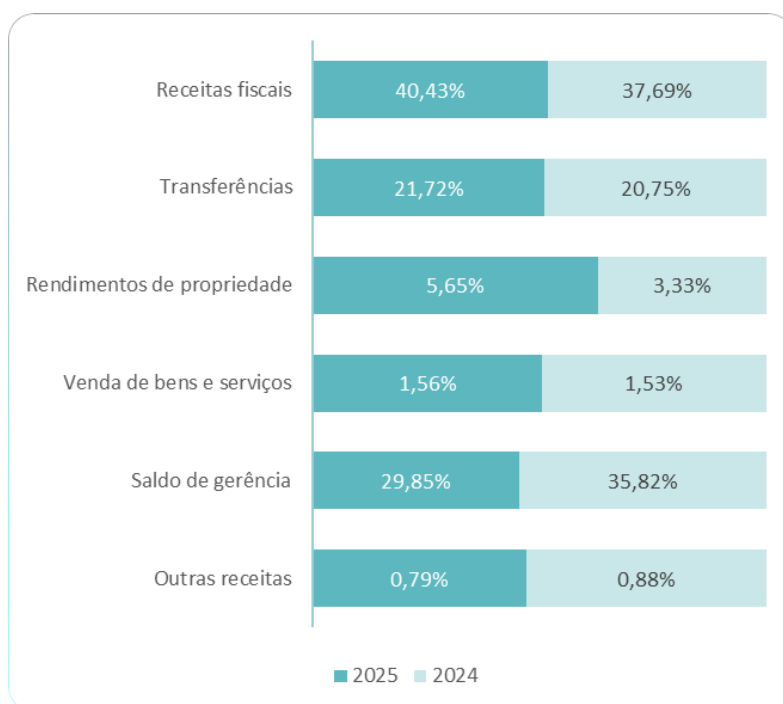
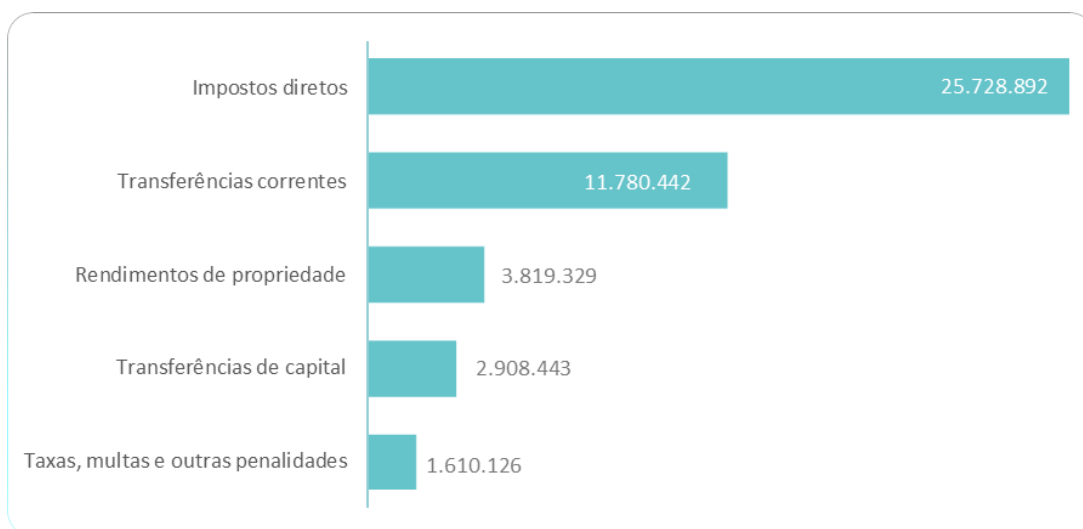


FIGURA 9 | PRINCIPAIS RECEITAS - 2025



A figura 9 demonstra as 5 receitas principais no ano 2025, com os “Impostos diretos” (que incluem a

receita de IMI, IMT, IUC e derrama) a deterem o papel principal com um destaque relevante face às restantes, o que revela a grande dependência da autarquia em relação a estas receitas.

Em termos de receita global, a figura 10 demonstra a evolução das receitas correntes e de capital num horizonte temporal de 5 anos, confirmando-se um crescimento constante desde o ano 2021, com exceção do abrandamento em 2024.

FIGURA 10 | EVOLUÇÃO DAS RECEITAS 2021 - 2025



A análise subsequente detalha o comportamento das várias rúbricas de receita, explicando as variações observadas e o seu contexto económico e regulatório.

3.1 RECEITA CORRENTE

Este capítulo examina em maior profundidade as principais receitas, incluindo impostos diretos, taxas, venda de bens, prestação de serviços correntes e transferências correntes, com o intuito de compreender os diferentes comportamentos associados a cada categoria.

A receita corrente total cobrada, registou um crescimento significativo em 2025, de €4.973.281 (12,64%) comparativamente a 2024, refletindo variações distintas entre as diversas rúbricas que a integram, conforme apresentado na tabela 7.

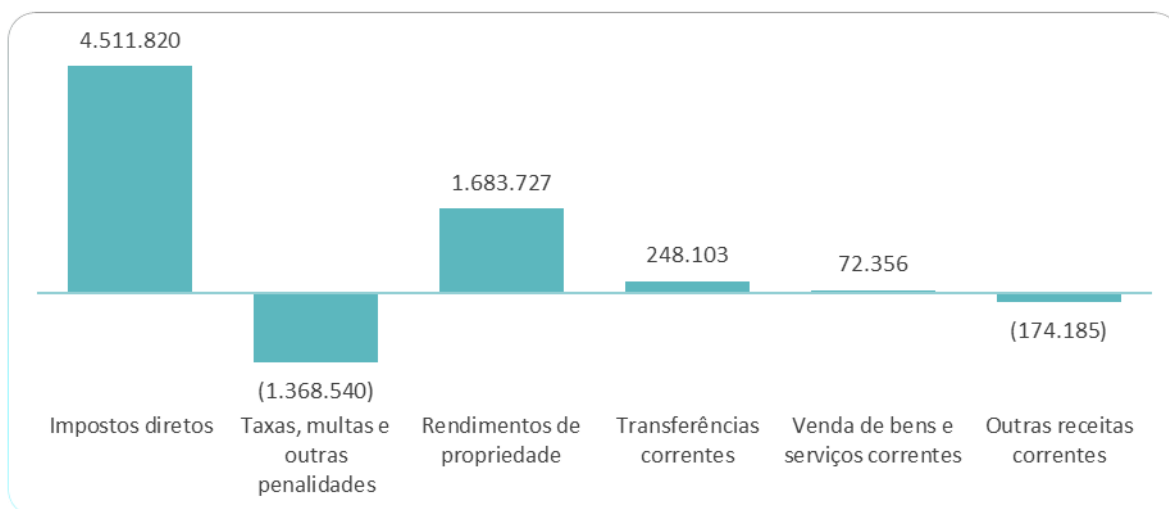
TABELA 7 | RECEITA CORRENTE

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VAR. RECEITA COBRADA	
Impostos diretos	25.728.892	21.217.071	4.511.820	▲ 21,27%
Taxas, multas e outras penalidades	1.610.126	2.978.665	(1.368.540)	▼ (45,94%)
Rendimentos de propriedade	3.819.329	2.135.602	1.683.727	▲ 78,84%
Transferências correntes	11.780.442	11.532.340	248.103	▲ 2,15%
Venda de bens e serviços correntes	1.053.501	981.145	72.356	▲ 7,37%
Outras receitas correntes	333.919	508.104	(174.185)	▼ (34,28%)
TOTAL	44.326.208	39.352.928	4.973.281	▲ 12,64%

A figura 11, demonstra as variações da receita corrente entre os anos 2024 e 2025, onde se destacam positivamente os “Impostos diretos” com um aumento de cerca de 4,5 milhões de euros, assim como os “Rendimentos de propriedade”, que cresceram aproximadamente 1,7 milhões de euros. Esses acréscimos ajudaram a compensar a redução de 1,4 milhões de euros verificada na categoria “Taxas, multas e outras penalidades”.

FIGURA 11 | VARIAÇÃO DA RECEITA CORRENTE ENTRE 2024 E 2025



Para uma melhor compreensão das variações registadas em cada categoria, será feita, em seguida, uma análise detalhada das que têm maior relevância, como é o caso dos impostos diretos, das taxas e venda de bens e serviços e das transferências correntes.

No que diz respeito aos impostos diretos, eles representam a parcela mais significativa das receitas correntes da autarquia e são considerados a principal fonte de receitas municipais. Por isso, analisar como esses impostos são compostos é fundamental para entender as dinâmicas da arrecadação fiscal.

Como mostra a tabela 8, estes impostos tiveram um aumento expressivo em relação ao ano anterior, principalmente devido ao crescimento do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis), que registou €3.714.522 (26,84%), resultado dos altos valores por metro quadrado praticados na venda de imóveis em Tavira. O IMI também apresentou um acréscimo de €489.755 (7,74%), mesmo com a decisão da autarquia de aplicar a taxa mínima de IMI (0,30%) e oferecer benefícios fiscais similares aos anos anteriores, como redução de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para famílias com dependentes, extensão da isenção de IMI e redução de IMI para prédios arrendados para habitação permanente. Vale ressaltar que anualmente há prédios que encerram o período de isenção, e que ocorrem reavaliações do valor patrimonial que explicam em parte a subida do montante recebido com este imposto. De notar ainda, o crescimento da Derrama, que começou a ser aplicada, em 2024, uma taxa de 0,1% aos lucros das empresas com volume de negócios superiores a €150.000 e em 2025 passou a ser de 0,5%, o que justifica a variação positiva deste imposto de €239.945 (560,39%).

TABELA 8 | IMPOSTOS DIRETOS

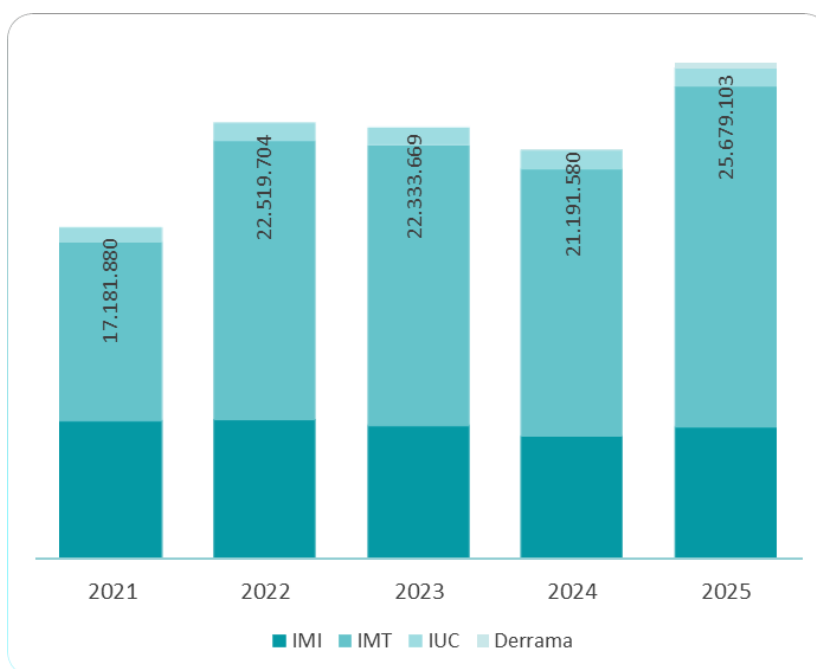
Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VAR. RECEITA COBRADA
Impostos diretos	25.396.340	21.148.762	4.247.578 ▲ 20,08%
IMI	6.819.043	6.329.288	489.755 ▲ 7,74%
IUC	1.024.783	981.482	43.301 ▲ 4,41%
IMT	17.552.514	13.837.993	3.714.522 ▲ 26,84%
Derrama	282.763	42.818	239.945 ▲ 560,39%

A figura 12 ilustra de forma objetiva, o crescimento dos montantes recebidos em impostos diretos, com destaque para o peso relativo do IMT nestes. Revelando a sua importância no financiamento municipal.

Por isso, é fundamental lembrar que este imposto é extremamente volátil, o que influencia os investimentos de médio e longo prazo que poderão ser realizados no município. Verifica-se que, desde 2022, o valor dos impostos permanece em torno de uma média de 22 milhões de euros, resultado principalmente da crescente procura estrangeira por casas na região. Esse aumento, aliado à inflação, provocou uma valorização significativa dos preços das habitações, levando a recordes de arrecadação no IMT, que neste ano chegou a 17,5 milhões de euros.

FIGURA 12 | EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS



De seguida, através da tabela 9, iremos apreciar o comportamento da receita corrente das rubricas económicas das “Taxas, multas e outras penalidades” e da “Venda de bens e serviços correntes”.

TABELA 9 | TAXAS E VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Unidade: €

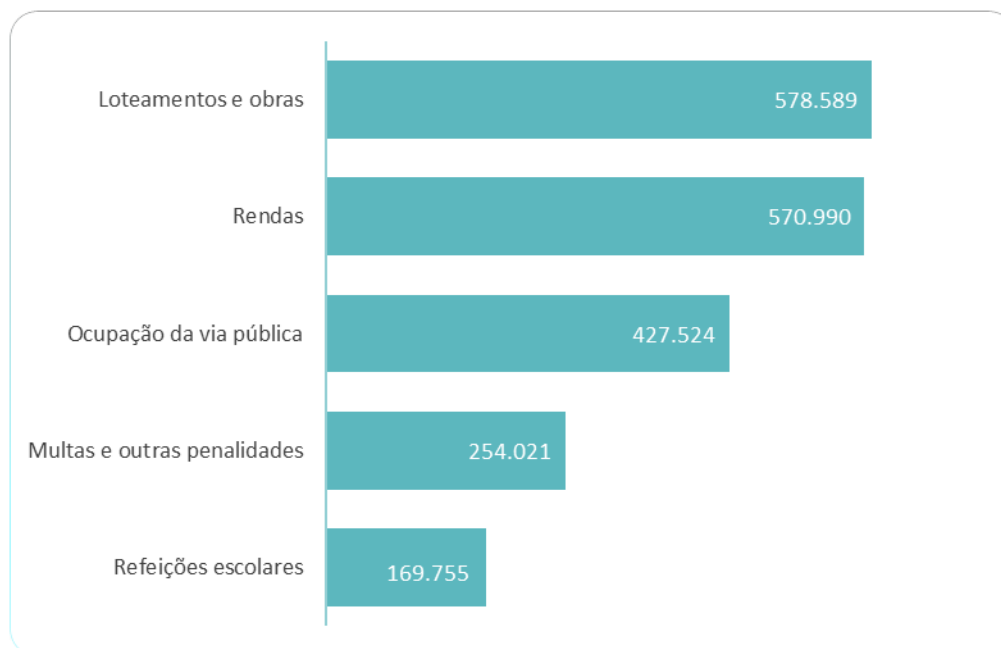
RÚBRICA	2025	2024	VAR. RECEITA COBRADA	
Taxas, multas e outras penalidades	1.610.126	2.978.665	(1.368.540)	▼ (45,94%)
Loteamentos e obras	578.589	2.009.388	(1.430.800)	▼ (71,21%)
Ocupação da via pública	427.524	398.939	28.585	▲ 7,17%
Cemitérios	74.989	90.281	(15.291)	▼ (16,94%)
Multas e outras penalidades	254.021	187.811	66.210	▲ 35,25%
Outras	275.002	292.246	(17.244)	▼ (5,90%)
Venda de bens e serviços correntes	1.053.501	981.145	72.356	▲ 7,37%
Venda de bens	3.832	6.472	(2.639)	▼ (40,78%)
Serviços culturais	18.361	20.806	(2.446)	▼ (11,75%)
Serviços desportivos	73.584	49.591	23.993	▲ 48,38%
Trabalhos por conta de particulares	45.221	34.723	10.498	▲ 30,23%
Mercados e feiras	132.645	123.146	9.499	▲ 7,71%
Prolongamento de horário	28.327	32.053	(3.726)	▼ (11,62%)
Refeições escolares	169.755	168.870	885	▲ 0,52%
Rendas	570.990	540.055	30.935	▲ 5,73%
Outras	29.146	26.235	2.911	▲ 11,10%

Relativamente às “Taxas, multas e outras penalidades”, verificou-se uma redução expressiva de €1.368.540 (45,94%), causada exclusivamente pela diminuição das receitas provenientes de “Loteamentos e obras”. Em 2025, essas receitas baixaram €1.430.800 (71,21%) em comparação com 2024, ano em que foram emitidos alguns alvarás de loteamento relevantes, demonstrando uma atividade empresarial mais intensa no município, sobretudo na área da construção, algo que não se repete anualmente.

Em relação à “Venda de bens e serviços correntes” observou-se um aumento de €72.356 (7,37%), motivada pelo aumento da receita com as “Rendas” no montante de €30.935 (5,73%), fruto de atualizações legais, seguida pelos “Serviços desportivos” com €23.993 (48,38%) e pelos “Trabalhos por conta de particulares” €10.498 (30,23%). Importa salientar que o crescimento nos serviços desportivos corresponde, na verdade, ao setor cultural, uma vez que parte da receita proveniente da bilheteira do Teatro Municipal foi registada incorretamente.

Na figura 13, observamos as 5 principais rúbricas de receita de “Taxas, multas e outras penalidades” e “Venda de bens e serviços correntes” no ano 2025, destacando-se em primeiro lugar, os “Loteamentos e Obras” com €578.589, seguida das “Rendas” com um valor significativo de €570.990 e da “Ocupação de via pública” com €427.524.

FIGURA 13 | PRINCIPAIS TAXAS E VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES EM 2025



A tabela 10 detalha as rúbricas que compõem as "Transferências correntes", que são a segunda maior fonte de receita municipal, após os impostos, e que em 2025 apresentaram um aumento de €248.103 (2,15%).

TABELA 10 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

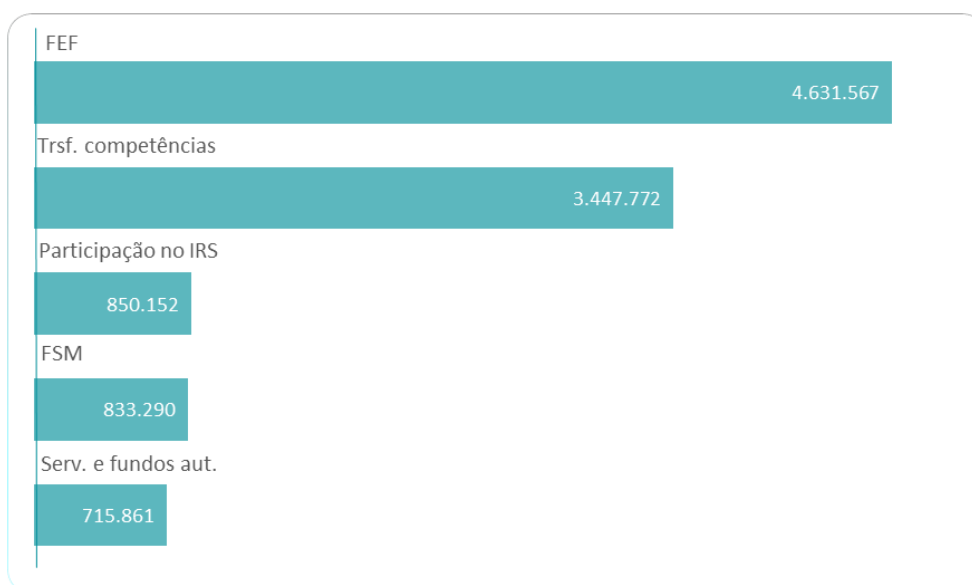
Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VAR. RECEITA COBRADA	
Transferências correntes	11.780.442	11.532.340	248.103	▲ 2,15%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.631.567	4.423.699	207.868	▲ 4,70%
Fundo Social Municipal	833.290	725.517	107.773	▲ 14,85%
Participação fixa no IRS	850.152	836.669	13.483	▲ 1,61%
Trsf. competências - Lei 50/2018	3.447.772	3.563.653	(115.881)	▼ (3,25%)
Participação do IVA	482.869	475.092	7.777	▲ 1,64%
Projetos cofinanciados	220.585	171.928	48.657	▲ 28,30%
Serviços e fundos autónomos	715.861	868.739	(152.878)	▼ (17,60%)
Outras	598.346	467.043	131.303	▲ 28,11%

O crescimento mais significativo das transferências correntes em termos absolutos foi de €207.868 (4,70%), proveniente de transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, em sentido inverso registou-se uma redução dos montantes recebidos dos Fundos e serviços autónomos e das Transferências para financiamento de competências delegadas ao abrigo da Lei n.º 50/2018, no montante de €152.878 (17,60%) e €115.881 (3,25%), respetivamente.

A figura 14 apresenta as 5 principais receitas de transferências correntes em 2025, confirmando a importância do financiamento estatal na receita municipal, com destaque para o do Fundo de Equilíbrio Financeiro e das Transferências para financiamento de competências delegadas.

FIGURA 14 | PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM 2025



A próxima tabela discrimina os diversos projetos com comparticipação em 2025, quer por fundos

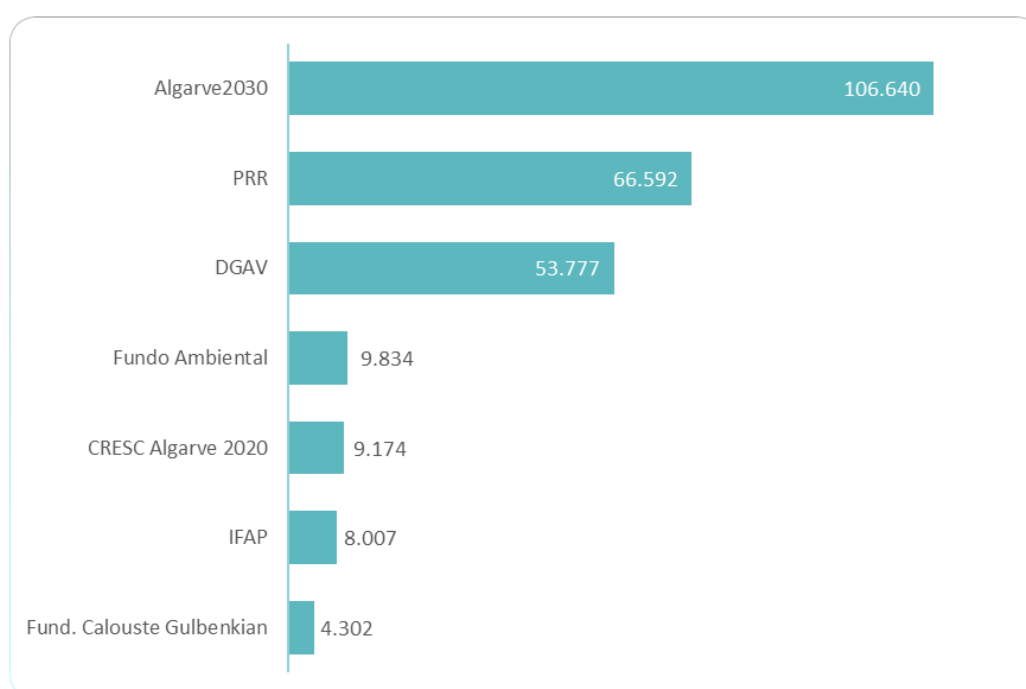
européus, quer nacionais, destacando-se o projeto de “Tavira-#DigitalizaMais” com €102.921 de receita cobrada e uma representação de 39,84% neste tipo de receita, seguida dos projetos da “Radar Social” com €66.592 (25,78%) e do “Programa de Concessão de Incentivos Financeiros para Invest. no CRO” com €35.046 (13,57%).

TABELA 11 | RECEITA CORRENTE COMPARTICIPADA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Tavira-#DigitalizaMais	Algarve2030	102.921	39,84%
Radar Social - Criação de Equipas para Projeto Piloto	PRR	66.592	25,78%
Programa de Concessão de Incentivos Financeiros para Invest. no CRO	DGAV	35.046	13,57%
Campanha Serv. Vet. alimentação do CRO para famílias carência prog. CED	DGAV	10.500	4,06%
CircularNet	Fundo Ambiental	9.834	3,81%
Fruta escolar	IFAP	8.007	3,10%
Tavira+Neutra	Fund. Calouste Gulbenkian	4.302	1,67%
Dançar com a Diferença	Algarve2030	3.720	1,44%
Campanha de esterelização de cães e gatos de companhia	DGAV	3.726	1,44%
Algarve+Digital	CRESC Algarve 2020	3.752	1,45%
Campanha de Ações Formação e Promoção de detenção responsável de anim	DGAV	3.000	1,16%
Dieta Mediterrânica nos Territórios de Baixa Densidade	CRESC Algarve 2020	2.803	1,09%
FOME	CRESC Algarve 2020	1.666	0,65%
Campanha de apoio à identificação eletrónica de animais de companhia	DGAV	1.505	0,58%
Valorização do Património Natural de Tavira - Turismo Natureza	CRESC Algarve 2020	952	0,37%
TOTAL		258.325	100,00%

FIGURA 15 | RECEITA CORRENTE COMPARTICIPADA POR PROGRAMA EM 2025



A figura 15 agrupa os valores de cada projeto segundo o programa de financiamento respetivo, facilitando a compreensão da diversidade de fontes de financiamento, destacando-se o programa do Algarve 2030, o PRR e a DGAV.

3.2 RECEITA DE CAPITAL

Relativamente às receitas de capital, as transferências de capital são o componente mais relevante, uma vez que as demais rubricas têm pouco impacto.

A tabela 12 mostra as receitas provenientes das "Transferências de capital" arrecadadas em 2025 e 2024, ressaltando como essa fonte é relevante para o financiamento de investimentos. Observou-se um aumento expressivo de €1.118.632 (62,50%), resultado do maior volume de fundos recebido por meio de projetos cofinanciados, totalizando €1.017.117 (125,89%). Este crescimento deve-se principalmente à chegada de verbas do PRR destinadas à construção do edifício de serviços de saúde em Tavira neste ano.

TABELA 12 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VAR. RECEITA COBRADA	
Transferências de capital	2.908.443	1.789.811	1.118.632	▲ 62,50%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	514.618	491.522	23.096	▲ 4,70%
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	568.672	467.043	101.629	▲ 21,76%
Projetos cofinanciados	1.825.089	807.972	1.017.117	▲ 125,89%
Serviços e fundos autónomos	-	23.274	(23.274)	▼ (100,00%)
Outras	63	0	63	—

A figura 16 faz uma comparação entre a distribuição das transferências de capital em 2025 e 2024, destacando que os "Projetos de investimento" representam a maior parte das receitas de capital. As demais categorias têm participação mais reduzida, e a principal diferença observada nas percentagens decorre do aumento da importância dos projetos cofinanciados.

Na tabela 13 são elencados todos os projetos com comparticipação em 2025, quer por parte da União Europeia, quer do Estado. Onde aparece destacada a receita mencionada anteriormente, do PRR, para a construção do edifício de serviços de saúde em Tavira, com uma verba de €1.060.875 a representar mais de metade das transferências recebidas em 2025 - 59,74%, seguida da verba remanescente do

CRESC Algarve 2020 para a obra de requalificação das frentes ribeirinhas – Rua do cais com €347.200 (19,55%). A Requalificação/Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo, também recebeu uma comparticipação significativa em 2025, proveniente do novo programa Algarve 2030, no montante de €120.319 (6,78%).

FIGURA 16 | DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

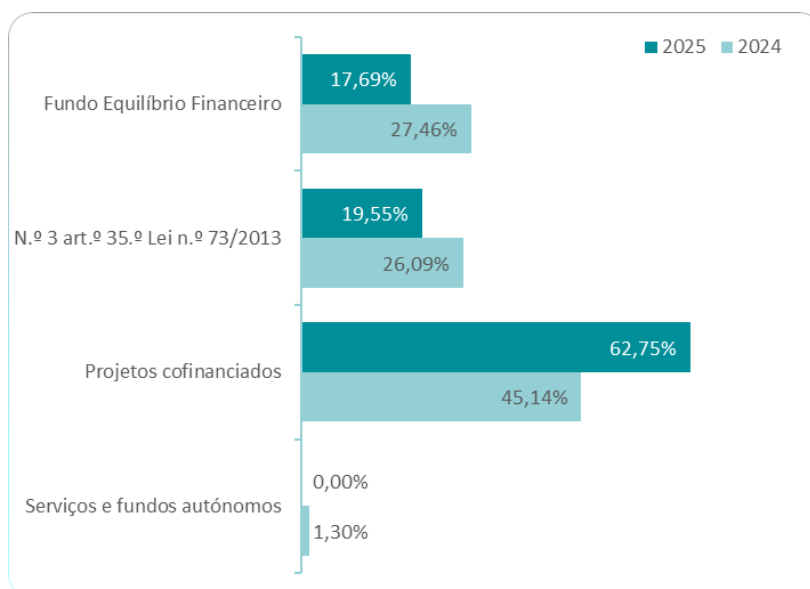


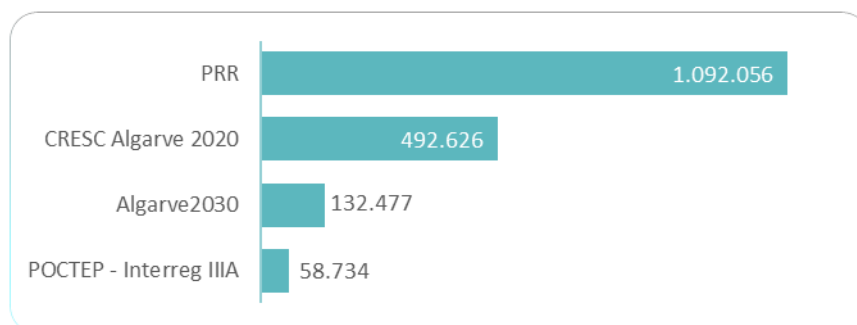
TABELA 13 | RECEITA DE CAPITAL COMPARTICIPADA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Construção do Edifício de Serviços de Saúde em Tavira	PRR	1.060.875	59,74%
Requalificação das Frentes Ribeirinha - Rua do Cais	CRESC Algarve 2020	347.200	19,55%
Requalificação/Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo	Algarve2030	120.319	6,78%
Reabilitação do CineTeatro António Pinheiro	CRESC Algarve 2020	66.032	3,72%
CILIFO	POCTEP - Interreg IIIA	58.734	3,31%
Conservação da USF Balsa - Conceição/Cabanas	PRR	31.181	1,76%
Ciclovía - Rua Capitão Jorge Ribeiro Cabanas	CRESC Algarve 2020	21.756	1,23%
Tavira-#DigitalizaMais	Algarve2030	12.158	0,68%
Requalificação da EB1 e Pré-Escolar de Santo Estevão	CRESC Algarve 2020	19.733	1,11%
Casa da Aldeia - Cachopo	CRESC Algarve 2020	8.505	0,48%
Ciclovía/Ecovía do Litoral Sul	CRESC Algarve 2020	9.348	0,53%
Requalificação da Igreja de Santa Maria do Castelo	CRESC Algarve 2020	7.066	0,40%
Eficiência Energética nas Piscinas de Tavira	CRESC Algarve 2020	4.283	0,24%
Requalificação da Fonte Férrea de Cachopo	CRESC Algarve 2020	4.025	0,23%
Unidade de Saúde Móvel	CRESC Algarve 2020	3.001	0,17%
Reabilitação dos Arranjos Exteriores da Porta Nova	CRESC Algarve 2020	1.514	0,09%
Obras de Conservação na EB1+JI da Conceição	CRESC Algarve 2020	164	0,01%
TOTAL		1.775.893	100,00%

A figura 17 agrupa as receitas de transferências de capital por tipo de programa de financiamento, clarificando as diferentes origens dos fundos, onde aparece destacado o PRR, logo seguido pelo CRESC Algarve 2020.

FIGURA 17 | RECEITA DE CAPITAL COMPARTICIPADA POR PROGRAMA EM 2025



3.3 OUTRAS RECEITAS

As outras receitas compõem-se do saldo de gerência do ano anterior e das reposições não abatidas nos pagamentos do exercício.

O saldo de gerência anterior corresponde ao saldo entre recebimentos e pagamentos do ano anterior, representando recursos líquidos disponíveis para o exercício seguinte, ou seja, é o saldo que transitou do ano anterior para o orçamento do ano.

A tabela 14 apresenta a evolução das outras receitas entre 2024 e 2025, evidenciando uma redução significativa de €2.650.687 (11,51%), devido ao saldo de gerência que transitou para o ano 2025, ter sido menor em €2.814.270 (12,24%).

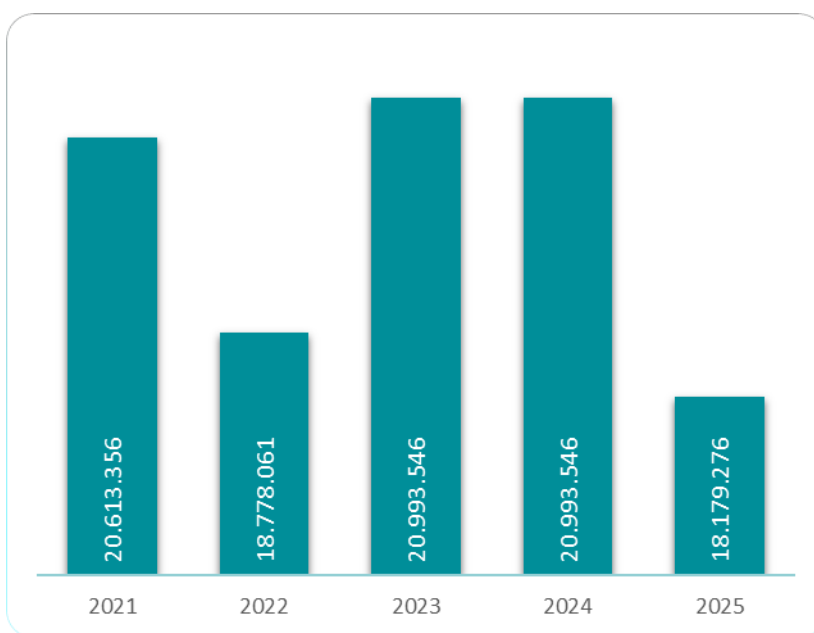
TABELA 14 | OUTRAS RECEITAS

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VAR. RECEITA COBRADA	
Outras receitas	20.382.518	23.033.205	(2.650.687)	(11,51%)
Reposições não abatidas nos pagamentos	198.685	35.102	163.583	466,03%
Saldo da gerência anterior	20.183.833	22.998.103	(2.814.270)	(12,24%)

Nos últimos 5 anos, o saldo de gerência anterior tem oscilado entre os €18 e os €21 milhões, demonstrando a importância deste saldo no orçamento global do município.

FIGURA 18 | EVOLUÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA – 2021/2025



4. DESPESA

No que concerne à despesa, registaram-se no decorrer do ano 2025, 13 alterações orçamentais, das quais 12 foram alterações permutativas para possibilitar a correta inscrição em orçamento das despesas no decorrer do ano, e 1 foi modificativa (revisão), para a integração do saldo de gerência. Assim, as verbas incluídas nas “Previsões corrigidas” correspondem às dotações finais de cada rubrica, ou seja, as dotações que resultaram das várias alterações orçamentais no decorrer do ano.

A tabela 15 apresenta a execução da despesa por classificação económica em 2025 e 2024, mostrando o percentual de execução em cada categoria, permitindo que se avalie quais as rubricas que tiveram melhor desempenho orçamental.

Verifica-se assim, que em 2025, houve uma melhoria na execução da despesa, quer em termos de despesa corrente que passou de 78,38% de execução em 2024 para os 83,21% em 2025, quer a despesa de capital que passou de 42,34% para 43,90%, o que globalmente dá uma execução de 69,86%. Não obstante esta execução ser melhor, é importante que se continuem a desenvolver todos os esforços para que a execução da despesa apresente uma melhor execução.

TABELA 15 | EXECUÇÃO DA DESPESA

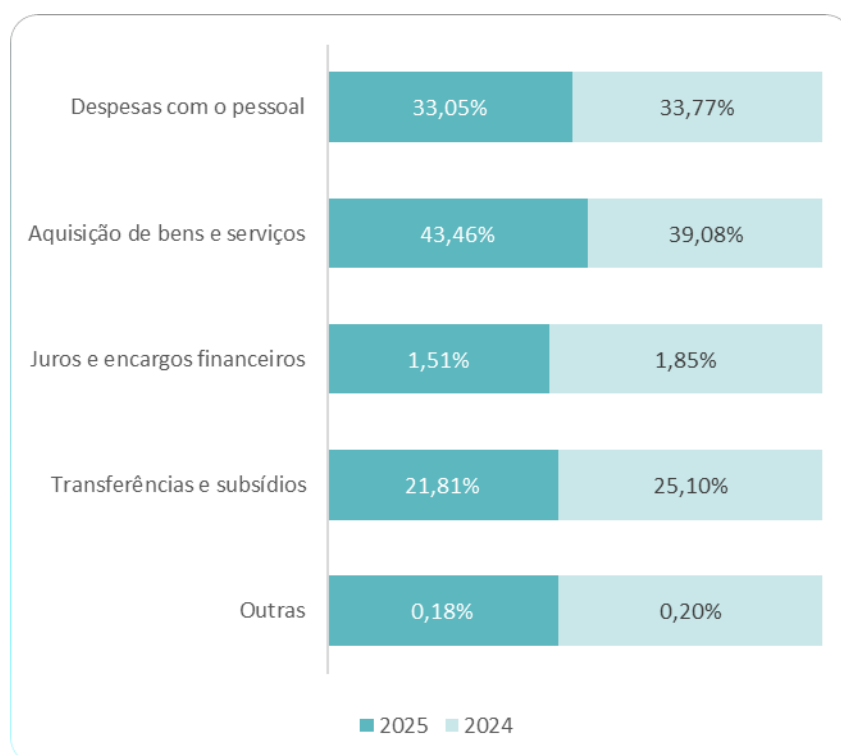
Unidade: €

RÚBRICAS	2025			2024		
	PREVISÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU EXECUÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU EXECUÇÃO
Despesas correntes	47.280.100	39.342.889	83,21%	46.370.000	36.342.667	78,38%
Despesa com o pessoal	17.660.400	16.531.854	93,61%	16.412.700	14.865.453	90,57%
Aquisição de bens e serviços	17.736.800	12.223.176	68,91%	17.590.600	10.530.327	59,86%
Juros e outros encargos	118.600	64.866	54,69%	119.800	108.425	90,50%
Transferências correntes	5.230.500	4.581.840	87,60%	5.508.000	4.530.220	82,25%
Subsídios	6.345.000	5.853.139	92,25%	6.558.900	6.219.057	94,82%
Outras despesas correntes	188.800	88.014	46,62%	180.000	89.184	49,55%
Despesas de capital	24.319.900	10.677.472	43,90%	18.130.000	7.675.722	42,34%
Aquisição de bens de capital	22.154.400	9.516.350	42,95%	16.300.000	6.670.125	40,92%
Transferências de capital	1.449.500	472.123	32,57%	1.051.000	298.686	28,42%
Passivos financeiros	714.000	688.999	96,50%	759.000	706.911	93,14%
Outras despesas capital	2.000	-	0,00%	20.000	-	0,00%
TOTAL	71.600.000	50.020.361	69,86%	64.500.000	44.018.389	68,25%

Pode-se observar que as despesas correntes com melhores taxas de execução são as relacionadas ao pessoal e subsídios, ambas ultrapassando os 90%. Entre as despesas de capital, apenas os passivos

financeiros (amortização dos empréstimos) atingem esse patamar. Esses tipos de despesa são executados de maneira imediata e correspondem diretamente ao valor a ser pago, o que explica as altas taxas de execução, pois não dependem de processos de contratação como as prestações de serviços ou fornecimento de bens.

FIGURA 19 | DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO

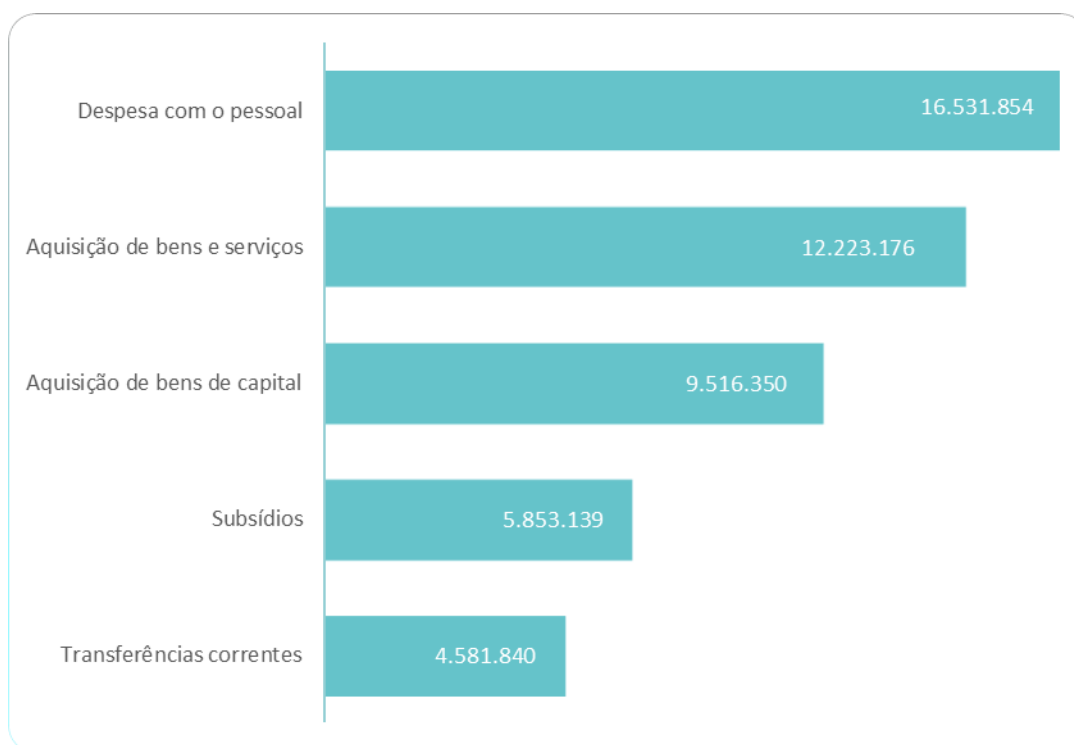


Em termos de distribuição das despesas por tipo, se observarmos a figura 19, concluímos que apenas se registaram alterações pouco significativas. Destacando-se apenas o aumento da “Aquisição de bens e serviços” que reforçaram a sua representatividade para os 43,46%, por contrapartida das restantes, nomeadamente das “Despesas com o pessoal” que passaram a representar 33,05% e as “Transferências e subsídios” que diminuiram para os 21,81%.

Importa esclarecer que a construção desta figura pretende demonstrar as despesas da autarquia, independentemente da sua natureza, corrente ou capital, pelo que todos os tipos de despesa incluem montantes correntes e de capital, com exceção da “Despesa com o pessoal” que é apenas corrente.

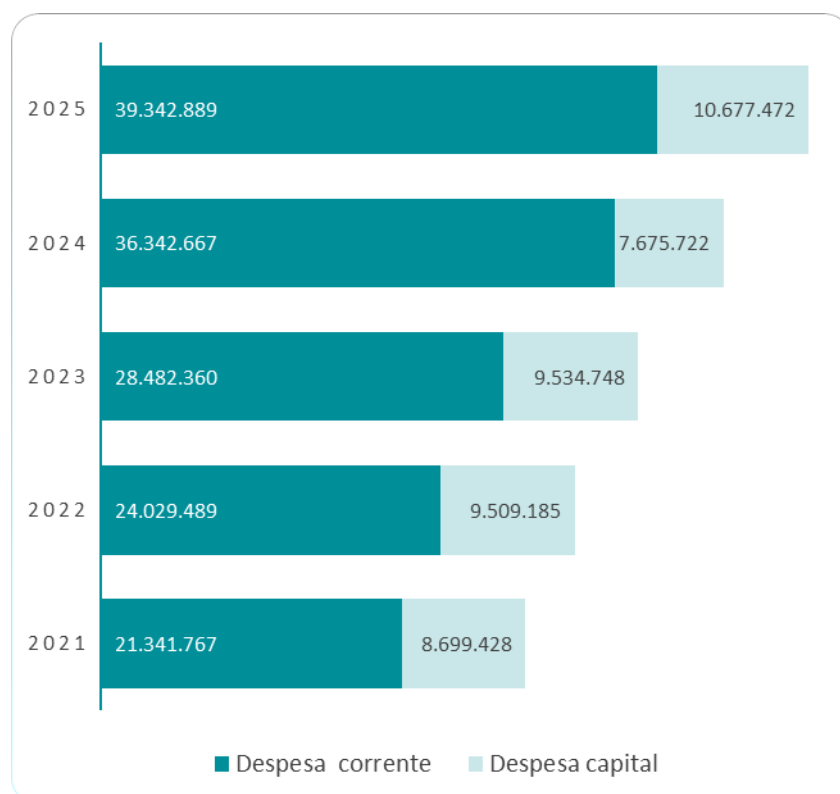
Na figura 20 percebe-se então quais as despesas mais relevantes, no ano 2025, onde as “Despesas com o pessoal” se destacam com €16.531.854, cerca de 33% de todos os pagamentos do ano, seguidas da “Aquisição de bens e serviços” e da “Aquisição de bens de capital”, a representar 24% e 19%, respetivamente.

FIGURA 20 | PRINCIPAIS DESPESAS POR TIPO EM 2025



A figura 21 mostra a evolução da despesa paga nos últimos cinco anos, evidenciando uma tendência crescente, particularmente nas despesas correntes, e nas despesas de capital do ano 2025.

FIGURA 21 | EVOLUÇÃO DAS DESPESAS - 2021/2025



4.1 DESPESA CORRENTE

As despesas correntes aumentaram €3.000.222 (8,26%) em 2025, face ao ano anterior. A categoria que mais cresceu em termos absolutos foi a “Aquisição de bens e serviços”, com um acréscimo de €1.692.848 (16,08%), seguida das “Despesas com o pessoal”, que registaram um aumento de €1.666.400 (11,21%). Em sentido contrário, os “Subsídios” diminuíram €365.918 (5,88%). Estas rubricas, juntamente com as “Transferências correntes”, constituem as principais componentes da despesa corrente e serão analisadas com maior detalhe neste capítulo.

TABELA 16 | DESPESAS CORRENTES

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VARIAÇÃO DESPESA PAGA	
Despesa com o pessoal	16.531.854	14.865.453	1.666.400	▲ 11,21%
Aquisição de bens e serviços	12.223.176	10.530.327	1.692.848	▲ 16,08%
Juros e outros encargos	64.866	108.425	(43.559)	▼ -40,17%
Transferências correntes	4.581.840	4.530.220	51.620	▲ 1,14%
Subsídios	5.853.139	6.219.057	(365.918)	▼ -5,88%
Outras despesas correntes	88.014	89.184	(1.170)	▼ -1,31%
TOTAL	39.342.889	36.342.667	3.000.222	▲ 8,26%

Em relação às despesas com o pessoal importa referir, em primeiro lugar, que em 2023 entrou em vigor numa nova estrutura orgânica, composta por 4 unidades orgânicas nucleares; 16 unidades orgânicas flexíveis de segundo grau e 6 unidades orgânicas flexíveis de terceiro grau, o que veio de alguma forma incrementar os custos com o pessoal, dado que na estrutura anterior o número de unidades orgânicas era substancialmente menor. Em segundo lugar, realça-se que por via da abertura de procedimentos concursais se verificou a entrada de novos trabalhadores (4 técnicos superiores, 3 assistentes técnicos, 31 assistentes operacionais, 1 carreira especial de fiscalização e 9 bombeiros sapadores).

Se a estes motivos acrescentarmos o aumento da base remuneratória da Administração Pública (BRAP), atualização da remuneração base da Administração Pública, o acelerador de carreiras, a nova estrutura remuneratória dos bombeiros sapadores, atualização salarial as valorizações salariais e as alterações de posicionamento remuneratório resultantes da avaliação de desempenho que se aplicaram em resultado da avaliação de desempenho do biénio 2023/24, justificam a subida deste tipo de despesa.

TABELA 17 | DESPESAS COM PESSOAL

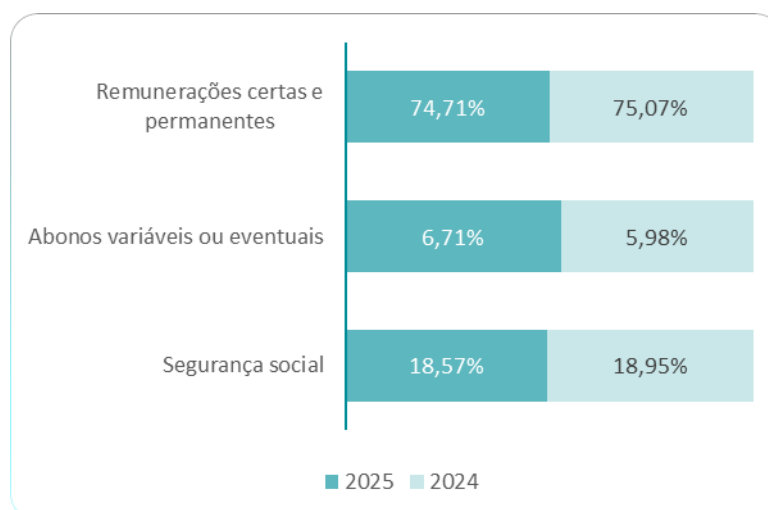
Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VARIAÇÃO DESPESA PAGA
Despesa com o pessoal	16.531.854	14.865.453	1.666.400 ▲ 11,21%
Remunerações certas e permanentes	12.351.607	11.159.151	1.192.456 ▲ 10,69%
Abonos variáveis ou eventuais	1.110.097	888.871	221.227 ▲ 24,89%
Segurança social	3.070.150	2.817.431	252.718 ▲ 8,97%

Face às razões mencionadas, registou-se um aumento generalizado da despesa com o pessoal como podemos verificar na tabela 17. As “Remunerações certas e permanentes” aumentaram €1.192.456 (10,69%), os “Abonos variáveis ou eventuais” registaram um acréscimo de €221.227 (24,89%), essencialmente por via do aumento do trabalho suplementar e do pagamento de prémios de desempenho no ano de 2025 (referente ao biénio 2023/2024), e as despesas com a “Segurança Social” aumentaram €252.718 (8,97%).

A figura 22 ilustra as variações nas despesas com pessoal entre 2025 e 2024, em termos percentuais, permitindo identificar as categorias com maior crescimento, registando-se um ligeiro aumento dos “Abonos variáveis ou eventuais” em contrapartida da diminuição das “Remunerações certas e permanentes” e da “Segurança Social”.

FIGURA 22 | DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



A tabela 18 apresenta as principais despesas incluídas na categoria "Aquisição de bens e serviços", comparando os valores dos anos de 2025 e 2024. Nela, observam-se tanto aumentos quanto reduções

nos gastos, levando a um acréscimo de €1.692.848 (16,08%) nas despesas totais de aquisição de bens e contratação de serviços.

TABELA 18 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Unidade: €

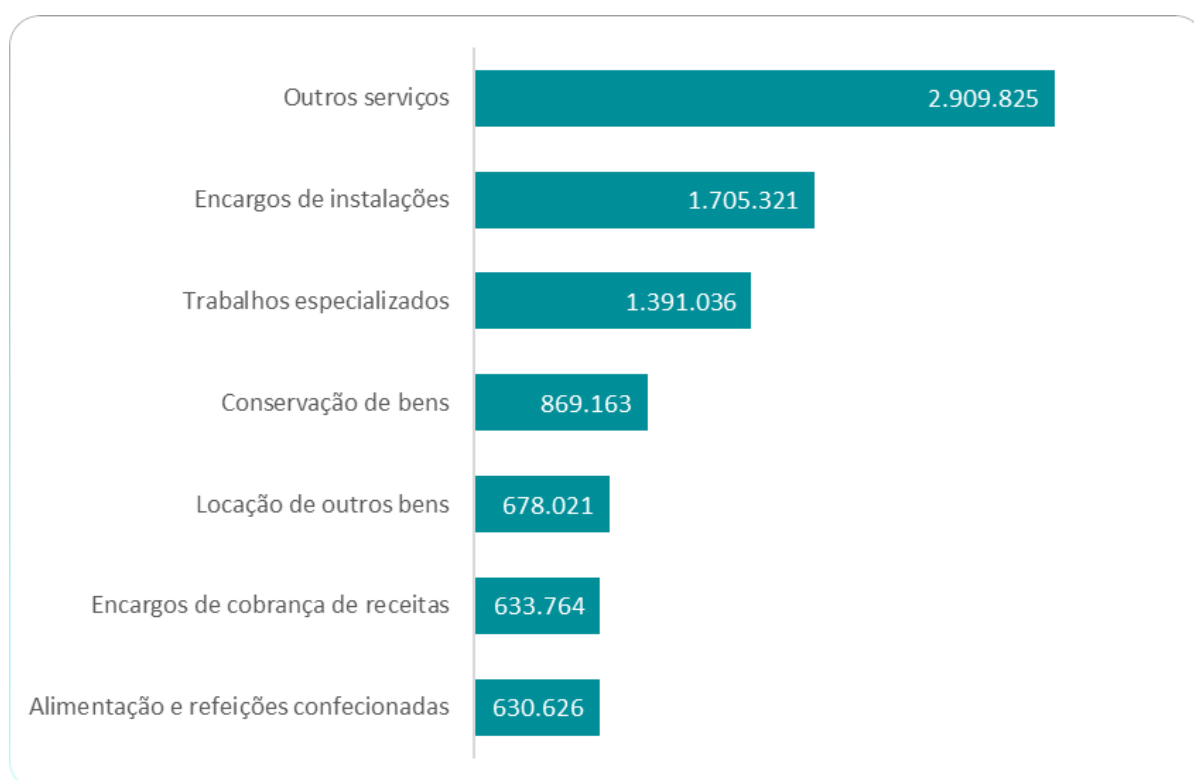
RÚBRICA	2025	2024	VARIAÇÃO DESPESA PAGA	
Aquisição de bens e serviços	12.223.176	10.530.327	1.692.848	▲ 16,08%
Matérias-primas e subsidiárias	172.425	117.055	55.370	▲ 47,30%
Combustíveis e lubrificantes	441.261	487.115	(45.853)	▼ -9,41%
Alimentação e refeições confeccionadas	678.021	502.452	175.570	▲ 34,94%
Prémios, condecorações e ofertas	193.206	199.199	(5.993)	▼ -3,01%
Material de educação, cultura e recreio	126.141	198.620	(72.479)	▼ -36,49%
Outros bens	630.626	485.223	145.403	▲ 29,97%
Encargos de instalações	1.705.321	1.215.353	489.967	▲ 40,31%
Limpeza e higiene	314.641	378.690	(64.049)	▼ -16,91%
Conservação de bens	347.077	690.518	(343.441)	▼ -49,74%
Locação de outros bens	869.163	570.600	298.562	▲ 52,32%
Transportes	382.376	325.598	56.778	▲ 17,44%
Formação	106.475	133.787	(27.312)	▼ -20,41%
Seminários, exposições e similares	74.670	180.427	(105.757)	▼ -58,61%
Publicidade	106.005	107.596	(1.591)	▼ -1,48%
Vigilância e Segurança	370.847	364.113	6.734	▲ 1,85%
Assistência técnica	143.100	244.314	(101.214)	▼ -41,43%
Trabalhos especializados	1.391.036	1.099.474	291.562	▲ 26,52%
Encargos de cobrança de receitas	633.764	531.464	102.300	▲ 19,25%
Outros serviços	2.909.825	2.220.920	688.905	▲ 31,02%
Outras aquisições de bens e serviços	627.194	477.808	149.386	▲ 31,26%

Assim, as rubricas que apresentaram os aumentos mais relevantes foram as despesas com “Outros serviços” €688.905 (31,02%), onde se incluem todas as despesas com contratação de serviços que não tenham uma conta específica, e que por isso inclui nomeadamente despesas como as contratações de espetáculos, a iluminação pública, o licenciamento de software e as refeições e alojamentos. A segunda despesa que mais cresceu foi os “Encargos de instalações” com €489.967 (40,31%), que incluem as despesas de energia, água e gás, que em 2025 teve o impacto do aumento do consumo de água, dado que no ano de 2024 houve um período de seca que originou cortes nas regas durante um largo período de Verão o que explica parte deste impacto (cerca de €250.000), a outra parte resultou do aumento das despesas com o contrato de eletricidade. Em terceiro lugar, surge as despesas com “Locação de outros bens” €298.562 (52,32%) que incluem os diversos contratos de locação de tendas, palcos, equipamentos e som para as diversas atividades de âmbito cultural, jovem, ambiental, desportivo e

social, e ainda as locações de contentores que são necessários para garantir a o funcionamento de uma escola ou centro de saúde por motivo de obras, nomeadamente na escola de St.ª Catarina e o Centro de Saúde de Tavira. E em quarto lugar surgem as despesas com os “Trabalhos especializados”, €291.562 (26,52%), que inclui várias contratações que são necessárias salvaguardar por serviços especializados de diversa ordem.

A figura 23, apresenta as sete principais despesas com aquisição de bens e serviços nos anos 2025 e 2024, facilitando a comparação das categorias com maior peso orçamental. Em 2025, destacam-se os “Outros serviços”, com €2.909.825, seguidos dos “Encargos de instalações” com €1.705.321, que incluem as despesas com eletricidade, água e gás, seguida dos “Trabalhos especializados” com €1.391.036 e da “Conservação de bens” com €869.163.

FIGURA 23 | PRINCIPAIS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS



A tabela 19 apresenta as transferências correntes e subsídios. As “Transferências correntes” tiveram um ligeiro acréscimo de €51.620 (1,14%), e os subsídios tiveram uma redução de €365.918 (5,88%), que resultou de uma redução dos pagamentos concretizados no âmbito dos contratos programa com a TaviraVerde no corrente ano face ao anterior, em parte explicado pela alteração que ocorreu no contrato dos verdes em que se passou a pagar os consumos de água nos jardins como despesa de encargos de instalações em vez de estar incluído neste contrato.

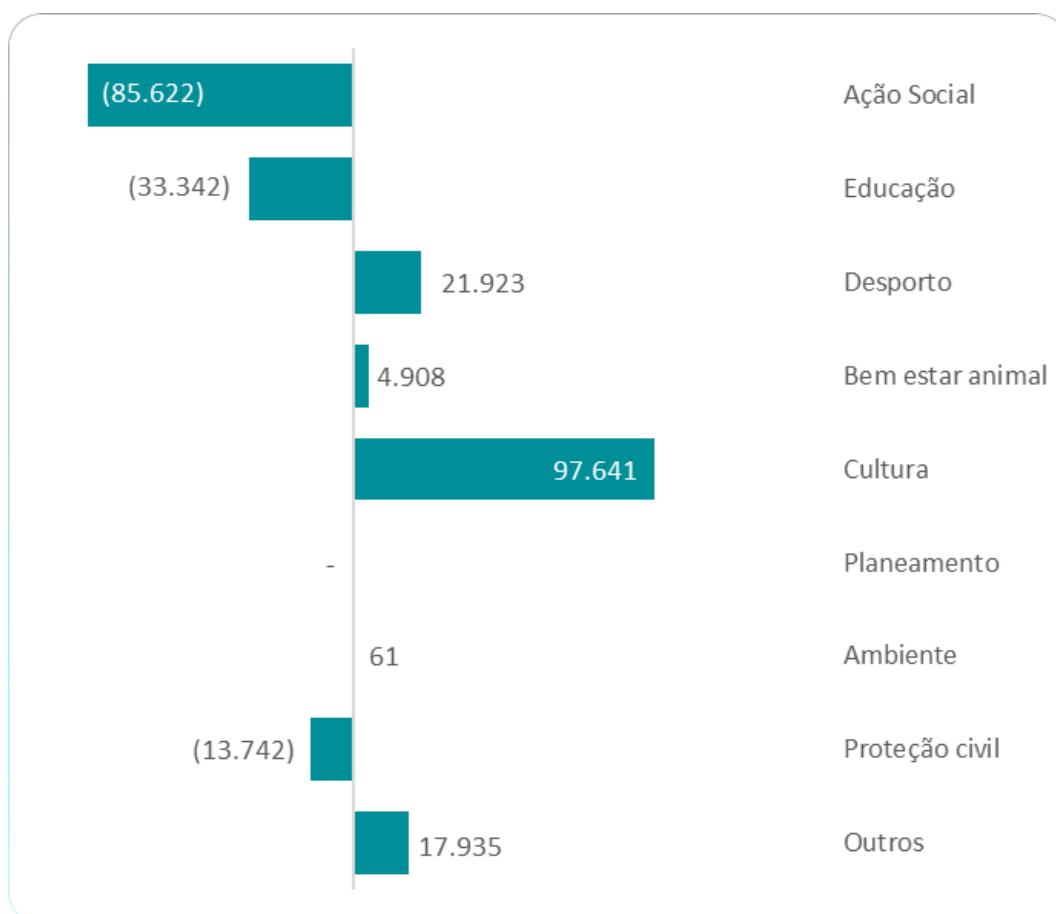
TABELA 19 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VAR. DESPESA PAGA	
Transferências correntes	4.581.840	4.530.220	51.620	▲ 1,14%
Freguesias	1.455.004	1.440.254	14.750	▲ 1,02%
Associações de Municípios	99.481	107.758	(8.277)	▼ -7,68%
Inst. Sem fins lucrativos	2.955.684	2.945.923	9.761	▲ 0,33%
Outros	71.670	36.285	35.385	▲ 97,52%
Subsídios	5.853.139	6.219.057	(365.918)	▼ (5,88%)
Empresas públicas municipais e intermunicipais	5.244.700	5.584.320	(339.620)	▼ -6,08%
Outros	608.439	634.737	(26.298)	▼ -4,14%

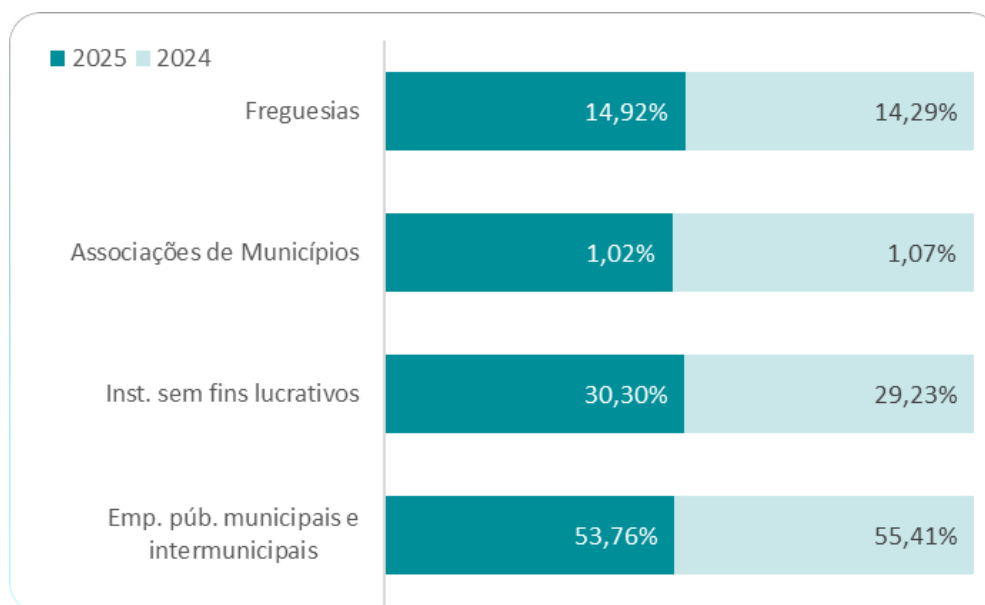
Na figura 24, verificam-se as variações que ocorreram nas transferências correntes a instituições sem fins lucrativos, entre os anos 2025 e 2024, revelando que houve uma redução dos pagamentos a instituições sociais e de educação por contrapartida do aumento dos apoios pagos no âmbito da cultura e do desporto.

FIGURA 24 | VARIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS ENTRE 2025 E 2024



Na figura 25, podemos verificar que a distribuição das transferências correntes e subsídios não sofreu variações estruturais, com os subsídios a empresas públicas municipais e as associações de municípios a perderem alguma representatividade para as transferências para as freguesias e para instituições sem fins lucrativos.

FIGURA 25 | DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS



4.2 DESPESA DE CAPITAL

No âmbito das despesas de capital, serão examinados os pagamentos efetuados, com o objetivo de identificar os investimentos mais significativos no concelho, bem como as áreas que recebem maior alocação de recursos no orçamento municipal.

TABELA 20 | DESPESA DE CAPITAL

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VAR. DESPESA PAGA		
Aquisição de bens de capital	9.516.350	6.670.125	2.846.225	▲	42,67%
Transferências de capital	472.123	298.686	173.437	▲	58,07%
Passivos financeiros	688.999	706.911	(17.912)	▼	(2,53%)
Outras despesas capital	-	-	-	■	0,00%
TOTAL	10.677.472	7.675.722	3.001.750	▲	39,11%

A tabela 20 apresenta as várias rúbricas de despesa de capital com execução em 2025, evidenciando

os diferentes tipos de investimento realizados que em 2025 tiveram um aumento significativo face a 2024 no montante de €3.001.750 (39,11%), devido ao crescimento do investimentos registado na “Aquisição de bens de capital” cujo detalhe se encontra espelhado na tabela 21, com as principais rubricas de 2025, comparativamente a 2024, o que ajuda a compreender melhor as principais variações destas despesas.

TABELA 21 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VAR. DESPESA PAGA	
Aquisição de bens de capital	9.516.350	6.670.125	2.846.225	▲ 42,67%
Terrenos	27.457	38.112	(10.655)	▼ -27,96%
Habitacões	4.370.968	1.239.006	3.131.962	▲ 252,78%
Instalações de serviços	1.185.420	848.385	337.035	▲ 39,73%
Escolas	439.388	79.448	359.940	▲ 453,05%
Outros edificios	318.665	463.726	(145.061)	▼ -31,28%
Equipamento administrativo e informático	196.206	380.855	(184.649)	▼ -48,48%
Equipamento básico	1.092.193	417.894	674.299	▲ 161,36%
Viação urbana	766.404	1.618.823	(852.419)	▼ (52,66%)
Outras aquisições de bens de capital	1.119.649	1.583.875	(464.227)	▼ (29,31%)

No ano de 2025, o incremento que se registou no investimento realizado na “Aquisição de bens de capital”, foi de €2.846.225 (42,67%), onde se destaca claramente o investimento na aquisição de habitacões com um aumento de €3.131.962 (252,78%) motivado pela compra de várias fracões para habitacão na Conceição de Tavira, e a aquisiçao de equipamento básico com €674.299 (161,36%), que inclui despesas com a aquisiçao de viaturas para reforço da frota municipal, nomeadamente 4 viaturas ligeiras de passageiros e 2 ambulâncias de socorro.

Em contrapartida, executaram-se menos obras de viação urbana, uma vez que foram concluídas as empreitadas nas “*Frentes ribeirinhas – Rua do cais*”, dos “*Arruamentos de Tavira, Conceição e Cabanas*” e da “*Ecovia do Litoral Algarvio*”.

A figura 26 apresenta as principais despesas com aquisiçao de bens de capital em 2025, como os investimentos mais representativos do Município, que em conjunto totalizam cerca de 7,5 milhões de euros. Onde se destacam as aquisiçoes de habitacões, o equipamento básico e a unidade de consultas externas e diagnóstico ambulatório.

FIGURA 26 | PRINCIPAIS DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL EM 2025



DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Com a entrada em vigor do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), o modelo contabilístico do Município tornou-se mais completo e transparente. Para além do registo das receitas e despesas orçamentais — que o sistema anterior já contemplava —, é agora obrigatória a contabilidade financeira e patrimonial (que regista o valor dos bens e obrigações do município) e a contabilidade de gestão (que permite analisar os custos por atividade).

Este capítulo analisa os principais indicadores económicos e financeiros do Município de Tavira em 2025. Apresenta-se uma análise das demonstrações financeiras mais relevantes: o balanço (que resume o que o município possui e deve) e a demonstração de resultados por natureza (que mostra as receitas e gastos económicos). Inclui ainda o apuramento do endividamento municipal, os seus componentes e os dados da contabilidade de gestão com a respetiva análise.

1. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

A tabela 22 apresenta os principais indicadores económico-financeiros de 2025. No seu conjunto, estes indicadores revelam um desempenho financeiro sólido e positivo para o Município de Tavira.

TABELA 22 | INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Unidade: €

INDICADORES	FORMULA DE CÁLCULO	2025	2024
Liquidez			
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	762%	860%
Liquidez reduzida	(Ativo corrente-inventários) / Passivo corrente	749%	846%
Liquidez imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	461%	565%
Rentabilidade			
Rentabilidade oper. do vol. negócios	Resultados operacionais / Volume de negócios * 100	(415%)	(547%)
Taxa de margem bruta	Margem bruta / Volume negócios * 100	9.314%	9.155%
Rentabilidade do património líquido	Resultados líquidos / Património líquido	(1%)	(1%)
Rentabilidade operacional do ativo	Resultados operacionais / Ativo * 100	(1%)	(1%)
Atividade			
Grau de rotação do ativo	Volume de negócios / Ativo	14,59%	13,09%
Prazo médio de recebimentos	[(Receita liquidada – Receita cobrada) / Receita liquidada] * 365	3	3
Prazo médio de pagamentos	Informação da DGAL	5	6
Estrutura financeira			
Autonomia financeira	Património líquido / Ativo	95%	90%
Solvabilidade	Património líquido / Passivo	2.111%	1.955%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais / Gastos financeiros	(1.882%)	(1.362%)
Endividamento	Passivo / Ativo	4%	5%

Da análise da tabela destacam-se os seguintes aspetos:

- Os indicadores de liquidez demonstram a elevada capacidade de cobertura do passivo da autarquia, quer através do seu património quer das disponibilidades, as quais cobrem, em 2025, cerca de 4,6 vezes o passivo corrente (461%);
- Em termos de rentabilidade, verifica-se uma melhoria do resultado operacional face ao exercício anterior, embora se mantenha negativo;
- O prazo médio de recebimentos situou-se em 3 dias e o de pagamentos reduziu para apenas 5 dias;

- A capacidade do Município de Tavira de financiar o seu ativo através do seu património líquido sem ter de recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, é elevada e atinge os 95%;
- O indicador de solvabilidade demonstra claramente a capacidade do Município de Tavira em cumprir os seus compromissos.

2. ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço é uma das principais demonstrações financeiras e importa analisar o seu conteúdo de forma sintética. A informação detalhada e as notas técnicas encontram-se apresentadas no capítulo específico sobre (Demonstrações financeiras).

TABELA 23 | BALANÇO SINTÉTICO - ATIVO

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VARIAÇÃO	
Ativo não corrente	172.868.706	175.469.831	(2.601.125)	▼ (1,48%)
Ativos fixos tangíveis	166.395.193	169.640.352	(3.245.159)	▼ (1,91%)
Ativos intangíveis	30.522	48.282	(17.760)	▼ (36,78%)
Participações financeiras	6.442.991	5.781.197	661.794	▲ 11,45%
Outras contas a receber	-	-	-	-
Ativo corrente	29.226.442	30.908.015	(1.681.573)	▼ (5,44%)
Inventários	510.502	519.931	(9.429)	▼ (1,81%)
Devedores por transferências e sub. não reemb.	3.627	2.000	1.627	▲ 81,35%
Devedores por empréstimos bonif. e sub. não reemb.	7.902	7.902	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	562.232	347.631	214.601	▲ 61,73%
Estado e outros entes públicos	39.110	118.813	(79.703)	▼ (67,08%)
Outras contas a receber	10.333.201	9.562.668	770.533	▲ 8,06%
Diferimentos	72.728	62.783	9.945	▲ 15,84%
Caixa e depósitos	17.697.139	20.286.286	(2.589.147)	▼ (12,76%)
TOTAL DO ATIVO	202.095.147	206.377.846	(4.282.699)	▼ (2,08%)

De acordo com a tabela 23, o Ativo total do Município de Tavira (que inclui bens, equipamentos, infraestruturas e direitos) diminuiu €4.282.699, o que representa uma redução de 2,08%, fixando-se em €202.095.147.

Tanto o “Ativo não corrente” (bens duradouros) como o “Ativo corrente” (bens e direitos a curto prazo) registaram uma redução em 2025. No ativo corrente, a diminuição de “Caixa e depósitos” em €2.589.147 (12,76%) foi o principal fator. O ativo não corrente reduziu essencialmente pelas depreciações do “Ativo fixo tangível” (edifícios, equipamento, infraestruturas e vias públicas), cujo valor líquido diminuiu €3.245.159 (1,91%). Apesar desta redução, o “Ativo fixo tangível” continua a representar a proporção mais significativa do ativo total — 82%.

Relativamente ao “Património líquido”, diferença entre o que o município possui e o que deve, registou-se um aumento de €5.118.559 (2,75%), fixando-se em €191.585.467. Esta evolução positiva

resulta essencialmente do crescimento das “Outras variações do Património Líquido”, que mais do que compensou o resultado líquido negativo do exercício.

TABELA 24 | BALANÇO SINTÉTICO - PATRIMÓNIO

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VARIAÇÃO	
Património líquido	191.585.467	186.466.908	5.118.559	▲ 2,75%
Património/Capital	212.603.567	212.603.567	-	-
Reservas	2.729.471	2.729.471	-	-
Resultados transitados	(56.485.890)	(54.891.882)	(1.594.008)	▼ (2,90%)
Ajustamentos em ativos financeiros	5.265.363	3.912.457	1.352.907	▲ 34,58%
Outras variações no Património Líquido	28.709.352	23.652.345	5.057.007	▲ 21,38%
Resultado líquido do período	(1.236.395)	(1.539.048)	302.653	▲ 19,66%

TABELA 25 | BALANÇO SINTÉTICO - PASSIVO

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VARIAÇÃO	
Passivo não corrente	6.673.803	16.318.159	(9.644.356)	▼ (59,10%)
Provisões	4.156.611	4.276.611	(120.000)	▼ (2,81%)
Financiamentos obtidos	961.846	1.525.187	(563.341)	▼ (36,94%)
Fornecedores de investimentos	88.287	106.244	(17.957)	▼ (16,90%)
Diferimentos	1.435.327	10.374.948	(8.939.621)	▼ (86,17%)
Outras contas a pagar	31.732	35.169	(3.438)	▼ (9,77%)
Passivo corrente	3.835.877	3.592.779	243.098	▲ 6,77%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	-	-	-	-
Fornecedores	624.562	508.806	115.756	▲ 22,75%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	82.115	69.900	12.215	▲ 17,47%
Acionistas/sócios/associados	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	555.594	703.452	(147.858)	▼ (21,02%)
Fornecedores de investimentos	103.368	125.131	(21.763)	▼ (17,39%)
Outras contas a pagar	2.460.738	2.175.990	284.749	▲ 13,09%
Diferimentos	9.500	9.500	-	-
TOTAL DO PASSIVO	10.509.680	19.910.937	(9.401.258)	▼ (47,22%)

Conforme demonstra a tabela 25, o “Passivo total” (as dívidas e obrigações do município) registou uma diminuição de €9.401.258 (47,22%), fixando-se em €10.509.680. Esta redução resulta da diminuição do “Passivo não corrente” que reflete o desconhecimento da E-Redes, bem como a regularização dos

subsídios que recebemos do Teatro Municipal e do Centro de Meios Aéreos que passaram a constar do ativo municipal em 2025. O “Passivo corrente” aumentou €243.098 (6,77%) devido às “Outras contas a pagar” que subiram €284.749 (13,09%).

3. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A tabela 26 apresenta os gastos e rendimentos que compõem a demonstração de resultados por natureza do Município de Tavira em 2025, bem como as variações verificadas em cada rubrica face ao ano anterior.

TABELA 26 | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Unidade: €

RÚBRICA	2025	2024	VARIAÇÃO	
Impostos, contribuições e taxas	28.041.926	25.257.702	2.784.224 ▲	11,02%
Prestações de serviços e concessões	1.451.884	1.748.252	(296.368) ▼	(16,95%)
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.	11.803.512	11.540.608	262.903 ▲	2,28%
Transferências e subsídios correntes obtidos	328.887	343.905	(15.018) ▼	(4,37%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(571.302)	(534.518)	(36.784) ▲	6,88%
Fornecimentos e serviços externos	(12.006.229)	(10.075.715)	1.930.514 ▲	19,16%
Gastos com pessoal	(16.665.528)	(14.909.141)	1.756.387 ▲	11,78%
Transferências e subsídios concedidos	(10.493.298)	(10.647.115)	(153.817) ▼	(1,44%)
Prestações sociais	(370.075)	(300.089)	69.985 ▲	23,32%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	114.586	(13.869)	128.456 ▼	(926,20%)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
Outros rendimentos	3.683.706	3.965.258	(281.551) ▼	(7,10%)
Outros gastos	(283.562)	(1.018.554)	(734.992) ▼	(72,16%)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	5.034.508	5.356.724	(322.216) ▼	(6,02%)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(6.257.467)	(6.835.126)	(577.659) ▼	(8,45%)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(1.222.959)	(1.478.402)	255.443 ▼	(17,28%)
Juros e rendimentos similares obtidos	51.560	47.908	3.653 ▲	7,62%
Juros e gastos similares suportados	(64.997)	(108.554)	43.558 ▼	(40,13%)
Resultado antes de impostos	(1.236.395)	(1.539.048)	302.653 ▼	(19,66%)
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.236.395)	(1.539.048)	302.653 ▼	(19,66%)

Em 2025, o “Resultado líquido do exercício” (saldo final entre receitas e gastos) registou uma melhoria face ao ano anterior. O resultado negativo do exercício apresenta uma melhoria, reduzindo de €1.539.048 em 2024 para €1.236.395 em 2025, correspondendo a um melhoramento de €302.653 (19,66%). Verificaram-se aumentos relevantes nas receitas, designadamente em “Impostos, contribuições e taxas” em €2.784.224 (11,02%) que superaram os aumentos registados nos “Fornecimentos e serviços externos” de €1.930.514 (19,16%) e em “Gastos com o pessoal” de €1.756.387 (11,78%).

4. DÍVIDA

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, a realização de despesa deve ter sempre em conta as receitas do Município, de forma a não comprometer o futuro.

Na tabela 27, são apresentadas as principais dívidas do Município, não se encontrando refletido o valor das “*Outras contas a pagar*” que constam do balanço dado que estas incluem os montantes referentes aos credores por acréscimos de gastos, como é o caso do montante a pagar no ano 2025 referente ao subsídio de férias, porque não se considera relevante para a apreciação em causa que pretende demonstrar os valores que o município poderia “*pagar*” no imediato caso estivessem reunidas as condições necessárias para o efeito.

O Município registou uma redução substantiva da dívida em €635.163 (21,39%) face ao exercício anterior, cifrando-se em €2.333.657. Esta melhoria evidencia a continuação do esforço sistemático de amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, acompanhado pela redução da dívida de curto prazo.

TABELA 27 | DÍVIDA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Curto prazo	1.283.524	1.337.389	(53.865)	▼ (4,03%)
Fornecedores correntes	-	11.778	(11.778)	▼ -100,00%
Fornecedores correntes em conferência	624.562	497.027	127.534	▲ 25,66%
Fornecedores de investimento	17.957	5.003	12.954	▲ 258,92%
Fornecedores investi. em conferência	85.411	120.128	(34.716)	▼ -28,90%
Finan. obtidos - empréstimos	525.594	673.452	(147.858)	▼ (21,96%)
Finan. obtidos - Locação financeira	30.000	30.000	-	▬ 0,00%
Médio e longo prazo	1.050.133	1.631.430	(581.297)	▼ (35,63%)
Fornecedores de investimento	88.287	106.244	(17.957)	▼ (16,90%)
Finan. obtidos - empréstimos	905.341	1.446.481	(541.141)	▼ (37,41%)
Finan. obtidos - Locação financeira	56.506	78.706	(22.200)	▼ (28,21%)
TOTAL	2.333.657	2.968.819	(635.163)	▼ (21,39%)

A dívida de curto prazo apresenta uma redução de €53.865 (4,03%), passando de €1.337.389 em 2024 para €1.283.524 em 2025. Esta variação resulta, essencialmente, da redução dos financiamentos obtidos de curto prazo em €147.858, parcialmente compensada pelo aumento dos fornecedores correntes em conferência em €127.534. A dívida de curto prazo no final de 2025 é constituída principalmente por fornecedores correntes em conferência (€624.562), pela amortização estimada de empréstimos a vencer em 2026 (€525.594) e por fornecedores de investimento (€103.368).

A redução da dívida de médio e longo prazo deveu-se essencialmente à amortização anual dos financiamentos obtidos pelo Município.

A figura 27 apresenta a comparação da dívida por tipo entre 2025 e 2024. Os financiamentos obtidos (empréstimos bancários) mantêm peso significativo na estrutura da dívida, apesar da redução para €1.430.935.

FIGURA 27 | DÍVIDA POR TIPO

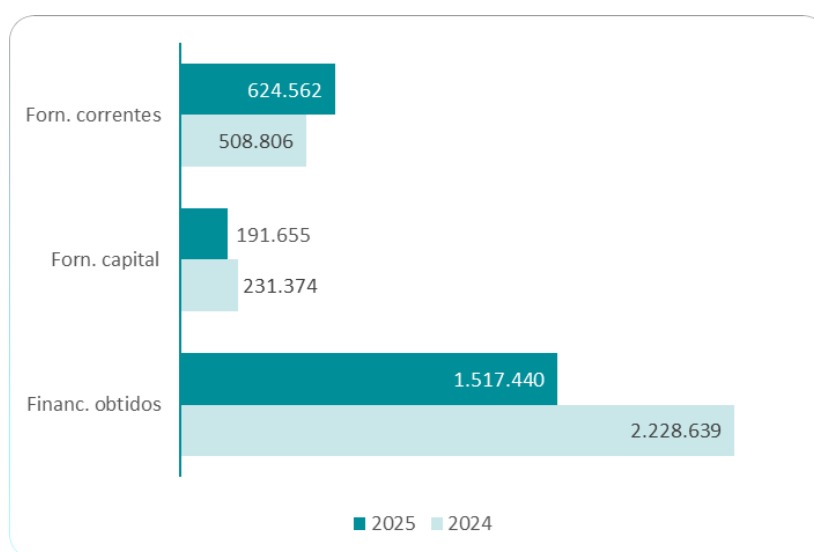
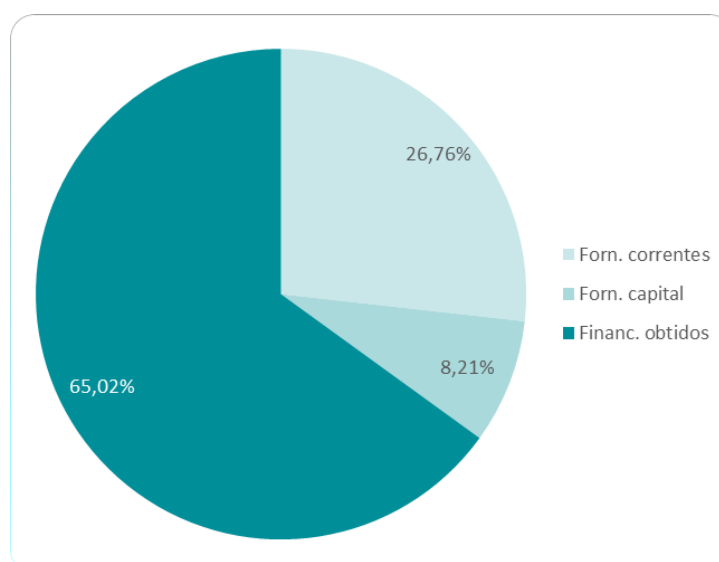


FIGURA 28 | DISTRIBUIÇÃO DA DÍVIDA EM 2025



Conforme demonstrado na figura 28, os financiamentos representam 65,02% da dívida total municipal. Esta proporção tenderá a diminuir gradualmente, na ausência de novos empréstimos bancários.

Conforme evidenciado na figura 29, o valor da dívida total apresenta uma trajetória decrescente ao longo do período em análise, com exceção de 2023, quando se registou um aumento pontual da dívida

de curto prazo resultante de diferimento de pagamento de uma escritura de propriedade.

FIGURA 29 | EVOLUÇÃO DA DÍVIDA - 2021/2025

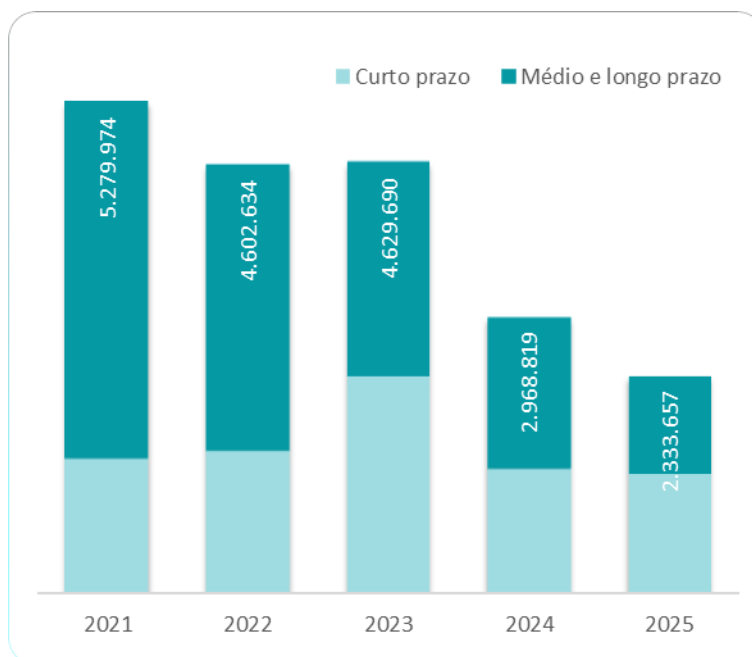
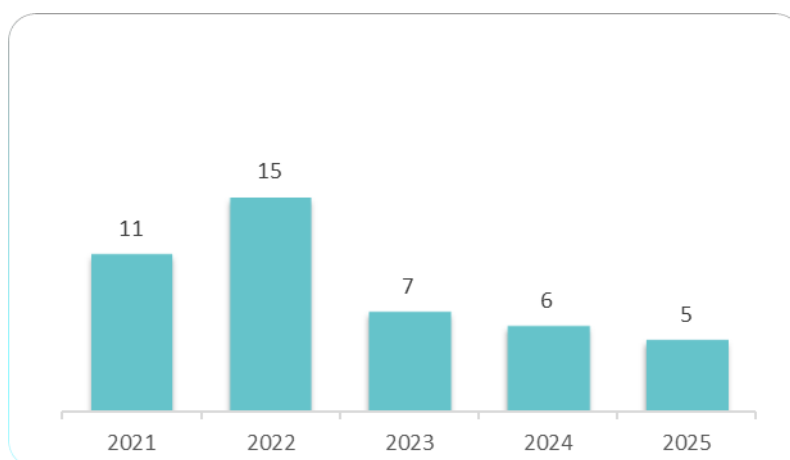


FIGURA 30 | EVOLUÇÃO DO PMP - 2021/2025



O prazo médio de pagamentos (PMP) é um indicador importante da capacidade financeira do Município. A legislação e boas práticas recomendam manter este indicador abaixo de 30 dias. A figura 29 apresenta o PMP dos últimos 5 anos, demonstrando que o Município tem mantido um bom desempenho neste indicador. Em 2025, o PMP situou-se em apenas 5 dias (dados obtidos junto da Direção-Geral da Administração Local).

Dado o peso significativo dos financiamentos obtidos no total da dívida, a tabela 28 apresenta detalhadamente todos os empréstimos de médio e longo prazo do Município. Em 2025, os empréstimos foram amortizados no montante de €688.999, reduzindo a dívida total de financiamentos

obtidos para €1.430.934. Em 2025, dois financiamentos chegaram ao fim do seu prazo: Horta do Carmo 67 fogos e Horta do Carmo 57 fogos.

TABELA 28 | FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Empréstimos excecionados	672.610	1.166.096	(493.486)	▼ (42,32%)
Horta do Carmo / 67 fogos - CGD (23/987/19)	-	125.443	(125.443)	▼ (100,00%)
Horta do Carmo / 57 fogos - CGD (22/087/19)	-	42.009	(42.009)	▼ (100,00%)
Atalaia / 66 fogos - CGD (467/587/19)	117.459	233.570	(116.111)	▼ (49,71%)
Atalaia / 66 fogos - CGD (s/bonif.) (467/587/27)	32.994	65.051	(32.057)	▼ (49,28%)
Hab Social Stª Catarina (bonif) - CGD (983/987/19)	93.894	139.884	(45.990)	▼ (32,88%)
Hab. Social Quinta Salinas - BPI	26.804	30.492	(3.688)	▼ (12,09%)
Hab.Social Bairro Jara (90150023742870019)	401.460	529.647	(128.187)	▼ (24,20%)
Empréstimos não excecionados	758.324	953.838	(195.513)	▼ (20,50%)
Financia/º de Investi/º 2004 (150/987/19)	-	-	-	#DIV/0!
Hab.Social Fracção H - Lote 11 (1654/187/19)	8.733	10.610	(1.877)	▼ (17,69%)
Investimentos 2009 - CGD (9015/006431/391)	749.591	943.227	(193.637)	▼ (20,53%)
TOTAL	1.430.935	2.119.934	(688.999)	▼ (32,50%)

A análise que se segue compreende na tabela 29, a informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira em 2025 e 2024, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

TABELA 29 | SERVIÇO DA DÍVIDA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Juros	64.866	108.425	(43.559)	▼ (40,17%)
Amortização	688.999	706.911	(17.912)	▼ (2,53%)
Total	753.865	815.336	(61.470)	▼ (7,54%)
Indicadores				
Juros / Despesa total	0,13%	0,25%	---	---
Amortizações / Despesa total	1,38%	1,61%	---	---
Serviço da dívida / Despesa total	1,51%	1,85%	---	---

O serviço da dívida registou uma diminuição de 7,54%, essencialmente por redução das amortizações no exercício em análise. À medida que a dívida diminui e alguns empréstimos chegam ao termo, o montante global de amortizações anuais reduz-se proporcionalmente.

O serviço da dívida representou 1,51% do total da despesa do Município em 2025, face ao ano anterior. Com as amortizações a representarem 1,38% das despesas pagas e os juros 0,13%.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das

autarquias locais, introduziram-se alterações significativas no controlo do endividamento municipal. O conceito anterior de “Endividamento líquido municipal” foi substituído pelo de “Dívida total”.

TABELA 30 | LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Unidade:€	
DESIGNAÇÃO	VALOR
Receita corrente líquida	
2022	37.623.269
2023	39.507.317
2024	39.352.928
Média da receita dos 3 anos	38.827.838
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	58.241.757

O limite máximo de dívida total é calculado anualmente com base em 1,5 vezes a média da receita corrente líquida dos três exercícios anteriores (artigo 52.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013). Para o exercício de 2025, este limite foi de €58.241.757, conforme demonstrado na tabela 30.

TABELA 31 | APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL

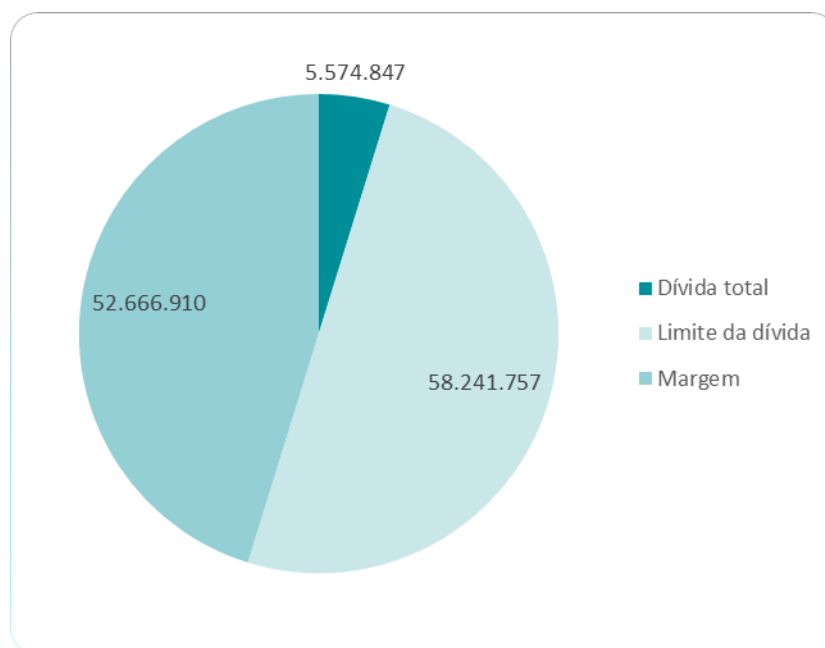
Unidade:€	
APURAMENTO DÍVIDA TOTAL - MUNICÍPIO	2025
1. Passivo não corrente (total)	6.673.803
2. Passivo não corrente Provisões	4.156.611
3. Passivo não corrente Diferimentos	-
4. Passivo corrente (total)	3.835.877
5. Passivo corrente Diferimentos	9.500
6. Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI	-
7. Saldo final de operações de tesouraria	96.112
8. Fundo de Apoio Municipal	-
9. Empréstimos bancários excluídos do cálculo	672.610
10. DÍVIDA TOTAL (1-2-3+4-5-6-7-8-9)	5.574.847
11. Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	58.241.757
MARGEM (11-10)	52.666.910

A “Dívida total” engloba o total das operações orçamentais do Município, incluindo toda a dívida da autarquia, seja de curto ou de médio e longo prazo (artigo 52.º, n.º 2 da Lei n.º 73/2013). Adicionalmente, em determinadas circunstâncias, resultados negativos de entidades nas quais o Município detenha participações são considerados dívida municipal, na proporção da participação (artigo 54.º da Lei n.º 73/2013).

Para apurar corretamente a dívida total municipal, é necessário distinguir a dívida direta do Município da dívida de entidades associadas. O Tribunal de Contas, através da Instrução n.º 1/2019 de 6 de março,

criou o modelo 14 que estabelece a metodologia de cálculo. A tabela 31 apresenta este cálculo segundo essa fórmula, chegando-se à conclusão de que a dívida total do Município de Tavira em 2025 é de €5.574.847. Este valor fica muito aquém do limite legal, deixando uma margem de segurança de €52.666.910, conforme apresentado na figura 31.

FIGURA 31 | LIMITE DA DÍVIDA TOTAL



Para este cálculo completo é necessário considerar também a dívida potencial de outras entidades, designadamente:

- As empresas municipais, (*TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM*) e (*EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação*), que caso se encontrem desequilibradas tem de ser efetuada uma transferência para efeitos de reequilíbrio na proporção da participação, conforme o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo relevante para a dívida total do Município caso a transferência não ocorra, e somente neste caso. Assim, importa referir que a TaviraVerde apresenta as suas contas equilibradas no final do ano, não relevando para a dívida do município, e no caso da EMPET estamos a aguardar que a conservatória do registo predial promova a liquidação oficiosa nos termos do n.º 3 do art.º 150 do Código das Sociedades Comerciais;
- As sociedades participadas no caso de apresentarem resultados negativos, reverte para a dívida total no montante correspondente à participação da autarquia nessa sociedade. O Município tem participações nas (*Águas do Algarve, SA.*) e (*ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, SA.*). À data da elaboração deste relatório quer a ALGAR quer

as Águas do Algarve já tinham apresentado os seus resultados positivos;

- A dívida das cooperativas releva para a do Município na proporção da participação independentemente do seu resultado (positivo ou negativo). O Município pertence à (*ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL*) cuja participação de 10,20% corresponde a €12.747 para as contas da autarquia; e (*CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio*), com uma participação muito residual, mas de acordo com o seu histórico não serão muito relevantes;
- As associações intermunicipais relevam também para a dívida da autarquia proporcionalmente à quota. Como é o caso da (*CIAMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve*) e da (*APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*) que relevam €281.398 e zero, respetivamente, apesar de ainda não termos as contas finais da APMCH;
- E, as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º o controlo ou presunção de controlo, como é o caso da (*UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira*), que passou a ser controlado pelo Município de Tavira após a alteração dos seus estatutos, publicados em 5 de novembro de 2019, cujo passivo é de apenas €29.756.

Considerando todos os dados atualmente conhecidos, a dívida total do Município de Tavira em 2025, incluindo a contribuição de outras entidades, poderá ser superior ao montante direto acima indicado. Porém, dado o nível de margem disponível, não se antecipam cenários em que esses valores possam levar a ultrapassar o limite legal.

Caso o Município incumpra o limite de dívida total, deverá reduzir no exercício seguinte pelo menos 10% do montante em excesso, sem prejuízo de poder recorrer ao mecanismo de saneamento ou recuperação financeira previsto na lei. Se manter a conformidade, poderá aumentar a dívida até ao limite de 40% da margem disponível no início de cada exercício.

5. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão é uma ferramenta de apoio à gestão que permite analisar os custos associados a cada bem, serviço ou atividade. O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) exige que esta informação seja divulgada no relatório de gestão.

O Município de Tavira implementou a contabilidade de custos em 2011, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). A sua utilização tem sido limitada pelas funcionalidades do software de contabilidade utilizado.

A contabilidade de gestão visa reclassificar os gastos por função, atividade ou objetivo, permitindo uma análise detalhada de onde e como são gastos os recursos municipais.

Para o apuramento de custos existem diversos sistemas de custeio. O POCAL obrigava ao sistema de custeio total. Embora o SNC-AP permita outros tipos de custeio, o Município manteve esta metodologia, assegurando a comparabilidade dos dados com a informação anterior.

No apuramento dos custos por função em 2025 e 2024 aplicaram-se os seguintes critérios:

- as despesas de funcionamento da autarquia e dos órgãos municipais foram atribuídas à subfunção “Administração geral” (1.1.1);
- as atividades desenvolvidas foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a sua finalidade;
- o pessoal operacional de cada serviço foi afeto às subfunções respetivas, enquanto o pessoal administrativo foi alocado à “Administração geral” (1.1.1);
- e, as transferências para freguesias enquadraram-se na subfunção (Transferência entre administrações).

Antes de analisar os gastos por cada função, apresenta-se na tabela 32 a síntese dos rendimentos por função. Verifica-se um aumento total de €2.575.868 (6%). As “Funções gerais” contribuem com €2.664.277 (7,86%) deste acréscimo, constituindo a principal razão do crescimento, seguidas das “Funções económicas” com um incremento de €251.786 (9,55%).

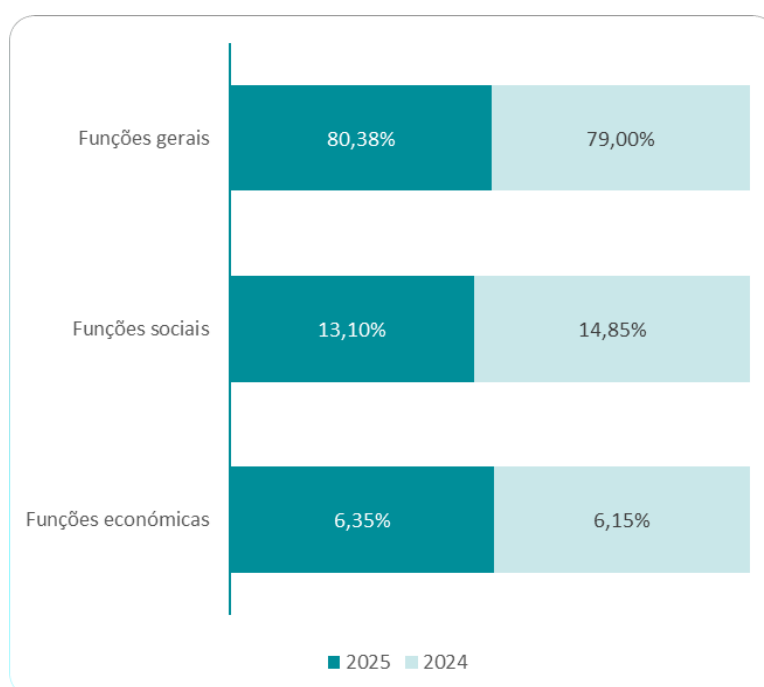
Importa notar que os rendimentos das “Outras funções” aparecem como nulos porque se optou por afetar todos os rendimentos a funções específicas, evitando classificações vagas. Reconhece-se que em alguns casos esta reclassificação não é trivial.

TABELA 32 | RENDIMENTOS POR FUNÇÃO

Unidade: €

FUNÇÕES		2025	2024	VARIAÇÃO	
1	Funções gerais	36.558.579	33.894.302	2.664.277 ▲	7,86%
1.1.1	Administração geral	36.409.964	33.795.533	2.614.431 ▲	7,74%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	148.615	98.769	49.846 ▲	50,47%
2	Funções sociais	5.960.210	6.370.332	(410.122) ▼	(6,44%)
2.1.1	Ensino não superior	2.689.909	2.786.809	(96.900) ▼	(3,48%)
2.2.0	Saúde	612.367	598.767	13.600 ▲	2,27%
2.3.2	Ação social	1.066.157	1.078.416	(12.259) ▼	(1,14%)
2.4.1	Habituação	3.994	100	3.894 ▲	3.894,00%
2.4.2	Ordenamento do território	728.151	1.115.958	(387.807) ▼	(34,75%)
2.4.4	Abastecimento de água	351.829	332.166	19.663 ▲	5,92%
2.4.6	Proteção do meio ambiente	281.254	255.213	26.041 ▲	10,20%
2.5.1	Cultura	146.635	130.017	16.618 ▲	12,78%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	35.783	36.766	(983) ▼	(2,67%)
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	44.131	36.120	8.011 ▲	22,18%
3	Funções económicas	2.889.614	2.637.828	251.786 ▲	9,55%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	-	-	-	-
3.2.0	Industria e energia	2.241.696	2.040.620	201.076 ▲	9,85%
3.3.1	Transportes rodoviários	365.231	302.492	62.739 ▲	20,74%
3.3.2	Transportes aéreos	1.217	-	1.217	-
3.3.3	Transportes fluviais	27.230	52.465	(25.235) ▼	(48,10%)
3.4.1	Mercados e feiras	254.240	242.251	11.989 ▲	4,95%
4	Outras funções	73.074	3.147	69.927	-
4.3.0	Diversas não especificadas	73.074	3.147	69.927	-
TOTAL		45.481.477	42.905.609	2.575.868 ▲	6,00%

FIGURA 32 | DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS POR FUNÇÕES



A figura 32 ilustra a distribuição dos rendimentos por funções. Comparando 2024 e 2025, não se verificaram alterações significativas na estrutura de distribuição.

TABELA 33 | GASTOS POR FUNÇÃO

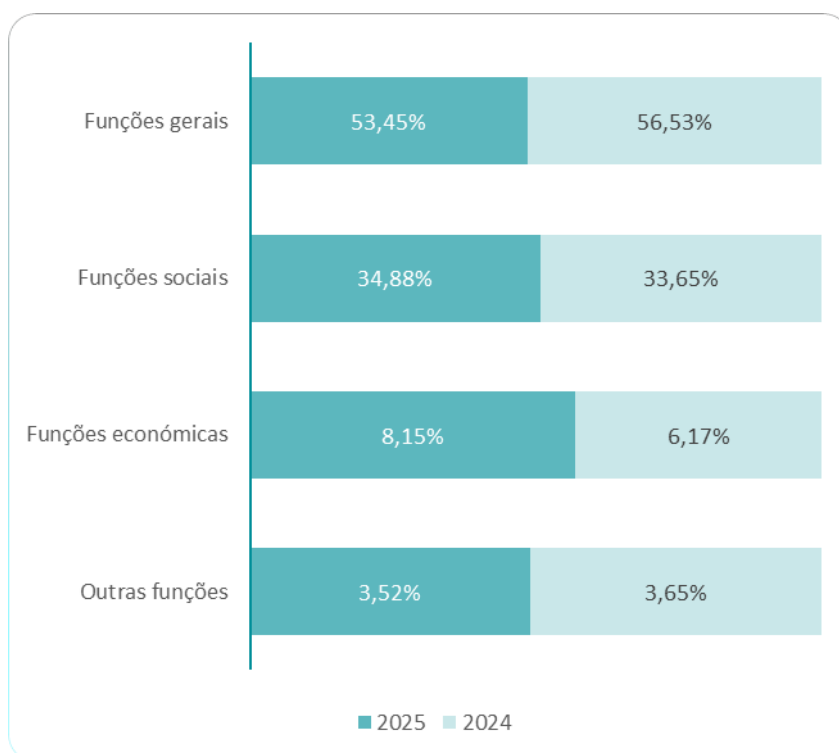
Unidade: €

FUNÇÕES		2025	2024	VARIAÇÃO	
1	Funções gerais	24.970.425	25.122.843	(152.418) ▼	(0,61%)
1.1.1	Administração geral	24.315.813	24.383.366	(67.553) ▼	(0,28%)
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	654.612	739.477	(84.865) ▼	(11,48%)
2	Funções sociais	16.294.196	14.956.708	1.337.488 ▲	8,94%
2.1.0	Educação	161.589	157.920	3.669 ▲	2,32%
2.1.1	Ensino não superior	2.308.235	1.867.403	440.832 ▲	23,61%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	16.746	107.132	(90.386) ▼	(84,37%)
2.2.0	Saúde	394.745	320.776	73.969 ▲	23,06%
2.3.2	Acção social	1.403.073	1.420.361	(17.288) ▼	(1,22%)
2.4.1	Habituação	124.646	89.934	34.712 ▲	38,60%
2.4.2	Ordenamento do território	138.888	61.660	77.228 ▲	125,25%
2.4.3	Saneamento	8.931	3.423	5.508 ▲	160,91%
2.4.4	Abastecimento de água	47.063	26.864	20.199 ▲	75,19%
2.4.5	Resíduos sólidos	14.692	411.837	(397.145) ▼	(96,43%)
2.4.6	Proteção do meio ambiente	6.290.451	5.778.024	512.427 ▲	8,87%
2.5.1	Cultura	3.499.190	2.832.468	666.722 ▲	23,54%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1.858.009	1.864.952	(6.943) ▼	(0,37%)
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	27.938	13.954	13.984 ▲	100,21%
3	Funções económicas	3.808.897	2.742.550	1.066.347 ▲	38,88%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	4.854	226	4.628 ▲	2.047,79%
3.2.0	Industria e energia	1.694.428	832.197	862.231 ▲	103,61%
3.3.1	Transportes rodoviários	1.621.339	1.430.100	191.239 ▲	13,37%
3.3.2	Transportes aéreos	8.971	8.709	262 ▲	3,01%
3.3.3	Transportes fluviais	15.298	29.173	(13.875) ▼	(47,56%)
3.4.0	Comércio e turismo	126.728	127.520	(792) ▼	(0,62%)
3.4.1	Mercados e feiras	337.279	314.625	22.654 ▲	7,20%
4	Outras funções	1.644.353	1.622.558	21.795 ▲	1,34%
4.1.0	Operações da dívida autárquica	58.397	108.554	(50.157) ▼	(46,20%)
4.2.0	Transferência entre administrações	1.469.514	1.438.655	30.859 ▲	2,14%
4.3.0	Diversas não especificadas	116.442	75.349	41.093 ▲	54,54%
TOTAL		46.717.871	44.444.659	2.273.212 ▲	5,11%

A tabela 33 demonstra os gastos por função, revelando um aumento do total dos custos em 2025 face ao exercício anterior, em €2.273.212 (5,11%). Com exceção das “Funções gerais” que diminuiram €152.418 (0,61%), todas as restantes funções registaram aumentos, com destaque para as “Funções sociais” com €1.337.488 (8,94%) e para as “Funções económicas” que cresceram €1.066.347 (38,88%). Os principais impulsionadores do aumento foram as funções da “Industria e energia” com €862.231 (103,61%), seguida da “Cultura” com €666.722 (23,54%) devido à abertura do Teatro Municipal que ocorreu em setembro de 2025, e da “Proteção do meio ambiente” com €512.427 (8,87%).

Em termos de distribuição dos gastos por funções, nos anos 2025 e 2024, não se verificaram grandes alterações conforme ilustrado na figura 33, as “Funções gerais” continuam a ter a maior representatividade com 53,45% dos gastos totais que abrange as atividades de âmbito geral da administração do Município de Tavira, nomeadamente, as despesas com pessoal não operacional e as inerentes ao funcionamento dos serviços, seguida das “Funções sociais” com 34,88%, que compreende as despesas de educação, habitação social, desporto e cultura, cuja representação aumentou em detrimento da diminuição das “Outras funções” que passaram a representar apenas 3,52% e das “Funções económicas” com 8,15%, onde se incluem as áreas de intervenção em serviços que abrange construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais e a iluminação pública e despesas com transporte e comunicações.

FIGURA 33 | DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS POR FUNÇÕES



Na tabela 34, temos os custos com as infraestruturas desportivas que em termos totais se mantiveram, apresentando um ligeiro aumento de €9.284 (1,06%). No entanto, registaram várias alterações positivas e negativas, com os aumentos a compensarem as reduções.

Os custos com as Piscinas Municipais são os que se destacam mais, uma vez que o seu funcionamento acarreta despesas elevadas, que incluem as despesas de manutenção, gás e água.

TABELA 34 | GASTOS OPERACIONAIS COM INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Pavilhão Municipal	213.766	166.805	46.961	▲ 28,15%
Piscinas Municipais	504.372	451.262	53.110	▲ 11,77%
Campos de Ténis	228	51.040	(50.812)	▼ (99,55%)
Pavilhão da Luz	48.988	33.829	15.159	▲ 44,81%
Polidesportivos	28.376	79.938	(51.562)	▼ (64,50%)
Campos de Futebol	6.801	20.535	(13.735)	▼ (66,88%)
Complexo Desportivo Santo Estevão	4.580	14.227	(9.647)	▼ (67,81%)
Campo de Futebol - Ginásio	77.376	57.567	19.809	▲ 34,41%
TOTAL	884.487	875.203	9.284	▲ 1,06%

Relativamente à educação, a tabela 35 revela diminuições generalizadas nos custos das escolas municipais, com exceção da Escola Secundária de Tavira que registou um aumento significativo €56.779 (259,41%), e da escola “2/3 D. Paio Peres Correia” com um acréscimo de €28.443 (50,88%) e a “2/3 D. Manuel I” no montante de €13.555 (61%).

O “JI + EB1 D. Manuel I” e o “JI + EB1 Horta do Carmo” continuam a ser as duas instituições escolares que apresentam os maiores custos operacionais para o Município de Tavira

TABELA 35 | GASTOS OPERACIONAIS COM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Infantário O ECO	28.741	53.114	(24.372)	▼ (45,89%)
Infantário da Luz	25.504	33.984	(8.479)	▼ (24,95%)
JI + EB1 da Conceição	20.320	41.138	(20.818)	▼ (50,60%)
JI + EB1 de Santo Estevão	20.502	36.320	(15.819)	▼ (43,55%)
EB1 de Cabanas	15.023	26.212	(11.188)	▼ (42,68%)
EB1 nº1 de Tavira - Estação	71.011	106.199	(35.189)	▼ (33,13%)
EB1 da Luz	21.490	38.378	(16.888)	▼ (44,00%)
EB1 de Santa Catarina	12.612	18.623	(6.010)	▼ (32,27%)
EB1 de Santa Luzia	28.408	47.542	(19.133)	▼ (40,25%)
JI + EB1 D. Manuel I	203.368	204.832	(1.464)	▼ (0,71%)
JI + EB1 Horta do Carmo	136.601	216.018	(79.417)	▼ (36,76%)
2/3 D. Manuel I	35.776	22.221	13.555	▲ 61,00%
2/3 D. Paio Peres Correia	84.346	55.904	28.443	▲ 50,88%
Escola Secundária de Tavira	78.667	21.888	56.779	▲ 259,41%
TOTAL	782.371	922.372	(140.001)	▼ (15,18%)

Os gastos operacionais com habitação social apresentaram comportamentos diferenciados por bairro, conforme demonstrado na tabela 36. Alguns bairros registaram reduções em 2025 enquanto outros apresentaram aumentos. Estes custos prendem-se com reparações e manutenção. O “Bairro Social Horta do Carmo” continua a registar o maior gasto operacional, apesar de ter reduzido substancialmente face ao ano anterior.

TABELA 36 | GASTOS OPERACIONAIS COM BAIROS SOCIAIS

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Bairro Social Horta do carmo	55.505	44.544	10.961	▲ 24,61%
Bairro Social Atalaia	27.975	22.220	5.755	▲ 25,90%
Bairro Social Jara	25.124	18.268	6.856	▲ 37,53%
Bairro Social Cabanas	5.511	18.305	(12.794)	▼ (69,89%)
Bairro Social Santa Luzia	5.945	1.712	4.233	▲ 247,24%
Bairro Social Porta Nova	23.516	11.729	11.787	▲ 100,49%
Bairro Social Luz	3.824	12.160	(8.336)	▼ (68,55%)
Bairro Social Santa Catarina	1.374	1.136	238	▲ 20,90%
Bairro Social Quinta das Salinas	1.761	1.408	353	▲ 25,09%
Bairro Social Ladeira Calçadinha	3.248	1.864	1.384	▲ 74,27%
Bairro Social 1º Maio	528	544	(17)	▼ (3,05%)
Bairro Social Cachopo	1.256	1.168	88	▲ 7,57%

Considerando que a contabilidade de gestão pressupõe uma análise por tipo de atividades, bens ou serviços, nas figuras seguintes são apresentados os custos das principais atividades e bens da autarquia.

Em anexo ao relatório constará a listagem completa de todos gastos por cada um dos serviços no ano de 2025, bem como todos os gastos e rendimentos por função.

6. NOTA SOBRE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício de 2025 é negativo no montante de €1.236.395,17. Neste contexto, propõe-se que este valor seja transferido para resultados transitados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇO

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2, 5	166.395.192,61	169.640.352,05
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	2, 3	30.522,09	48.282,11
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras	2, 9, 18	6.442.991,01	5.781.197,02
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Clientes, contribuintes e utentes	2	-	-
Outras contas a receber		-	-
		172.868.705,71	175.469.831,18
Ativo corrente			
Inventários	2, 10	510.502,00	519.931,23
Ativos biológicos		-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		3.626,98	2.000,02
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		7.902,00	7.902,00
Clientes, contribuintes e utentes	9	562.231,71	347.631,01
Estado e outros entes públicos		39.110,22	118.813,12
Acionistas/sócios/associados		-	-
Outras contas a receber	23	10.333.201,20	9.562.668,02
Diferimentos		72.728,18	62.783,42
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos	1	17.697.139,27	20.286.285,81
		29.226.441,56	30.908.014,63
TOTAL DO ATIVO		202.095.147,27	206.377.845,81

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital	2	212.603.566,78	212.603.566,78
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas		2.729.470,72	2.729.470,72
Resultados transitados		(56.485.890,26)	(54.891.882,12)
Ajustamentos em ativos financeiros	18	5.265.363,21	3.912.456,60
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no Património Líquido		28.709.352,14	23.652.344,78
Resultado líquido do período		(1.236.395,17)	(1.539.048,36)
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO		191.585.467,42	186.466.908,40
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	4.156.610,84	4.276.610,88
Financiamentos obtidos	2, 6, 7	961.846,10	1.525.186,76
Fornecedores de investimentos	23	88.287,01	106.243,69
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Diferimentos	2, 23	1.435.327,17	10.374.948,03
Passivos por impostos diferidos		-	-
Fornecedores		-	-
Outras contas a pagar	23	31.731,81	35.169,36
		6.673.802,93	16.318.158,72
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		-	-
Fornecedores	23	624.561,59	508.805,69
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		-	-
Estado e outros entes públicos		82.115,20	69.900,42
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos	2, 6, 7	555.593,92	703.452,31
Fornecedores de investimentos	23	103.368,02	125.130,71
Outras contas a pagar	23	2.460.738,19	2.175.989,56
Diferimentos	2	9.500,00	9.500,00
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
		3.835.876,92	3.592.778,69
TOTAL DO PASSIVO		10.509.679,85	19.910.937,41
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		202.095.147,27	206.377.845,81

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Unidade: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
Impostos, contribuições e taxas	14	28.041.925,76	25.257.702,09
Vendas		-	-
Prestações de serviços e concessões	13	1.451.883,57	1.748.251,66
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.		11.803.511,55	11.540.608,19
Transferências e subsídios correntes obtidos		328.887,38	343.905,02
Variações nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(571.301,95)	(534.517,51)
Fornecimentos e serviços externos	23	(12.006.228,81)	(10.075.715,11)
Gastos com pessoal	23	(16.665.527,77)	(14.909.140,86)
Transferências e subsídios concedidos	23	(10.493.298,37)	(10.647.115,02)
Prestações sociais		(370.074,56)	(300.089,40)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		114.586,43	(13.869,08)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		3.683.706,46	3.965.257,63
Outros gastos		(283.561,77)	(1.018.553,81)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		5.034.507,92	5.356.723,80
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(6.257.466,68)	(6.835.125,55)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(1.222.958,76)	(1.478.401,75)
Juros e rendimentos similares obtidos		51.560,29	47.907,61
Juros e gastos similares suportados		(64.996,70)	(108.554,22)
Resultado antes de impostos		(1.236.395,17)	(1.539.048,36)
Imposto sobre o rendimento		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.236.395,17)	(1.539.048,36)
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-	-
Interesses que não controlam		-	-
		(1.236.395,17)	(1.539.048,36)

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE QUE CONTROLA											INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
		CAPITAL/PATRIMÓNIO SUBSCRITO	OUTROS INST. DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DECOR. DA TRANSF. ATIVOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAM. EM ATIVOS FINANC.	EXCEDENTES DE REVALOR.	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	212.603.566,78	-	-	- 2.729.470,72	(54.891.882,12)	3.912.456,60	-	23.652.344,78	(1.539.048,36)	186.466.908,40	-	186.466.908,40	
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(54.959,78)	-	-	-	(54.959,78)	-	(54.959,78)	-	
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	3.149.104,35	-	3.149.104,35	-	3.149.104,35	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	(2)	-	-	-	-	(1.539.048,36)	-	-	1.907.903,01	1.539.048,36	1.907.903,01	-	1.907.903,01	
Resultado Líquido do Período	(3)	-	-	-	-	(1.594.008,14)	-	-	5.057.007,36	1.539.048,36	5.002.047,58	-	5.002.047,58	
Resultado Integral)=(2)+(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.236.395,17)	(1.236.395,17)	-	(1.236.395,17)	
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subscrições de prémios de emissão	(5)	-	-	-	-	-	-	-	1.352.906,61	-	1.352.906,61	-	1.352.906,61	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(2)+(3)+(5)	212.603.566,78	-	-	- 2.729.470,72	(56.485.890,26)	5.265.363,21	-	28.709.352,14	(1.236.395,17)	191.585.467,42	-	191.585.467,42	

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de caixas das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.053.500,64	981.145,01
Recebimentos de contribuintes		25.728.891,90	21.217.071,41
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13.074.945,94	11.532.339,61
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(17.243.324,66)	(16.160.661,39)
Pagamentos ao pessoal		(10.639.663,32)	(9.484.022,44)
Pagamentos a contribuintes / Utes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		(5.451.994,44)	(5.288.734,41)
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa gerada pelas operações		6.522.356,06	2.797.137,79
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		2.186.024,12	3.568.638,14
Outros pagamentos		(9.863.467,03)	(10.229.115,13)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		(1.155.086,85)	(3.863.339,20)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6.124.033,40)	(2.068.421,34)
Ativos intangíveis		-	(160,00)
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		4.160,00	1.530,00
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		1.453.264,71	2.087.694,45
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Transferências de capital		2.908.442,66	1.789.810,80
Juros e rendimentos similares		51.560,29	-
Dividendos		1.020.000,00	47.907,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(686.605,74)	1.858.361,52

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	24.749,06
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(688.999,05)	(706.910,69)
Juros e gastos similares		(58.454,90)	(99.107,79)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(747.453,95)	(781.269,42)
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		(2.589.146,54)	(2.786.247,10)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.286.285,81	23.075.232,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		17.697.139,27	20.286.285,81
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.286.285,81	23.075.232,10
- Equivalentes a caixa no início do período		(1.738.766,81)	(1.895.574,30)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		1.738.766,81	1.895.574,30
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		20.286.285,81	23.075.232,10
De execução orçamental		20.183.832,97	22.998.102,89
De operações de tesouraria		102.452,84	77.129,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		17.697.139,27	20.286.285,81
- Equivalentes a caixa no fim do período		(2.165.812,45)	(1.738.766,81)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		2.165.812,45	1.738.766,81
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		17.697.139,27	20.286.285,81
De execução orçamental		17.601.027,58	20.183.832,97
De operações de tesouraria		96.111,69	102.452,84

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este documento contém as notas explicativas exigidas pelas Normas de Contabilidade Pública que compõem o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

O Município de Tavira, é uma autarquia local, NIPC 501 067 191, CAE 84113, com sede na Praça da República em Tavira, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O período de relato corresponde ao ano económico de 2025, e foi aplicado o seguinte referencial contabilístico: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série n.º 178.

No quadro seguinte temos desagregados os valores das disponibilidades da autarquia por tipo de conta (caixa e depósitos à ordem). Os depósitos consignados dizem respeito a contas à ordem onde são depositados os valores a entregar a outras entidades (operações de tesouraria) e os depósitos afetos a candidaturas. Verificando-se uma diminuição de €2.589.146 (12,76%) face ao ano anterior, refletindo uma maior aplicação de recursos em investimento e transferências.

1.1 - DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

Unidade: €

CONTA DE DISPONIBILIDADES	2025	2024	VARIAÇÃO	
Caixa	2.098	2.342	(244)	▼ (10,42%)
Depósitos à ordem	15.529.228	18.545.177	(3.015.948)	▼ (16,26%)
Depósitos à ordem no tesouro	-	-	-	-
Depósitos bancários à ordem	15.529.228	18.545.177	(3.015.948)	▼ (16,26%)
Depósitos a prazo	-	-	-	-
Depósitos consignados	2.165.812	1.738.767	427.046	▲ 24,56%
Depósitos de garantias e cauções	-	-	-	-
TOTAL	17.697.139	20.286.286	(2.589.147)	▼ (12,76%)

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Na elaboração das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, o Município adotou as bases de preparação das demonstrações financeiras constantes do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 178.

As principais políticas contabilísticas adotadas são as que a seguir se descrevem.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em 2002, os bens do ativo fixo tangível e as propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo na elaboração do Balanço inicial (POCAL). Os bens do ativo fixo tangível e intangível foram valorizados ao custo de aquisição ou ao custo de produção. Existiam, no entanto, alguns bens móveis que, devido à sua antiguidade e às semelhanças entre si, não foi possível valorizar ao custo de aquisição.

No ano de 2020, ano de transição para o SNC-AP, foram efetuadas reclassificações com base no Classificador Complementar 2 (CC2). Este processo originou reclassificações de bens entre equipamento básico, equipamento administrativo e outros, no âmbito dos ativos fixos tangíveis, não tendo originado impacto no total da categoria Ativos Fixos Tangíveis.

As depreciações correspondem à desvalorização sistemática dos ativos fixos tangíveis, decorrente do desgaste associado à sua utilização. O método adotado é o das quotas constantes (linha reta), tendo por referência as vidas úteis constantes do CC2.

No exercício de 2025, na sequência da Orientação Técnica n.º 1/2025 da CNC, de 18 de fevereiro de 2025, e da reavaliação do enquadramento previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, a Entidade procedeu ao desreconhecimento dos ativos relacionados com o contrato de concessão celebrado com a E-Redes, por considerar que deixaram de estar reunidos os critérios necessários para o reconhecimento.

Em resultado da situação atrás descrita, para efeito de comparabilidade da informação financeira, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com a demonstração do

impacto retrospectivo da alteração de política contabilística NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, são apresentadas na nota 4.

Ativos intangíveis

No ano de 2020, ano de transição para o SNC-AP, foram efetuadas reclassificações com base no Classificador Complementar 2 (CC2). Procedeu-se à reclassificação como ativos intangíveis de bens que, no anterior normativo, eram reconhecidos como ativos tangíveis (imobilizado corpóreo), designadamente programas de computador e sistemas de informação (software).

As amortizações correspondem à desvalorização sistemática dos ativos intangíveis, decorrente do desgaste associado à sua utilização. O método adotado é o das quotas constantes (linha reta), tendo por referência as vidas úteis constantes do CC2.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em entidades associadas nas quais o Município detenha influência significativa ou exerça controlo sobre as decisões financeiras e operacionais, geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital, são registados pelo método da equivalência patrimonial, na rubrica "Participações financeiras - método da equivalência patrimonial".

As participações financeiras existentes encontram-se mensuradas ao custo, uma vez que o Município detém participações inferiores a 20%, com exceção das empresas TaviraVerde e EMPET, que são registadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

A mensuração subsequente pelo MEP prevê que o valor contabilístico do investimento seja ajustado para refletir: a evolução da quota-parte da entidade investidora nos resultados da investida, com as variações a serem refletidas nos resultados do período; a evolução da quota-parte da entidade investidora nos ativos líquidos da investida, com as variações a serem reconhecidas no capital próprio; e as distribuições de dividendos, as quais reduzem o valor contabilístico do investimento.

Clientes, contribuintes e utentes e Outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido

de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", de forma que reflitam o respetivo valor realizável líquido. A imparidade das contas a receber é reconhecida quando existe evidência objetiva de que o Município não receberá a totalidade dos montantes em dívida, de acordo com as condições originais dos respetivos créditos.

O montante acumulado de imparidades para cobertura de dívidas em situação de cobrança duvidosa é apurado com referência às dívidas com antiguidade superior a 12 meses.

Inventários

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, sendo a fórmula de custeio o custo médio ponderado.

Devedores e Credores por acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, em conformidade com o regime do acréscimo (especialização dos exercícios).

Na rubrica de diferimentos do passivo, destacam-se as transferências e subsídios correntes e de capital obtidos, cujos valores respeitam a subsídios ao investimento relacionados com obras que, de acordo com a nota de enquadramento ao plano de contas do SNC-AP, se encontram condicionados à execução de determinada obra e poderão ser devolvidos caso não sejam total ou parcialmente executados nas condições previamente estabelecidas. Após a conclusão da obra, os referidos montantes são transferidos para a respetiva rubrica de Património e depreciados de acordo com a vida útil do bem que lhes está associado.

Património

O património líquido de uma entidade pública corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzido dos respetivos passivos, com referência à data do relato financeiro.

A rubrica de outras variações do capital próprio inclui todas as variações e valores relacionados com transferências e subsídios não reembolsáveis de capital. Os subsídios são amortizados de acordo com

o período de vida útil do bem ao qual estão associados, dando cumprimento ao disposto no CC2.

A rubrica de resultados transitados apresenta os resultados líquidos dos anos anteriores, bem como as regularizações extraordinárias que possam ocorrer.

Salienta-se que a implementação do SNC-AP implicou o registo na conta 564 — "Ajustamentos de transição para o SNC-AP" — de diversas regularizações extraordinárias, nomeadamente ao nível das depreciações e de subsídios ao investimento, resultantes dos ajustamentos de vida útil dos bens.

Financiamentos obtidos

O reconhecimento do passivo relativo ao capital em dívida dos empréstimos é efetuado de acordo com a respetiva maturidade, sendo classificado como passivo não corrente quando a exigibilidade é superior a um ano e como passivo corrente quando a exigibilidade é igual ou inferior a um ano.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS (AI)

Os ativos intangíveis correspondem a programas informáticos e a projetos de desenvolvimento.

Em 2025, os ativos intangíveis registaram uma variação decorrente, essencialmente, das amortizações do exercício, no montante de €28.136,38, e de uma transferência interna de ativo em curso para ativo intangível, no valor de €10.376,36, correspondente a programas informáticos. Não se verificaram no exercício em análise regularizações extraordinárias, ao contrário do que aconteceu em 2024, exercício em que foram regularizadas 71 contratações no montante total de €681.665,50. O valor escriturado líquido dos ativos intangíveis situou-se em €30.522,09, conforme se pode verificar nos quadros seguintes.

3.1 VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Unidade: €

RÚBRICAS	2024				2025			
	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Projetos de desenvolvimento	200.077,83	200.077,83	-	-	200.077,83	200.077,83	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	928.320,05	880.037,94	-	48.282,11	938.696,41	908.174,32	-	30.522,09
	1.128.397,88	1.080.115,77	-	48.282,11	1.138.774,24	1.108.252,15	-	30.522,09

3.2 QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	ADIÇÕES	TRSF. INTERNA	REVALORIZAÇÃO	REVERSÕES PERDA IMP.	PERDAS IMPARIDADE	AMORT. PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAIS	DIMINUIÇÕES	QUANTIA ESCRIT. FINAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = \sum (1) a (9)
Programas de computador e sistemas de informação	48.282,11	-	10.376,36	-	-	-	(28.136,38)	-	-	30.522,09
TOTAL	48.282,11	-	10.376,36	-	-	-	(28.136,38)	-	-	30.522,09

Não se verificaram diminuições nem revalorizações no exercício em análise.

4 CONTRATOS DE CONCESSÃO (CONCEDENTE)

O Município de Tavira tem contratos de concessão relativo a posto de abastecimentos, parque de estacionamento, energia pública e transportes públicos urbanos. Atualmente o Município não dispõe de informação fiável que permita determinar a necessidade/ou valor a reconhecer no seu ativo fixo tangível dos bens relativos as estas concessões de acordo com o indicado no NCP4. O eventual reconhecimento dos bens relativos a concessões encontra-se em fase de análise. Não se esperando existir impactos relevantes.

O Município de Tavira detém alguns contratos de concessão, onde se destacam:

- Contrato de concessão de uso privativo do domínio público, datado de 2001, para a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis, atualmente explorado pela (*Repsol Portuguesa, SA*);
- Em 2022, realizou-se a cedência da posição contratual do contrato de concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento de duração limitada na cidade de Tavira, para a empresa (*CPE – Comp. Parques de Estacionamento, SA.*), em 2025 obteve-se cerca €385.000 de receita;
- Renda de concessão de energia pública com a (*EDP Distribuição - Energia SA*), com uma contrapartida na ordem de 2 milhões de euros;
- Contrato para a concessão de circuitos de transportes públicos urbanos na cidade de Tavira, datado de 2019, com a EVA Transportes e que importou no exercício em análise num encargo de cerca de €228.000.

No exercício de 2025, na sequência da Orientação Técnica n.º 1/2025 da CNC, de 18 de fevereiro de 2025, e da reavaliação do enquadramento previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, a Entidade procedeu ao desreconhecimento dos ativos relacionados com o contrato de concessão celebrado com a E-Redes, por considerar que deixaram de estar reunidos os critérios necessários para o reconhecimento.

Em resultado da situação atrás descrita, apresenta-se, para efeito de comparabilidade da informação financeira, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com a demonstração do impacto retrospectivo da alteração de política contabilística da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.

RÚBRICAS	PERÍODOS		
	31-12-2024	AJUSTAMENTO	REESPRESSÃO
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	169.640.352,05	(7.969.752,46)	161.670.599,59
Propriedades de Investimento	-	-	-
Ativos Intangíveis	48.282,11	-	48.282,11
Participações Financeiras	5.781.197,02	-	5.781.197,02
Outros Ativos Financeiros	-	-	-
Total do Ativo não corrente	175.469.831,18	(7.969.752,46)	167.500.078,72
Ativo corrente			
Inventários	519.931,23	-	519.931,23
Ativos biológicos	-	-	-
Devedores por transferências e subsídios	2.000,02	-	2.000,02
Devedores por empréstimos bonificados	7.902,00	-	7.902,00
Clientes, contribuintes e utentes	347.631,01	-	347.631,01
Estado e outros entes públicos	118.813,12	-	118.813,12
Outras contas a receber	9.562.668,02	-	9.562.668,02
Diferimentos	62.783,42	-	62.783,42
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Outros Ativos financeiros	-	-	-
Caixa e depósitos	20.286.285,81	-	20.286.285,81
Total do Ativo Corrente	30.908.014,63	-	30.908.014,63
Total do Ativo	206.377.845,81	(7.969.752,46)	198.408.093,35

RÚBRICAS	PERÍODOS		
		JUSTAMENTO	REESPRESSÃO
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	212.603.566,78	-	212.603.566,78
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-
Prémios de emissão	-	-	-
Reservas	2.729.470,72	-	2.729.470,72
Resultados transitados	(54.891.882,12)	-	(54.891.882,12)
Ajustamentos em ativos financeiros	3.912.456,60	-	3.912.456,60
Excedentes de revalorização	-	-	-
Outras variações no Património Líquido	23.652.344,78	(3.061.620,80)	20.590.723,98
Resultado líquido do período	(1.539.048,36)	-	(1.539.048,36)
Interesses que não controlam	-	-	-
Total do Património Líquido	186.466.908,40	(3.061.620,80)	183.405.287,60
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	4.276.610,88	-	4.276.610,88
Financiamentos obtidos	1.525.186,76	-	1.525.186,76
Fornecedores de investimentos	106.243,69	-	106.243,69
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	-	-
Diferimentos	10.374.948,03	(4.908.131,66)	5.466.816,37
Passivos por impostos diferidos	-	-	-
Outras Contas a Pagar	35.169,36	-	35.169,36
Total do passivo não corrente	16.318.158,72	(4.908.131,66)	11.410.027,06
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos	-	-	-
Fornecedores	508.805,69	-	508.805,69
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-	-
Estado e outros entes públicos	69.900,42	-	69.900,42
Financiamentos obtidos	703.452,31	-	703.452,31
Fornecedores de investimentos	125.130,71	-	125.130,71
Outras contas a pagar	2.175.989,56	-	2.175.989,56
Diferimentos	9.500,00	-	9.500,00
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-
Total do passivo corrente	3.592.778,69	-	3.592.778,69
TOTAL DO PASSIVO	19.910.937,41	(4.908.131,66)	15.002.805,75
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	206.377.845,81	(7.969.752,46)	198.408.093,35

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		
	31-12-2024	AJUSTAMENTO	REESPRESSÃO
Impostos, contribuições e taxas	25.257.702,09	-	25.257.702,09
Vendas	-	-	-
Prestações de serviços e concessões	1.748.251,66	(481.781,21)	1.266.470,45
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.	11.540.608,19	-	11.540.608,19
Transferências e subsídios correntes obtidos	-	-	-
Variações nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	(534.517,51)	-	(534.517,51)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10.075.715,11)	-	(10.075.715,11)
Fornecimentos e serviços externos	(14.909.140,86)	-	(14.909.140,86)
Gastos com pessoal	(10.647.115,02)	-	(10.647.115,02)
Transferências e subsídios concedidos	(300.089,40)	-	(300.089,40)
Prestações sociais	-	-	-
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(13.869,08)	-	(13.869,08)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	4.309.162,65	(351.745,60)	3.957.417,05
Outros rendimentos	(1.018.553,81)	-	(1.018.553,81)
Outros gastos	5.356.723,80	(833.526,81)	4.523.196,99
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	(6.835.125,55)	833.526,81	(6.001.598,74)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-	-	-
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	(1.478.401,75)	-	(1.478.401,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	47.907,61	-	47.907,61
Juros e rendimentos similares obtidos	(108.554,22)	-	(108.554,22)
Juros e gastos similares suportados	(1.539.048,36)	-	(1.539.048,36)
Resultado antes de impostos	-	-	-
Imposto sobre o rendimento	(1.539.048,36)	-	(1.539.048,36)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.539.048,36)	-	(1.539.048,36)
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe	-	-	-
Interesses que não controlam	-	-	-
	(1.539.048,36)	-	(1.539.048,36)

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (AFT)

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que o Município detém para fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos, tais como edifícios de serviços e equipamentos básico, administrativo e de transporte. Bem como os bens de domínio público onde se incluem as diversas infraestruturas do concelho, nomeadamente as estradas, pontes, arruamentos e parques.

Em 2025, os movimentos dos ativos fixos tangíveis acompanharam a atividade corrente do Município. Foram desreconhecidos cerca de 2.400 ativos relacionados ao acordo de concessão com a E-Redes, representando aproximadamente 31,8 milhões de euros, conforme detalhado nas notas 2 e 4. Destaca-se também o reconhecimento de obras importantes inauguradas durante o ano, como o Teatro Municipal, que totalizou um investimento próximo de 7 milhões de euros, além do Centro de Meios Aéreos, cujo valor ficou em torno de 3 milhões de euros.

No exercício em análise, o valor escriturado líquido dos ativos fixos tangíveis situou-se em €166.395.192,61, apresentando uma diminuição de €3.245.159,44 (1,91%) face ao exercício anterior, fundamentalmente explicada pelo peso das depreciações do exercício, que superaram o valor das novas aquisições e transferências de ativo em curso.

De referir ainda que o inventário do Município de Tavira se encontra praticamente registado e valorizado na sua totalidade, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural, que carecem de avaliação por entidades especializadas.

5.1 VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Unidade: €

RÚBRICAS	2024				2025			
	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	250.382.411,42	166.546.091,41	-	83.836.320,01	219.287.661,77	145.389.485,96	-	73.898.175,81
Terrenos e recursos naturais	47.160.483,16	336.260,05	-	46.824.223,11	46.832.907,67	-	-	46.832.907,67
Edifícios e outras construções	9.437.872,36	5.214.189,76	-	4.223.682,60	6.083.975,28	2.898.928,69	-	3.185.046,59
Infraestruturas	193.133.930,15	160.995.641,60	-	32.138.288,55	165.717.653,07	142.490.557,27	-	23.227.095,80
Património histórico, artístico e cultural	650.125,75	-	-	650.125,75	653.125,75	-	-	653.125,75
Outros ativos fixos tangíveis	141.373.834,84	55.569.802,80	-	85.804.032,04	151.472.873,99	58.975.857,19	-	92.497.016,80
Terrenos e recursos naturais	30.090.168,24	931,36	-	30.089.236,88	31.921.890,13	1.082,80	-	31.920.807,33
Edifícios e outras construções	78.427.347,12	37.315.783,53	-	41.111.563,59	93.254.184,81	39.487.402,52	-	53.766.782,29
Equipamento básico	6.934.643,99	6.023.400,40	-	911.243,59	7.457.577,52	6.456.653,56	-	1.000.923,96
Equipamento de transporte	6.996.821,70	6.018.344,82	-	978.476,88	8.091.476,57	6.460.860,80	-	1.630.615,77
Equipamento administrativo	3.361.206,39	2.996.468,86	-	364.737,53	3.586.042,92	3.194.481,33	-	391.561,59
Outros	3.597.063,79	3.214.873,83	-	382.189,96	3.743.071,89	3.375.376,18	-	367.695,71
Ativos fixos tangíveis em curso	11.966.583,61	-	-	11.966.583,61	3.418.630,15	-	-	3.418.630,15
TOTAL	391.756.246,26	222.115.894,21	-	169.640.352,05	370.760.535,76	204.365.343,15	-	166.395.192,61

5.2 QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	ADIÇÕES	TRANSF. INT. À ENTIDADE	REVALORIZ.	REVERSÕES DE PERDAS DE IMPARIDADE	PERDAS POR IMPARIDADE	DEPRECIA. PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAIS	DIMINUIÇÕES	QUANTIA ESCRIT. FINAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = Σ (1) a (9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	83.836.320,01	1.385.722,42	712.313,18	-	-	-	21.156.605,45	-	(33.192.785,25)	73.898.175,81
Terrenos e recursos naturais	46.824.223,11	9.500,00	-	-	-	-	336.260,05	-	(337.075,49)	46.832.907,67
Edifícios e outras construções	4.223.682,60	9.796,56	492.629,60	-	-	-	2.315.261,07	-	(3.856.323,24)	3.185.046,59
Infraestruturas	32.138.288,55	1.363.425,86	219.683,58	-	-	-	18.505.084,33	-	(28.999.386,52)	23.227.095,80
Património histórico, artístico e cultural	650.125,75	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-	653.125,75
Outros ativos fixos tangíveis	85.804.032,04	11.040.967,78	(722.689,54)	-	-	-	(3.406.054,39)	-	(219.239,09)	92.497.016,80
Terrenos e recursos naturais	30.089.236,88	1.831.721,89	-	-	-	-	(151,44)	-	-	31.920.807,33
Edifícios e outras construções	41.111.563,59	4.197.812,17	10.754.853,49	-	-	-	(2.171.618,99)	-	(125.827,97)	53.766.782,29
Equipamento básico	911.243,59	488.171,86	34.761,67	-	-	-	(433.253,16)	-	-	1.000.923,96
Equipamento de transporte	978.476,88	1.186.559,12	-	-	-	-	(442.515,98)	-	(91.904,25)	1.630.615,77
Equipamento administrativo	364.737,53	191.906,43	34.436,97	-	-	-	(198.012,47)	-	(1.506,87)	391.561,59
Outros	382.189,96	144.365,10	1.643,00	-	-	-	(160.502,35)	-	-	367.695,71
Ativos fixos tangíveis em curso	11.966.583,61	3.000.431,21	(11.548.384,67)	-	-	-	-	-	-	3.418.630,15
TOTAL	169.640.352,05	12.426.690,20	(10.376,36)	-	-	-	17.750.551,06	-	(33.412.024,34)	166.395.192,61

5.2.A DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Unidade: €

RÚBRICAS	INTERNAS	COMPRA	CESSÃO	TRANSF. OU TROCA	EXPROPR.	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERD. A FAVOR ESTADO	DAÇÃO EM PAG.	LOCAÇÃO FINAN.	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) = Σ (1) a (10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	12.500,00	-	-	-	-	-	-	-	1.373.222,42	1.385.722,42
Terrenos e recursos naturais	-	9.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	9.500,00
Património histórico, artístico e cultural	-	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000,00
Outros ativos fixos tangíveis	-	2.475.493,13	-	1.654.665,84	-	-	-	-	-	6.910.808,81	11.040.967,78
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	798.076,64	-	-	-	-	-	1.033.645,25	1.831.721,89
Edifícios e outras construções	-	473.474,00	-	856.589,20	-	-	-	-	-	2.867.748,97	4.197.812,17
Equipamento básico	-	479.188,48	-	-	-	-	-	-	-	8.983,38	488.171,86
Equipamento de transporte	-	1.186.559,12	-	-	-	-	-	-	-	-	1.186.559,12
Equipamento administrativo	-	191.906,43	-	-	-	-	-	-	-	-	191.906,43
Outros	-	144.365,10	-	-	-	-	-	-	-	-	144.365,10
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.431,21	3.000.431,21
TOTAL	-	2.487.993,13	-	1.654.665,84	-	-	-	-	-	8.284.031,23	12.426.690,20

5.2.B DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES

Unidade: €

RÚBRICAS	ALIENAÇÃO A TÍTULO ONEROSO	TRANSF. OU TROCA	DEVOL. OU REVERSÃO	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = Σ (1) a (5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	(33.192.785,25)	(33.192.785,25)
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	(337.075,49)	(337.075,49)
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	(3.856.323,24)	(3.856.323,24)
Infraestruturas	-	-	-	-	(28.999.386,52)	(28.999.386,52)
Outros ativos fixos tangíveis	(91.904,25)	-	-	-	(127.334,84)	(219.239,09)
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	(125.827,97)	(125.827,97)
Equipamento de transporte	(91.904,25)	-	-	-	-	(91.904,25)
Equipamento administrativo	-	-	-	-	(1.506,87)	(1.506,87)
TOTAL	(91.904,25)	-	-	-	(33.320.120,09)	(33.412.024,34)

6. LOCAÇÕES

6.1 LOCAÇÕES FINANCEIRAS - LOCATÁRIO

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	QUANTIA ESCRIT. LIQUIDA	PAGAMENTOS 2025		PAG. ACUMULADO		FUTUROS PAGAMENTOS			TOTAL
		CAPITAL	JURO	CAPITAL	JURO	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	
Contrato locação financeira - Edifício Level Up	201.574,82	22.199,93	6.469,44	115.069,23	45.448,02	22.200,00	64.305,59	-	86.505,59
	201.574,82	22.199,93	6.469,44	115.069,23	45.448,02	22.200,00	64.305,59	-	86.505,59

O Município de Tavira realizou em 2020 um contrato de cessão da posição contratual de locatário do contrato de locação financeira imobiliária n.º 450010451, referente ao prédio sito na rua da Liberdade n.º 1 (Level UP). A dívida a 31 de dezembro de 2025 é de €86.505,59, conforme se pode verificar no quadro anterior.

7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos obtidos que se encontram em vigor no ano 2025, são os que constam do quadro seguinte, e totalizam uma dívida em 31 de dezembro de €1.430.934,50. Foram realizadas amortizações no exercício em análise no valor de €688.999,05. De realçar ainda que, em 2025, dois financiamentos chegaram ao fim do seu prazo, encontrando-se pagos na totalidade, nomeadamente os relativos à Horta do Carmo 67 fogos e Horta do Carmo 57 fogos.

Os custos dos empréstimos obtidos são considerados como gastos do período.

7.1. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Unidade: €

ENTIDADE	DATA DO CONTRATO	DATA DE VISTO TC	PRAZO DO CONTRATO	CAPITAL		TAXA DE JURO		PAGAMENTOS DE ANOS ANTERIORES			PAGAMENTOS DO ANO			ENCARGOS VENCIDOS E NÃO PAGOS	SALDO EM 1 DE JANEIRO	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO
				CONTRATADO	UTILIZADO	INICIAL	ATUAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL			
Investimentos 2009	29-06-2009	23-07-2009	240	3.962.667,00	3.100.722,92	3,26%	5,63%	2.157.495,75	707.259,69	2.864.755,44	193.636,53	39.177,47	232.814,00	-	943.227,17	749.590,64
Habitação Social Quinta das Salinas	29-01-2002	28-11-2002	300	2.800.000,00	2.800.000,00	1,89%	4,80%	2.270.353,33	145.055,79	2.415.409,12	128.186,90	10.866,17	139.053,07	-	529.646,67	401.459,77
Habitação Social - Bairro Jara	20-12-2006	25-01-2007	300	90.776,80	90.776,80	1,63%	4,04%	60.284,53	5.786,96	66.071,49	3.687,83	881,46	4.569,29	-	30.492,27	26.804,44
Horta do Carmo 67 fogos	20-12-2000	22-12-2000	300	2.971.774,02	2.971.774,02	0,66%	4,16%	2.846.330,77	48.821,33	2.895.152,10	125.443,25	1.103,74	126.546,99	-	125.443,25	-
Horta do Carmo 57 fogos	20-12-2000	22-12-2000	300	1.010.333,10	1.010.333,10	0,55%	4,16%	968.324,04	16.770,81	985.094,85	42.009,06	369,62	42.378,68	-	42.009,06	-
Atalaia 66 fogos	23-11-2001	14-12-2001	300	2.634.730,30	2.634.730,30	0,66%	4,52%	2.401.160,39	54.715,78	2.455.876,17	116.111,20	2.407,32	118.518,52	-	233.569,91	117.458,71
Atalaia 66 fogos (não bon.)	23-11-2001	14-12-2001	300	658.682,57	658.682,57	1,64%	4,52%	593.631,32	37.000,61	630.631,93	32.057,33	1.684,13	33.741,46	-	65.051,25	32.993,92
Habitação social Santa Catarina - 24 fogos (bon.)	29-10-2002	07-11-2002	300	1.045.762,54	1.045.762,54	0,91%	4,79%	905.878,91	39.214,49	945.093,40	45.990,08	1.782,69	47.772,77	-	139.883,63	93.893,55
Habitação Social Fração H - Lote 11	30-12-2004	24-02-2005	300	45.051,18	45.051,18	0,67%	4,29%	34.440,84	1.306,09	35.746,93	1.876,88	124,20	2.001,08	-	10.610,34	8.733,46
TOTAL				15.219.777,51	14.357.833,43			12.237.899,88	1.055.931,55	13.293.831,43	688.999,06	58.396,80	747.395,86	-	2.119.933,55	1.430.934,49

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Município de Tavira não tem nenhum ativo classificado como propriedade de investimento no exercício em análise.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Foram reconhecidos como imparidade os ativos que correspondem a dívida de clientes, contribuintes e utentes que estão em execução fiscal por se encontrarem ultrapassados os prazos legais de pagamento, totalizando os €236.774 e os investimentos financeiros referentes a participações do Município na EMPET e da Globalgarve que se encontram em processo de liquidação e de insolvência, respetivamente.

9.1 IMPARIDADE DE ATIVOS GERADORES DE CAIXA E ATIVOS NÃO GERADORES DE CAIXA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	NATUREZA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	REVERSÃO DE IMPARIDADES	QUANTIA RECUPERÁVEL
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	799.005,22	236.773,51	-	562.231,71
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	6.998.494,45	555.503,44	-	6.442.991,01
TOTAL		7.797.499,67	792.276,95	-	7.005.222,72

10. INVENTÁRIOS

O inventário é o que se encontra demonstrado nos quadros seguintes.

10.1 INVENTÁRIOS

Unidade: €

RÚBRICA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA RECUPERÁVEL
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	510.502,00	-	510.502,00

Q 10.2. INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Unidade: €

RÚBRICA	VALOR INICIAL (1)	COMPRAS LIQUIDAS (2)	CONSUMOS/ GASTOS (3)	VAR. INV. PRODUÇÃO (4)	PERDAS POR IMPARIDADE (5)	REV. PERDAS IMPARIDADE (6)	OUTRAS RED. INV. (7)	OUTROS AUM. INV. (8)	VALOR FINAL (9) = ∑ (1) a (8)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	519.931,23	563.099,95	(572.529,18)	-	(13.676,42)	27.452,07	(18.839,22)	5.063,57	510.502,00

11. AGRICULTURA

Não se aplica ao corrente ano.

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não se aplica ao corrente ano.

13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

13.1 RENDIMENTO COM CONTRAPRESTAÇÃO

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.451.884	1.748.252	(296.368) ▼ (16,95%)
VENDA DE BENS	-	-	- ▬ -
JUROS	51.560	47.908	3.653 ▲ 7,62%
ROYALTIES	-	-	- ▬ -
DIVIDENDOS OU DISTRIBUIÇÕES SIMILARES	-	-	- ▬ -
OUTROS	3.278.849	2.704.799	574.050 ▲ 21,22%
TOTAL	4.782.293	4.500.958	281.334 ▲ 6,25%

Em 2025, o Município de Tavira obteve rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação: prestação de serviços, uso de terceiros de ativos que produzem juros e dividendos e a locação de ativos fixos tangíveis.

Nos “Outros” estão refletidos os valores dos contratos de concessão da iluminação pública e de energia eólica.

14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÕES

Os rendimentos sem contraprestação comportam os impostos e taxas, as transferências financeiras (correntes e de capital) e as multas e outras penalidades que o Município reconheceu no exercício em análise.

14.1. RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Unidade: €

TIPOS DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	RECONHECIDO EM RESULTADOS	RECONHECIDO EM PATRIMÓNIO LIQ.	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS
Impostos diretos	8.126.502,38	-	6.836.050,56
Impostos indiretos	18.227.958,52	-	1.974.058,26
Taxas	1.443.073,79	-	-
Multas e outras penalidades	244.391,07	-	-
Transferências sem condição	11.803.511,55	-	-
Transferências com condição	-	5.288.507,97	-
Outros	853.745,12	-	-
TOTAL	40.699.182,43	5.288.507,97	8.810.108,82

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Em 2025, o Município de Tavira, reverteu duas provisões, não tendo havido nenhum processo novo que possa vir a ter implicações financeiras.

15.1. PROVISÕES

Unidade: €

RÚBRICAS	VALOR INICIAL	REFORÇOS	REVERSÕES	VALOR FINAL
Processos judiciais em curso	4.268.708,88	-	(120.000,04)	4.148.708,84
Contratos onerosos	7.902,00	-	-	7.902,00
TOTAL	4.276.610,88	-	(120.000,04)	4.156.610,84

Os processos judiciais com maior relevância são o Proc. N.º 467/17.8BELLE, colocado pelo Ginásio Clube de Tavira em que solicita uma indemnização de €2.690.430,50 por alegado incumprimento contratual e o Proc. N.º 292/18.9BELLE, referente a um pedido de anulação e de nulidade de atos administrativos, com um pedido de indemnização no montante de €817.364, por parte dos autores

Michael James French e Joanna Sarah French.

De referir ainda, que a autarquia não dispõe de nenhum ativo ou passivo contingente pelo que não se registaram quaisquer movimentos desta natureza.

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não se aplica ao corrente ano.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Não se aplica ao corrente ano.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. ATIVOS FINANCEIROS

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	COMPRAS	REV. PERDAS POR IMP.	OUTROS AUMENTOS	ALIENAÇÕES	PERDAS POR IMPARIDADE	OUTRAS DIMINUIÇÕES	QUANTIA ESCRIT. FINAL
Entidades controladas	4.085.972,99	-	-	661.793,99	-	-	-	- 4.747.766,98
Empresas Locais	4.085.972,99	-	-	661.793,99	-	-	-	- 4.747.766,98
Associadas	885.800,53	-	-	-	-	-	-	- 885.800,53
Associações de Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	885.800,53	-	-	-	-	-	-	- 885.800,53
Outras entidades	809.423,50	-	-	-	-	-	-	- 809.423,50
FAM - Fundo de Apoio Municipal	796.423,50	-	-	-	-	-	-	- 796.423,50
Outras participações de capital	13.000,00	-	-	-	-	-	-	- 13.000,00
TOTAL	5.781.197,02	-	-	661.793,99	-	-	-	- 6.442.991,01

18.2 PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	COMPRAS	REV. PERDAS POR IMP.	OUTROS AUMENTOS	ALIENAÇÕES	PERDAS POR IMPARIDADE	OUTRAS DIMINUIÇÕES	QUANTIA ESCRIT. FINAL
Participações de capital - ao custo								
Águas do Algarve, SA	709.137,59	-	-	-	-	-	-	709.137,59
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	159.675,00	-	-	-	-	-	-	159.675,00
ALSUD - Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alengarve, CRL	1.500,00	-	-	-	-	-	-	1.500,00
Ares do Sul - Cooperativa de Reabilitação e Inserção, CRL	524,00	-	-	-	-	-	-	524,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, CRL	500,00	-	-	-	-	-	-	500,00
Centro Tecnológico de Citricultura	12.500,00	-	-	-	-	-	-	12.500,00
FAM - Fundo de Apoio Municipal	796.423,50	-	-	-	-	-	-	796.423,50
Fórum Cultural de Tavira	14.963,94	-	-	-	-	-	-	14.963,94
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM	4.085.972,99	-	-	661.793,99	-	-	-	4.747.766,98
TOTAL	5.781.197,02	-	-	661.793,99	-	-	-	6.442.991,01

Em 2025, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial no reconhecimento da participação na TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM, o que originou um aumento de €661.793,99 do valor da participação.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Não se aplica ao corrente ano.

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Município de Tavira detém uma participação maioritária nas empresas locais: “EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação” e “TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM”, com 96% e 51% respetivamente; e detém o controlo direto da “UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira” conforme o disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro republicada em anexo à Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

20.1. LISTAGEM DE ENTIDADES CONTROLADAS

ENTIDADES CONTROLADAS	SEDE	CONTROLO DIRETO
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação	Tavira	96%
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM	Tavira	51%
UAC - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira	Tavira	100%

20.2 PRINCIPAIS RELAÇÕES COM ENTIDADES CONTROLADAS

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO
Tavira Verde	6.069.020	6.033.686	35.334 ▲ 0,59%
Espaços Verdes	2.238.343	2.421.856	(183.513) ▼ (7,58%)
Limpeza das praias	780.738	819.214	(38.476) ▼ (4,70%)
Limpeza pública	2.225.619	1.948.452	277.167 ▲ 14,23%
Bioresíduos	67.775	394.797	(327.022) ▼ (82,83%)
Fornecimento de água	756.545	449.367	307.178 ▲ 68,36%
UAC	125.000	125.000	- ▬ -
Contrato programa	125.000	125.000	- ▬ -
TOTAL	6.194.020	6.158.686	35.334 0,57%

As principais relações entre o Município de Tavira e a Tavira Verde prendem-se com a execução de 5 contratos-programa e o fornecimento de água e no caso da UAC com a atribuição de apoio para a realização de atividades, conforme consta no quadro anterior, que se mantiveram com apenas um

ligeiro aumento de €35.334 (0,57%), sendo que metade desse valor se deveu à realização de um novo contrato-programa para a recolha de Bioresíduos com TaviraVerde.

21. RELATO POR SEGMENTOS

Não se aplica ao corrente ano.

22 INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não se aplica ao corrente ano.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Fornecedores e outras contas a pagar

23.1 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Passivo corrente	3.270.783	2.879.826	390.957 ▲	13,58%
Fornecedores	624.562	508.806	115.756 ▲	22,75%
Fornecedores c/c	-	11.778	(11.778) ▼	(100,00%)
Fornecedores fat. em conferência	624.562	497.027	127.534 ▲	25,66%
Estado outros entes públicos	82.115	69.900	12.215 ▲	17,47%
Fornecedores de investimento	103.368	125.131	(21.763) ▼	(17,39%)
Fornecedores de investimento c/c	17.957	5.003	12.954 ▲	258,92%
Faturas em receção e conferência	85.411	120.128	(34.716) ▼	(28,90%)
Outras contas a pagar	2.460.738	2.175.990	284.749 ▲	13,09%
Passivo não corrente	120.019	141.413	(21.394) ▼	(15,13%)
Fornecedores de investimento c/c	88.287	106.244	(17.957) ▼	(16,90%)
Outras contas a pagar (OT)	31.732	35.169	(3.438) ▼	(9,77%)
TOTAL	3.390.802	3.021.239	369.562 ▲	12,23%

O quadro anterior detalha os valores referentes a fornecedores e outras contas a pagar apresentadas no balanço, divididos entre passivos correntes e não correntes. Observa-se um aumento de €390.957 (13,58%) no passivo corrente, motivado principalmente pelo aumento nas outras contas a pagar em

€284.749 (13,09%) e pelo crescimento da dívida com fornecedores com faturas em conferência, que subiu €127.534 (25,66%).

Outras contas a receber

No que concerne, às outras contas a receber o quadro seguinte discrimina a composição destas.

Q.23.2 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Outros devedores	505.662	408.558	97.105 ▲	23,77%
Devedores por acréscimo de rendimentos	9.201.436	8.530.373	671.064 ▲	7,87%
IMI	7.145.726	7.144.309	1.417	0,02%
IMT	1.974.058	1.320.630	653.428	49,48%
Outros	81.652	65.433	16.218	24,79%
Outros acréscimos de rendimentos	626.102	623.737	2.365 ▲	0,38%
Adiantamento a fornecedores	0	0	-	-
TOTAL	10.333.201	9.562.668	770.533 ▲	8,06%

Gastos com o pessoal

A rúbrica de gastos com pessoal é composta conforme quadro seguinte.

23.3 GASTOS COM PESSOAL

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania	241.382	226.706	14.676	▲ 6,47%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	8.102	8.288	(186)	▼ (2,25%)
Remunerações do pessoal	12.980.836	11.565.450	1.415.386	▲ 12,24%
Encargos sobre remunerações	2.922.294	2.618.784	303.510	▲ 11,59%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	160.181	125.453	34.727	▲ 27,68%
Outros gastos com o pessoal	30.607	41.291	(10.684)	▼ (25,87%)
Outros encargos sociais	322.125	323.169	(1.043)	▼ (0,32%)
TOTAL	16.665.528	14.909.141	1.756.387 ▲	11,78%

Os gastos com o pessoal aumentaram em €1.756.386,91 (11,78%), reflexo da política de reforço dos

recursos humanos do Município, nomeadamente através de aumentos remuneratórios decorrentes da revisão das tabelas salariais da função pública e da admissão de novos trabalhadores para fazer face às crescentes necessidades de serviço.

Fornecimento e serviços externos

O fornecimento e serviços externos são compostos pelas rubricas constantes no quadro seguinte, verificando-se que aumentaram face ao ano anterior em €1.930.513,70 (19,16%), refletindo sobretudo o crescimento dos encargos com energia e fluídos (devido aos consumos de água no corrente ano uma vez que se passou a constar nesta rubrica a rega dos jardins que anteriormente se encontrava afeta ao contrato dos verdes acrescido do facto de no ano anterior se ter verificado o corte das regas por motivo de escassez de água). Os outros serviços de apoio à atividade municipal também refletem um aumento significativo, seguidos das rendas e alugueres.

23.4 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIÇÃO	
Subcontratos e parcerias	3.536	17.585	(14.049) ▼	(79,89%)
Serviços especializados	3.195.390	3.011.389	184.001 ▲	6,11%
Trabalhos especializados	1.278.054	1.010.566	267.488 ▲	26,47%
Publicidade, comunicação e imagem	107.763	102.773	4.990 ▲	4,85%
Vigilância e segurança	392.233	352.351	39.882 ▲	11,32%
Honorários	-	-	-	-
Comissões (cobrança de impostos)	657.745	546.549	111.197 ▲	20,35%
Conservação e reparação	759.594	999.150	(239.556) ▼	(23,98%)
Outros serviços especializados	-	-	-	-
Materiais de consumo	1.175.254	917.292	257.962 ▲	28,12%
Energia e fluídos	2.778.404	2.114.983	663.422 ▲	31,37%
Deslocações, estadas e transportes	397.950	302.211	95.739 ▲	31,68%
Serviços diversos	4.455.695	3.712.256	743.439 ▲	20,03%
Rendas e alugueres	860.589	557.424	303.166 ▲	54,39%
Comunicação	98.199	94.037	4.162 ▲	4,43%
Seguros	150.181	134.967	15.214 ▲	11,27%
Contencioso e notariado	2.310	5.657	(3.347) ▼	(59,17%)
Limpeza, higiene e conforto	404.097	358.302	45.796 ▲	12,78%
Outros serviços	2.940.319	2.561.870	378.449 ▲	14,77%
TOTAL	12.006.229	10.075.715	1.930.514 ▲	19,16%

Transferências e Subsídios concedidos

Em 2025, verificou-se um aumento nas transferências correntes concedidas de €96.780 (2,12%), enquanto os subsídios correntes registaram uma redução de €440.492 (7,24%), quer devido à administração local que inclui os contratos programas com a TaviraVerde, quer aos outros setores institucionais, conforme o quadro seguinte.

23.5 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Transferências correntes concedidas	4.659.445	4.562.666	96.780 ▲	2,12%
Estado	-	-	-	-
Serviços e fundos autónomos	-	-	-	-
Administração local	1.384.404	1.314.400	70.004 ▲	5,33%
Outros setores institucionais	3.275.041	3.248.266	26.775 ▲	0,82%
Subsídios correntes concedidos	5.643.857	6.084.349	(440.492) ▼	(7,24%)
Administração local	5.411.556	5.631.535	(219.979) ▼	(3,91%)
Outros setores institucionais	232.301	452.814	(220.513) ▼	(48,70%)
Transferências de capital concedidas	189.996	-	189.996	-
Outros setores institucionais	189.996	-	189.996	-
Outros	-	-	-	-
TOTAL	10.493.298	10.647.015	(153.717) ▼	(1,44%)

Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos com as depreciações/amortizações registaram uma redução em 2025, no montante de €579.636 (8,48%) o que reflete uma revisão dos bens no ativo em depreciação face ao ano anterior, resultado das diversas transferências e regularizações de imobilizado que ocorreram em anos anteriores, conforme referido anteriormente no ponto 5.

23.6 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
Ativos fixos tangíveis	6.229.330	6.788.441	(559.111) ▼	(8,24%)
Bens de domínio público, patr, histórico, artístico e cultural	3.398.020	4.158.638	(760.618) ▼	(18,29%)
Terrenos e recursos naturais	151	151	-	-
Edifícios e outras construções	1.512.672	1.415.737	96.936 ▲	6,85%
Equipamento básico	433.253	355.873	77.380 ▲	21,74%
Equipamento de transporte	526.719	511.543	15.176 ▲	2,97%
Equipamento administrativo	198.012	215.037	(17.025) ▼	(7,92%)
Outros ativos fixos tangíveis	160.502	131.462	29.040 ▲	22,09%
Ativos intangíveis	28.136	48.661	(20.525) ▼	(42,18%)
Prog. computador e sistemas de informação	28.136	48.661	(20.525) ▼	(42,18%)
TOTAL	6.257.467	6.837.102	(579.636) ▼	(8,48%)

Diferimentos

O montante dos diferimentos no passivo não corrente é constituído por várias transferências e subsídios obtidos de vários programas comunitários e nacionais para a realização de diversas obras que se encontram por regularizar, umas porque as candidaturas ainda não se encontram totalmente encerradas e outras porque as obras ainda estão a decorrer.

CONCLUSÃO

Da análise económico-financeira abrangente do Município de Tavira, apresentada neste relatório, emergem os seguintes elementos-chave:

- O Município de Tavira apresenta um grau de independência financeira de 68,91%;
- A execução de receita cifra-se em 94,44%, com as receitas correntes a atingir 107,95% e as de capital 28,67%;
- A receita cobrada aumentou €3.419.107 (5,33%), com incremento de €4.973.281 (12,64%) em receitas correntes e €1.096.513 (60,38%) em receitas de capital;
- A execução de despesa alcançou 69,86%, com despesas correntes a atingir 83,21% e despesas de capital 43,90%;
- A despesa paga registou um aumento de €6.001.972 (13,63%) relativamente ao exercício anterior;
- O Município de Tavira cumpre o equilíbrio orçamental estabelecido no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mantendo uma margem de €4.686.011;
- O saldo de gerência a transitar para 2026 cifra-se em €17.601.027;
- Os indicadores de liquidez revelam elevada capacidade de cobertura do passivo;
- O Balanço apresenta um ativo de €202.095.147, fundos patrimoniais no montante de €191.585.467 e um passivo de €10.509.680;
- A Demonstração de Resultados evidencia um resultado líquido negativo no montante de €1.236.395, que representa uma melhoria de €302.653 comparativamente ao exercício anterior;
- A dívida registou uma redução de €635.163 (21,39%), cifrando-se em €2.333.657, mantendo conformidade com o limite de dívida total e preservando uma margem significativa de €52.666.910.

ANEXOS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



& ASSOCIADOS
SROC

À Assembleia Municipal de Tavira

Exmos. Senhores,

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Introdução

1. Para os efeitos do disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2025 do **Município de Tavira**.
2. Ao longo do exercício, foram desempenhadas as funções previstas nas disposições legais aplicáveis, tendo o Auditor Externo procedido às verificações que considerou convenientes. Para o efeito, recebeu do Executivo Municipal todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. Examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2025, que evidencia um total de 202.095.147 euros e um total de património líquido de 191.585.467 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.236.395 euros, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no património líquido, as notas explicativas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas, os mapas de demonstração de execução orçamental, demonstração do desempenho orçamental e o anexo às demonstrações orçamentais.
4. Verificámos os documentos de Prestação de Contas, os quais foram elaborados em conformidade com os elementos contabilísticos e as disposições aplicáveis previstas no SNC-AP e aferimos da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
5. Em consequência do exame efetuado, emitiu-se nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, contendo uma reserva, e uma ênfase.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheira Terra Pinheira, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrita como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM

1/3



WWW.GNT-SROC.COM



& ASSOCIADOS
SROC

Execução orçamental, equilíbrio financeiro, cálculo dos limites da dívida total

6. O grau de execução orçamental do Município de Tavira é de 69,86% para a despesa e de 94,44% para a receita. O Município cumpre o estabelecido no nº 3 do art 56º da Lei 73/2013 quanto aos limites de execução da receita (a execução da receita não poderá ser, durante dois exercícios consecutivos inferior a 85%).
7. Entre o orçamento inicial (51.000.000 euros) e o final (71.600.000 euros), ocorreram alterações permutativas e modificativa(revisão) , traduzindo-se num aumento de 20.600.000 euros face ao orçamento inicial, justificado essencialmente pela integração do saldo de gerência. A totalidade das variações da receita e da despesa estão resumidas no anexo às demonstrações orçamentais.
8. A demonstração dos fluxos de caixa, identifica como saldo da gerência anterior o valor de 20.183.833 euros, totalmente integrado no orçamento de 2025.
9. De acordo com o disposto no artigo 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Tavira cumpre a regra do equilíbrio financeiro corrente.
10. Verificámos que o Município de Tavira cumpre com as regras de endividamento conforme estabelecidas no artigo 52º da Lei n.º 73/2013.

DL 127/2012 de 21 de junho, alterado e republicado pelo DL 99/2015 de 2 de junho – Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso

11. Verifica-se que o Município de Tavira não apresenta pagamento em atraso à data de 31 de dezembro de 2025, e cumpre com o limite do endividamento do ano anterior, pelo que fica dispensada da aplicação da lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA).

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, nº 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, nº 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheira, nº 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



& ASSOCIADOS
SROC

12. Quanto aos pagamentos em atraso, o respetivo mapa – atualmente DTAS – dívidas a terceiros por antiguidade de saldos não identifica quaisquer pagamentos em atraso, identifica apenas dívidas a terceiros no valor de 82.066 euros.

Parecer

13. Face ao anteriormente exposto, com base no trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Auditor Externo é de Parecer que a Assembleia Municipal:

- a. Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pelo Município de Tavira;
- b. Aprove a aplicação dos resultados proposta pelo Município de Tavira.

Faro, 08 de abril de 2026

Galvão, Nunes, Tavares & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Galvão, Nunes, Tavares & Associados, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)
SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400
ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297



& ASSOCIADOS
SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Tavira**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 202.095.147 euros e um total do património líquido de 191.585.467 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.236.395 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no parágrafo 1 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Tavira** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não foram obtidas as demonstrações financeiras aprovadas da empresa municipal Empet, EM - sociedade em liquidação, referente aos anos de 2021 a 2025. A última informação obtida, indica a existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet, EM. Por outro lado, a sociedade encontra-se em processo de liquidação, não tendo sido obtidos elementos que permitam concluir sobre a suficiência dos seus ativos para liquidação dos passivos e das eventuais responsabilidades que lhes sejam imputadas. Neste sentido, não nos é possível pronunciar sobre a necessidade de constituição de eventuais provisões.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação ALENTEJO | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação AÇORES | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



& ASSOCIADOS
SROC

Ênfases

1. Conforme divulgado nas Notas 2 e na 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Entidade desreconheceu no presente exercício, ativos e subsídios ao investimento referente ao acordo de concessão de serviços celebrado entre o Município de Tavira e a E-Redes, pela distribuição de energia elétrica de baixa tensão no Concelho, por considerar que não se encontram preenchidos os critérios para o reconhecimento da integralidade dos referidos ativos e passivos, conforme Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), de 18 de fevereiro de 2025. O referido desreconhecimento resultou, num decréscimo do ativo líquido no montante de 8 milhões de euros, dos fundos patrimoniais no montante de 3 milhões de euros, e do passivo no montante de 5 milhões de euros, com referência a 31 de dezembro de 2025. O impacto do referido desreconhecimento nos comparativos do período de 2024 encontra-se divulgado na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrita como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



& ASSOCIADOS
SROC

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Município de Tavira que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



& ASSOCIADOS
SROC

evidencia um total de receita cobrada líquida de 67.621.389 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 50.020.361 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O órgão executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Município de Tavira. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na seção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras”, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o **Município de Tavira**, não identificámos incorreções materiais.

Faro, 08 de abril de 2026

Galvão, Nunes, Tavares & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

GALVÃO, NUNES, TAVARES & ASSOCIADOS, LDA
Johnny Viegas Laurencia
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)

SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400

ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297